Edição Lisboa • Ano XXXI • n.º 10.923 • 1,70€ • Sábado, 21 de Março de 2020 • **Director:** Manuel Carvalho **Adjuntos:** Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro **Directora de Arte:** Sónia Matos

Graça Freitas
Uma médica que um dia sonhou ser agricultora ou arquitecta
Destaque, 10/11

Estado não empresta dinheiro às empresas que despeçam

Decreto O que tem de estar aberto ou fechado nesta fase de combate ao coronavírus

UE Num gesto inédito, a Comissão Europeia retira limitação de 3% ao défice orçamental dos Estados

Hospitais Itália e Espanha obrigadas a decidir quem salvar e quem deixar morrer **Destaque, 2 a 23**

Prisa e Cofina em guerra de acusações por causa da TVI

Espanhóis dizem que grupo português é que falhou na compra da televisão. Cofina não quer pagar caução de dez milhões de euros **p38/39**

Inverno quente e seco deixa 22,4% do país em situação de seca

Os números de Fevereiro mostram que 7,3% estava mesmo em seca extrema. Baixo Alentejo e Algarve são os mais afectados **p32**

XUANYU HAN/GETTY IMAGES

Viajantes na crise
Vamos #FicarEmCasa mas temos um mundo à espera

Afonso Reis Cabral: guardador de cabras em tempo de epidemia

ISSN-0872-1548

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Empresas perdem linhas de crédito se despedirem

Primeiro salvar e depois relançar. António Costa explicou plano do Governo para ajudar a economia na resposta ao coronavírus. “Vamos ter três meses muito duros pela frente”, avisou

Primeiro-ministro reuniu-se com representantes da República e com o ch

Marta Moitinho Oliveira

António Costa avisou ontem que Portugal vai ter “três meses muito duros pela frente” e explicou que acção do Governo passa por “atacar o problema na origem”, ajudando na manutenção de postos de trabalho. Assim, as empresas que recorram às linhas de crédito criadas não poderão despedir trabalhadores.

O primeiro-ministro explicou que esta é a medida mais importante da linha de acção adoptada pelo Governo nesta fase. O chefe do executivo falava na conferência de imprensa que se seguiu ao Conselho de Ministros em que o Governo aprovou um conjunto de respostas para tentar salvar a economia que se confronta com problemas do lado da oferta - com actividades económicas encerradas - e do lado da procura - já que os cidadãos estão obrigados a um dever de recolhimento em casa. Esta perturbação decorre da pandemia gerada pelo coronavírus e que já levou as autoridades europeias a adoptar medidas inéditas para ajudar as economias.

Trata-se de uma “emergência sanitária”, disse António Costa, acrescentando que, no entanto, esta é também uma “urgência económica”.

“Para fazer esta travessia é essencial [assegurar] liquidez às empresas”, justificou, anunciando de seguida que o acesso ao conjunto de linhas de crédito que vai ser criado tem uma condição: a manutenção do emprego. “Queremos evitar a todo o custo os despedimentos”, disse, acrescentado que o sector do comércio também terá acesso às linhas de crédito, visto que no âmbito do estado de emergência o Governo decretou o encerramento de uma parte dos estabelecimentos deste sector.

Esta é uma “contrapartida absolutamente razoável”, defendeu, acrescentando que as empresas que tiverem uma quebra significativa na sua facturação também contarão com um alívio nos pagamentos à Segurança Social.

O objectivo do Governo é “assegurar a travessia durante estes três meses”, para “em Junho avaliar os danos sofridos” e relançar a economia.

Para assegurar liquidez às empresas, o Governo decidiu, além das linhas de crédito, que vai ser possível às empresas “adiar para o segundo semestre o pagamento de dois terços das contribuições sociais”, bem como a “entrega de IVA, IRS e IRC que teria lugar durante os próximos três meses para manter a actividade e os postos de trabalho”.

Além das medidas centradas no emprego e na liquidez das empresas, o primeiro-ministro anunciou ainda outras medidas de reforço do rendimento das famílias. Para isso, o Governo decidiu prolongar o subsídio de desemprego, o Complemento Solidário para Idosos e o Rendimento Social de Inserção.

Queremos evitar a todo o custo os despedimentos

António Costa
Primeiro-Ministro

Para já não foram avançadas mais medidas novas na área do reforço dos rendimentos. No entanto, ficou o sinal de que as moratórias nos empréstimos à habitação podem estar na calha. António Costa explicou que é “do interesse dos bancos” que sejam criadas condições para que as pessoas possam pagar os empréstimos, incentivou os bancos a usarem as ajudas do Banco Central Europeu para o fazerem, de forma a evitar incumprimentos futuros nos pagamentos das prestações do crédito à habitação.

Costa foi porém mais evasivo no que toca a uma eventual moratória no pagamento das rendas das casas. O chefe do Governo anunciou que está suspensa a caducidade dos contratos de arrendamento que terminassem nos próximos três meses - já que esta não seria a altura indicada para andar a procurar casa -, mas argumentou que esta “não é altura para uma revisão de fundo no arrendamento”, perante as questões dos jornalistas sobre uma moratória nas rendas das casas.

A reunião do Conselho de Ministros foi longa. A conferência de imprensa chegou a estar marcada para as 14h, mas foi sendo sucessivamente adiada. O PÚBLICO apurou que o primeiro-ministro se reuniu com o Presidente da República e com os representantes da República para lhes dar conta das decisões tomadas pelo Governo.

Resposta aos críticos

Na mesma conferência de imprensa, o primeiro-ministro referiu-se com dureza ao que vai acontecer à economia nos próximos três meses, mas tentou estancar o pior nesse período ao referir que em Junho quer relançar a economia.

O líder do executivo disse que seria “irrealista” fazer agora o relançamento da economia, mas defendeu que, “para que haja esse novo futuro , é fundamental chegar a Junho em condições de preparar o relançamento da nossa economia”. Por agora é tempo de salvar.

Costa aproveitou ainda para responder aos que têm defendido que as medidas que o Governo está a adoptar são curtas para tamanho desafio. “É um esforço específico

MANUEL DE ALMEIDA/EPA

efe de Estado antes de apresentar medidas ao país

"É um esforço específico para estes três meses", disse Costa, a sugerir que esta é apenas a primeira resposta do Governo

para estes três meses", argumentou, sinalizando assim que esta é uma primeira fase da resposta.

Num primeiro momento, anunciou medidas para aumentar a capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e um pacote de soluções para as empresas que, de um momento para o outro, se viram obrigadas a deixar os seus funcionários trabalhar a partir de casa, e para os trabalhadores que tiveram de ficar em casa com os filhos devido ao encerramento das escolas.

Depois disso, já foram anunciadas linhas de crédito para as empresas (agora alargadas) e alívios nos prazos de pagamento de impostos e de contribuições para a Segurança Social (agora concretizados) como forma de ajudar a tesouraria das empresas.

Ao mesmo tempo, foi decretado o estado de emergência pelo Presidente da República que impõe regras sobre que estabelecimentos comerciais e serviços estão abertos e os que têm de fechar. Foram ainda fixadas restrições à liberdade de deslocação dos cidadãos no território nacional. Um enquadramento inédito que será reavaliado a cada 15 dias.

A pandemia causada pelo coronavírus já infectou mais de mil pessoas em Portugal e provocou seis mortos, segundo números oficiais desta sexta-feira.

Os receios quanto às consequências para a economia já levaram as autoridades europeias a tomar medidas inéditas. O Banco Central Europeu (BCE) anunciou um pacote de estímulos de 750 mil milhões de euros e a Comissão Europeia deixou cair o tecto dos 3% do défice previsto no Pacto de Estabilidade e Crescimento (ver texto ao lado).

marta.oliveira@publico.pt

Isto é único e nunca foi feito antes, mas activámos hoje a cláusula geral de exclusão [do PEC]

Ursula von der Leyen
Presidente da Comissão Europeia

Comissão Europeia: "Governos podem injectar o dinheiro que for preciso"

Rita Siza, Bruxelas

Numa medida inédita, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, propôs a activação da chamada cláusula geral de exclusão do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), suspendendo a obrigação de os Estados-membros limitarem o valor do défice orçamental ao tecto máximo de 3% do Produto Interno Bruto.

"Isto é único e nunca foi feito antes, mas activámos hoje a cláusula geral de exclusão [escape]", anunciou a líder do executivo comunitário, numa mensagem através do Twitter em que assinalou que a partir de agora "os governos nacionais podem injectar na economia tanto dinheiro quanto for necessário". "Relaxámos as nossas regras para permitir que façam exactamente isso", acrescentou.

Depois de ter classificado a crise do coronavírus como um "acontecimento excepcional e fora do controlo dos governos", a Comissão Europeia defendeu um regime de flexibilidade total para a aplicação das normas que regulam a política orçamental e económica, para libertar os países dos constrangimentos que os impediriam de acelerar o investimento e a despesa pública.

É o caso do PEC: na revisão de 2011 que ficou conhecida como o "six pack", os países criaram provisões de excepção, para permitir um "desvio" temporário das recomendações e requerimentos habituais, para reagir a uma crise generalizada resultante de uma quebra severa da actividade económica.

"Queremos assegurar que respondemos a esta pandemia da melhor maneira possível, tanto na sua dimensão humana como sócio-económica", vincou a presidente da Comissão. "A flexibilidade máxima das regras vai permitir que os governos nacionais apoiem os seus sistemas de saúde, os seus profissionais e toda a gente que está ser severamente afectada por esta crise".

Além da travagem brusca da economia, Bruxelas também está a ter em conta os "custos extraordinários" que os governos estão a ter tanto no combate à propagação da doença como na compensação dos sectores mais impactados e no apoio das populações. A avaliação da Comissão foi, assim, de que se verificam todos os critérios que justificam a activação, pela primeira vez na história, deste mecanismo de excepção.

"Desvio temporário"

Cabe aos Estados-membros da União Europeia aprovar a activação da cláusula geral de exclusão (também conhecida por escape ou derrogação) do PEC – na prática, com a sua mensagem de ontem, a presidente da Comissão está a pedir aos países que o façam o mais rapidamente possível.

A Comissão apresenta uma comunicação aos executivos, em que afirma que estão cumpridas todas as condições para activar esta cláusula excepcional. A activação da cláusula suspende as recomendações de Bruxelas para as contas públicas, e permite aos governos ultrapassar os objectivos estruturais ou nominais previstos no PEC, sem incorrer automaticamente no risco de sanções pelo incumprimento da disciplina orçamental.

Ainda assim, a Comissão avisa que se trata de um "desvio temporário" e lembra que as medidas dos governos não devem "comprometer a sustentabilidade orçamental" a médio e longo prazo. A situação excepcional será "aplicada pelo tempo necessário aos Estados-membros para implementar medidas para conter o surto de coronavírus e mitigar os seus negativos efeitos sócio-económicos", diz a comunicação.

Numa altura em que as viagens para a Bélgica estão condicionadas e que as reuniões ministeriais do Conselho da UE estão a decorrer num formato informal por videoconferência, coloca-se agora a questão da aprovação desta cláusula. Em situação normal, bastaria uma maioria qualificada para a sua activação ser decidida. Agora, a hipótese que está a ser estudada é se isso poderá acontecer através de um procedimento escrito.

A decisão foi anunciada por Ursula von der Leyen um dia depois de a Comissão Europeia ter adoptado um novo enquadramento temporário para as ajudas de Estado.

rsiza@publico.pt

STEPHANIE LECOCQ/EPA

Crise está "fora do controlo dos governos", disse líder europeia

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

O que tem de estar aberto ou fechado nesta fase do estado de emergência

Decreto de execução do estado de emergência foi promulgado. Restauração já não precisa de licença para vender para fora e os trabalhadores não podem reivindicar funções específicas

São José Almeida

Depois de se ter reunido com o primeiro-ministro, António Costa, o Presidente da República assinou e promulgou ontem o decreto, aprovado pelo Conselho de Ministros, que concretiza o estado de emergência proposto por Marcelo Rebelo de Sousa e aprovado pelo Parlamento na quarta-feira.

Ontem, por desconhecimento dos contornos exacto das novas regras, existiu alguma confusão: houve estabelecimentos que tinham de estar abertos e fecharam indevidamente. Houve também actividades que continuaram a laborar, sem poder.

O PÚBLICO avançou ontem quais os serviços e estabelecimentos que, nos termos do decreto, têm obrigatoriamente de fechar, bem como aqueles que têm de estar abertos. Explicou também as condições em que se vai processar esse funcionamento, nesta fase do estado de emergência. As actuais regras podem mudar daqui a duas semanas, quando o estado de emergência tiver de ser renovado. Ou mesmo antes, se o primeiro-ministro considerar necessário, perante a evolução da pandemia do novo coronavírus.

São vários os estabelecimentos que têm de estar abertos. No artigo 8.º do decreto, lê-se: "São suspensas as actividades de comércio a retalho, com excepção daquelas que disponibilizem bens de primeira necessidade ou outros bens considerados essenciais na presente conjuntura".

O decreto esclarece também que esta paragem "não se aplica aos estabelecimentos de comércio por grosso nem aos estabelecimentos que pretendam manter a respectiva actividade exclusivamente para efeitos de entrega ao domicílio ou disponibilização dos bens à porta do estabelecimento ou ao postigo, estando neste caso interdito o acesso ao interior do estabelecimento pelo público". As esplanadas têm de estar fechadas.

Quanto aos "estabelecimentos de restauração e similares", estes "podem manter a respectiva actividade, se os seus titulares assim o decidirem, para efeitos exclusivos de confecção destinada a consumo fora do estabelecimento ou entrega no domicílio, directamente ou através de intermediário". Nesta situação, "ficam dispensados de licença para confecção destinada a consumo fora do estabelecimento ou entrega no domicílio". "Podem determinar aos seus trabalhadores a participação nas respectivas actividades", mesmo que "as mesmas não integrassem o objecto dos respectivos contratos de trabalho".

Excluídas deste estatuto estão as "cantinas ou refeitórios que se encontrem em regular funcionamento" e outras "unidades de restauração colectiva cujos serviços de restauração sejam praticados ao abrigo de um contrato de execução continuada".

O que tem de estar aberto

O decreto determina que têm de estar abertos os seguintes estabelecimentos e serviços, mesmo quando instalados em centros comerciais:

– Minimercados, supermercados, hipermercados, frutarias, talhos, peixarias, padarias e as bancas alimentares de mercados.

– Produção e distribuição agro-alimentar e lotas.

– Restauração e bebidas, para confecção de refeições prontas a levar para casa, nos termos acima referidos.

– Serviços de entrega ao domicílio.

– Serviços médicos, de saúde, de apoio social, farmácias, locais de venda de medicamentos não-sujeitos a receita, oculistas, lojas de produtos médicos, ortopédicos, cosmética, higiene, naturais e dietéticos.

– Papelarias e tabacarias (jornais, tabaco) e jogos sociais.

– Serviços públicos essenciais e respectiva reparação e manutenção: água, energia eléctrica, gás natural e gases de petróleo liquefeitos canalizados, comunicações electrónicas, correios, recolha e tratamento de águas residuais e de efluentes, de gestão de resíduos sólidos urbanos e de higiene urbana e de transporte de passageiros.

– Clínicas veterinárias e lojas de venda de animais de companhia e respectivos alimentos.

Mini e hipermercdos, talhos, peixarias, padarias, farmácias, clínicas, lojas de produtos médicos, oficinas auto e floristas são alguns estabelecimentos que não podem fechar

– Venda de flores, plantas, sementes e fertilizantes.

– Lavagem e limpeza a seco de têxteis e peles, drogarias, lojas de ferragens e de material de *bricolage*.

– Postos de abastecimento de combustível e lojas de venda de combustíveis para uso doméstico.

– Manutenção e reparação de veículos automóveis, motociclos, tractores, máquinas agrícolas, venda de peças e acessórios e reboque.

– Venda e reparação de electrodomésticos, equipamento informático e de comunicações.

– Serviços bancários, financeiros e seguros.

– Actividades funerárias.

– Serviços de segurança ou de vigilância ao domicílio, bem como de manutenção e reparações ao domicílio, actividades de limpeza, desinfecção, desratização e similares.

PAULO PIMENTA

Os restaurantes podem afectar à venda de comida para fora funcionários cujo contrato previa outras funções específicas. E os serviços de entrega também não devem parar

– Estabelecimentos turísticos, que podem servir restauração e bebidas apenas aos hóspedes, excepto parques de campismo.

– Alojamento estudantil.

O que tem de fechar

O decreto aprovado pelo Conselho de Ministros também apresenta uma lista exaustiva dos estabelecimentos comerciais, dos serviços e de vários equipamentos que têm de permanecer encerrados nesta fase.

– Actividades recreativas, de lazer e diversão: discotecas, bares, salões de dança ou de festa, circos, parques de diversões, recreativos para crianças, aquáticos, jardins zoológicos (é permitido o acesso aos trabalhadores para cuidar dos animais).

– Locais destinados a práticas desportivas de lazer.

– Actividades culturais e artísticas: auditórios, cinemas, teatros, salas de concertos, museus, monumentos, palácios, locais arqueológicos (centros interpretativos, grutas, sejam nacionais, regionais ou municipais, públicos ou privados (é permitida a entrada aos trabalhadores para conservação e segurança), bibliotecas, arquivos, praças, locais e instalações tauromáquicas, galerias de arte e salas de exposições.

– Pavilhões de congressos, salas polivalentes, salas de conferências e pavilhões multiusos.

– Actividades desportivas, salvo as destinadas à actividade dos atletas de alto rendimento: campos de futebol, rugby, pavilhões ou recintos fechados, pavilhões de futsal, basquetebol, andebol, voleibol, hóquei em patins e similares, campos de tiro, *courts* de ténis, padel, pistas de patinagem, hóquei no gelo, piscinas, *rings* de boxe, artes marciais, circuitos permanentes de motos, automóveis, velódromos, hipódromos, pavilhões polidesportivos, ginásios e academias, pistas de atletismo, estádios, termas e spas.

– Actividades em espaços abertos, espaços e vias públicas privadas equiparadas a públicas: pistas de ciclismo, motociclismo, automobilismo, salvo as destinadas à actividade dos atletas de alto rendimento, provas e exibições náuticas e aeronáuticas, desfiles e festas populares, manifestações folclóricas ou de qualquer natureza.

– Casinos, estabelecimentos de jogos de fortuna ou azar, como bingos, salões de jogos ou recreativos.

– Máquinas de venda de comida embalada.

sao.jose.almeida@publico.pt

Carta aos leitores e leitoras do PÚBLICO

Editorial
Manuel Carvalho

Há momentos na vida das nações em que as dificuldades e os desafios são de tal forma graves que só um verdadeiro esforço de todos e de cada um de nós é capaz de os ultrapassar e vencer. Vivemos um desses momentos. As dificuldades estão um pouco por todo o lado e o jornalismo não lhes escapa. O propósito desta carta é chamar a sua atenção e apelar ao seu sentido cívico para constatar os perigos que corremos. Com centenas de postos de venda fechados, com as receitas publicitárias em queda acentuada, o futuro do PÚBLICO precisa mais do que nunca do apoio dos seus leitores. Do seu apoio. Ser assinante representa hoje muito mais do que o acesso pleno às notícias, reportagens e opinião que publicamos todos os dias; representa também o seu compromisso com a sustentabilidade do nosso jornalismo independente e plural que, em tempo de crises, é crucial para enfrentarmos o perigo actual e para garantirmos a preservação da nossa sociedade livre e aberta.

A pandemia da covid-19 vai-nos obrigar a um extraordinário esforço de resistência para reduzirmos ao máximo os impactes do vírus. Para que esse esforço faça sentido, para que a coesão nacional se reforce, para que todos saibamos exactamente o que nos espera e o que podemos e devemos fazer, é indispensável haver informação credível. Saber exactamente o que decidem e fazem os poderes públicos, conhecer com base na inteligência e na razão o papel que nos cabe, evitar o alarmismo que gera o pânico ou o sensacionalismo que nos engana são condições cruciais para, colectivamente, vencermos a pandemia. Por isso, decidimos libertar o acesso dos nossos textos sobre a covid-19 a todos os portugueses. Por isso, decidimos desmontar todas as barreiras de acesso ao nosso *site*.

Um jornal e o jornalismo só o são plenamente se orientados pelo espírito de serviço público e pela obediência a um código de valores que vai desde o respeito pelas minorias, pela luta contra a discriminação, a defesa da democracia, do Estado de direito, da liberdade de expressão ou da tolerância à necessidade de escrutinar os poderes para evitar abusos e defender os cidadãos. O PÚBLICO inscreve estes princípios na sua matriz editorial desde a origem. Não iremos abdicar deles. Mas, para o conseguirmos, o seu apoio é fundamental. Por isso, pedimos aos nossos assinantes que continuem do nosso lado. Por isso, pedimos aos leitores que se juntem a esta causa. Tornem o nosso presente mais entendível e o futuro de todos mais esperançoso.

Governo trava voos que vêm de fora da Europa e isola Ovar

manuel.carvalho@publico.pt

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Diário da pandemia

Hi Fly vai trazer máscaras e testes da China
A companhia aérea privada portuguesa Hi Fly anunciou que vai enviar um Airbus A340 num "voo de emergência à China para recolher máscaras protectoras, óculos, roupa, testes de diagnóstico, ventiladores" e outros equipamentos essenciais.

Pediatras do Hospital de Matosinhos estão quase todos de quarentena

No Pedro Hispano, só uma médica da pediatria não está de quarentena. O director do serviço está infectado. Mas há muitos outros, noutros hospitais. País tinha ontem mil casos confirmados

Alexandra Campos e Mariana Oliveira

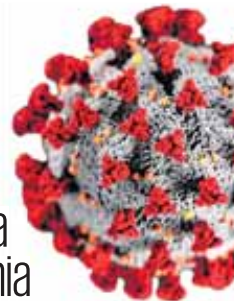
Há já muitos médicos e outros profissionais de saúde que contactaram com doentes com covid-19 e que por isso estão de quarentena em casa. E é cada vez mais elevado o número dos que estão mesmo infectados com o novo coronavírus. Isto está a obrigar à transferência de pacientes, à mudança de escalas e até à colocação em quarentena de um serviço no hospital de Matosinhos.

No Pedro Hispano (Matosinhos), só uma médica da pediatria não está de quarentena, depois de se ter percebido na quarta-feira que o director do serviço estava infectado com o novo coronavírus. Mas o médico não é o único caso positivo. Na própria direcção desta unidade de saúde vários profissionais ficaram contagiados. Tudo terá começado já na sexta-feira da semana passada quando, após uma reunião de vários directores de serviço, um dos médicos que esteve presente foi diagnosticado com covid-19.

Os outros clínicos fizeram testes e percebeu-se que vários tinham sido contagiados. Antes disso, porém, o director da pediatria já tinha reunido com a sua equipa, o que fez com que praticamente todo o serviço tivesse que ficar de quarentena e impossibilitado de assegurar as escalas da urgência metropolitana do Porto, que está concentrada no hospital de S. João. Por causa disto, a escala de quinta-feira e da madrugada de sexta-feira teve que ser efectuada por internos do S. João e pela única pediatra de Matosinhos que não esteve presente na reunião do serviço de pediatria.

No serviço de oftalmologia do hospital do S. João uma parte substancial dos profissionais de saúde está igualmente em casa

"Estou em casa e não tenho sintomas nenhuns. Da minha equipa, constituída por 17 pediatras e vários internos, apenas dois fizeram os testes, tendo os resultados sido negativos", contou ao PÚBLICO o director do serviço de pediatria do Pedro Hispano, Cidrais Rodrigues.

Mas este não é caso único. Uma ginecologista do Centro Materno Infantil do Norte (CMIN) teve mesmo que ficar internada porque o seu estado inspira cuidados, soube o PÚBLICO. Dentro do CMIN há ainda vários enfermeiros infectados e um grande número de profissionais de saúde estão em quarentena.

No serviço de oftalmologia do hospital do S. João uma parte substancial dos profissionais de saúde está igualmente em casa, depois de se ter descoberto que um doente estava infectado, revelou um responsável que pediu o anonimato. Também há profissionais de saúde dos hospitais de Gaia, de Aveiro e de Santa Maria da Feira nesta situação. "O problema é que os médicos não estão a ser testados por sistema", lamenta o responsável do S. João, que prefere não se identificar.

No hospital de Santa Maria, em Lisboa, há "pelo menos uma dúzia de profissionais de saúde" infectados, adianta Nídia Zózimo, médica que chefia uma das equipas de urgência desta unidade. Aqui, vários profissionais de saúde foram para casa só depois de se ter decidido efectuar testes aos doentes com pneumonia. Percebeu-se então que dois tinham covid-19.

Além do caso do Santa Maria, o secretário-geral do Sindicato Independente dos Médicos, Jorge Roque da Cunha, revela que "há seis médicos, três dois quais internados, dois enfermeiros e dois técnicos de fisioterapia infectados no hospital do SAMS (sistema privado de saúde dos bancários)".

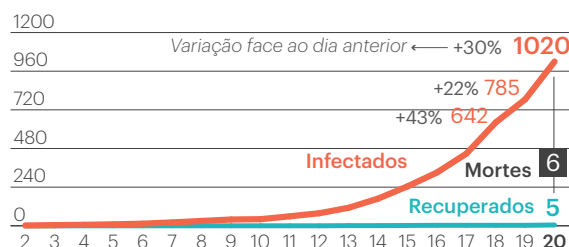
"É preciso fazer testes por sistema e com rapidez aos profissionais de saúde que contactam com doentes em todos os hospitais sem passar pela linha de apoio ao médico [que valida os casos que têm critérios para serem

Bebé de mãe com covid-19 não está infectada
A bebé que nasceu de uma mulher infectada pelo novo coronavírus não está infectada pelo vírus. "A primeira prova foi negativa e a prova confirmatória também já sabemos que é negativa", disse o neonatalogista Henrique Soares, do Hospital de São João, no Porto

Evolução dos casos confirmados em Portugal
Valores às 12h00 de 20 de Março

Fonte: DGS

Uso de luvas pode agravar propagação do vírus
Para quem anda na rua com luvas pensando que servem de protecção, a Direcção-Geral da Saúde avisa: além de ser ineficaz, o uso incorrecto pode ter um efeito contrário e funcionar como "veículo de transmissão do vírus". O mais importante é lavar as mãos.

PAULO PIMENTA

considerados suspeitos e testados], que não está a conseguir dar resposta", critica. Roque da Cunha diz mesmo que a atender médicos especialistas há do outro lado desta linha "internos do primeiro e segundo ano" a validar casos, o que "não faz qualquer sentido".

Dificuldade em fazer testes

Os profissionais de saúde não estão a ser testados com rapidez apenas porque a linha de apoio ao médico não funciona, diz Roque da Cunha. "Também há falta de reagentes para fazer os diagnósticos laboratoriais e isso devia ter sido pensado antes. Devia haver uma reserva de reagentes, tal como de equipamentos de protecção individual. Na altura da gripe A, em 2009, estávamos mais bem preparados, levou-se tudo mais a sério."

A dificuldade de fazer testes é de tal ordem, conta, que uma médica de um centro de saúde que atendeu um doente com covid-19 – e que a linha de apoio ao médico considerou não ter critérios para efectuar ao diagnóstico laboratorial – "vai pagar 120 euros do seu bolso para perceber se está infectada no laboratório privado". "Isto é gravíssimo".

"Tem sido um drama para ligar à linha de apoio ao médico. Houve dois casos positivos no meu agrupamento de centros de saúde que estiveram três dias à espera dos resultados dos testes, sendo que final um deles deu positivo. Os profissionais de saúde deviam ter via verde para fazer os testes", defende.

A Ordem dos Médicos denunciou na terça-feira que 20% das pessoas infectadas em Portugal são profissionais de saúde e alertou que a falta de equipamentos de protecção individual está a ser o calcanhar de Aquiles do combate ao novo coronavírus. O secretário de Estado da Saúde contrapôs, porém, que nessa altura havia apenas cerca de três dezenas de profissionais infectados, 18 deles médicos, entre os 448 casos positivos existentes nessa altura.

Ontem, o balanço da Direcção-Geral da Saúde dava conta de seis mortes e cinco casos recuperados de um total de 1020 casos já confirmados no país, mais 235 do que no dia anterior. O número de casos suspeitos ascendia a 7732, mais 1671 do que na quinta-feira.

acampos@publico.pt

> **Tem sido um drama para ligar à linha de apoio ao médico. Os profissionais de saúde deviam ter via verde para fazer os testes**
>
> **Roque da Cunha**
> Sindicato Independente dos Médicos

Hospitais privados vão passar a receber doentes de covid-19

Ana Maia

Os hospitais privados vão passar a receber os doentes de covid-19 que sejam diagnosticados nestas unidades. Até agora, seguiam o protocolo que estabelecia que os casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus fossem encaminhados para os hospitais de referência.

"Os hospitais privados também vão receber doentes covid em casos em que os doentes sejam diagnosticados no privado e em regime de complementaridade com o SNS. A resposta tem sido adaptada à evolução do surto no país", informou o gabinete de comunicação do Ministério da Saúde em resposta às perguntas enviadas pelo PÚBLICO sobre a reorganização da rede de cuidados de saúde.

Durante a manhã de ontem, na conferência de imprensa, o secretário de Estado da Saúde afirmou que a ajuda disponibilizada pelas unidades privadas é "muito importante como resposta complementar ao SNS". Nessa altura, António Lacerda Sales disse que essa ajuda ainda não tinha sido usada porque não tinha sido necessário, mas salientou que, "conforme a evolução do surto", podia ser chamada.

O PÚBLICO apurou que à tarde a Associação Portuguesa de Hospitalização Privada e o Ministério da Saúde estiveram reunidos para articular a nova fase de resposta à pandemia.

Na conferência de imprensa, o secretário de Estado da Saúde disse que as unidades de cuidados intensivos dos privados poderão ser "muito importantes" para lidar com o surto. E deu números: 450 camas de cuidados intensivos que se podem juntar às 1124 já contabilizadas no SNS. A contabilidade dos ventiladores já tinha sido feita e no sector privado estão sinalizados 250 destes equipamentos.

Alguns dos grupos privados de saúde já estavam a reorganizar-se para receber doentes de covid-19. O grupo CUF enviou esta semana um comunicado aos funcionários explicando que "dois dos seus hospitais – o Hospital CUF Porto e o Hospital CUF Infante Santo, em Lisboa – assumirão o diagnóstico e tratamento de doentes com infecção pelo novo coronavírus". Também o grupo Lusíadas Saúde emitiu um comunicado no qual dizia disponibilizar 231 camas de internamento, 54 ventiladores e as respectivas equipas de saúde necessárias do Hospital Lusíadas Albufeira, Clínica de Santo António e uma parte do Hospital Lusíadas Porto para doentes com covid-19.

No SNS, a resposta à pandemia está igualmente a reorganizar-se. "A maioria dos hospitais já está pronta para receber pacientes infectados com o novo coronavírus", salientou o Ministério da Saúde. A directora-geral da Saúde, Graça Freitas, explicou na quinta-feira que todos os hospitais estavam a criar circuitos para separar os doentes com e sem suspeita de infecção. O mesmo está acontecer nos centros de saúde. "O acompanhamento de doentes não urgentes de covid também será feito ao nível dos cuidados de saúde primários. Os médicos de família já estão a contactar telefonicamente os doentes com consultas programadas e vão continuar a fazê-lo, bem como a orientar as questões de emissão de receitas, análises e exames e fá-lo-ão também para monitorizar doentes com covid-19", refere o ministério na resposta ao PÚBLICO.

Na conferência de imprensa de ontem, Graça Freitas afirmou que Portugal "tem capacidade instalada para realizar 9000 testes" caso seja necessário. "Todos os que têm indicação para fazer o teste fazem", assegurou, explicando que são aplicados critérios de acordo com a exposição ao risco. Explicou ainda que estão a chegar novas metodologias que terão de ser validadas pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge.

Falou também dos protocolos de entrada e de saída do país. "Hoje [ontem] vamos lançar uma norma nova para os serviços se orientarem e a indicação genérica é que quem entra em Portugal vai ter de ficar em isolamento profiláctico durante 14 dias. As autoridades de saúde da região para onde estas pessoas forem podem depois fazer uma avaliação mais fina e tomar medidas que excepcionem esta regra."

amaia@publico.pt

RUI GAUDÊNCIO

País tem capacidade para realizar 9000 testes ao novo coronavírus

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

PSD requereu ontem uma audição de urgência ao ministro dos Negócios Estrangeiros sobre o apoio aos portugueses retidos no estrangeiro, o que Augusto Santos Silva aceitou três horas depois

Há portugueses em 45 países ainda à espera de regressar

De Itália, país que ultrapassou a China em número de mortos pelo coronavírus, já voltaram 260 estudantes portugueses de Erasmus, o maior contingente de regressados ao território nacional

Nuno Ribeiro

Em 45 países, há cidadãos portugueses que contactaram as embaixadas e consulados para regressar ao nosso país. Esta era a listagem, ao princípio da tarde de ontem, feita na Secretaria de Estado das Comunidades, referindo-se a um universo díspar de turistas, estudantes do programa Erasmus e trabalhadores. Uma lista sempre em evolução.

A pandemia do novo coronavírus cortou as férias e deixou vários turistas portugueses em situação aflitiva. No Chile, há dois nacionais, ambos com mais de 70 anos, em quarentena num cruzeiro, cuja evolução é acompanhada pelos serviços consulares. E levou o PSD a requerer ontem uma audição de urgência ao ministro dos Negócios Estrangeiros, o que Augusto Santos Silva aceitou três horas depois.

Em Chipre, é seguida a situação de uma cidadã nacional que está em isolamento por ter contactado com uma pessoa infectada pelo novo coronavírus. O mesmo ocorre na Índia com um piloto português da companhia aérea GoAir, também em quarentena depois de contacto com um passageiro cujo teste deu positivo.

Nas Maldivas, seis portugueses, em quarentena, são referidos na lista da secretária de Estado Berta Nunes como estando a receber apoio consular.

Há mais casos marcados pela urgência da pandemia. Na Argentina, 31 turistas portugueses estão à espera de alternativa para sobrevoar o Atlântico e regressar a casa. O mesmo acompanhamento é prestado a 30 que estavam de férias Filipinas e querem voltar.

Esta lista inclui destinos exóticos: dez turistas e o seu guia, todos de nacionalidade portuguesa, pretendem regressar da Mongólia o mais cedo possível. Um caso menos conhecido do que o dos 329 turistas nacionais no Peru à espera de repatriamento.

Ou do apoio consular aos sete tripulantes portugueses do navio de cruzeiros *Grand Princess*, que estão nos Estados Unidos. Se em Marrocos há 70 à espera de regressar, depois de o reino ter cortado as ligações aéreas com Portugal, já outros 160 ultrapassaram esta dificuldade e aterraram em Lisboa no dia 15 de Março, domingo.

Noutros casos, o regresso não envolveu directamente os serviços consulares, como aconteceu com os 106 trabalhadores portugueses na Argélia, cujo regresso foi resolvido pela empresa, que fretou um aparelho.

MANUEL ROBERTO

Muitos estudantes de Erasmus têm regressado a casa, mas ainda há muito a aguardar

Erasmus pela Europa

Noutros 32 países, no âmbito do programa Erasmus há centenas e centenas de estudantes portugueses. A contabilidade feita na tarde de ontem às suas reclamações, desejos e situações é a seguinte.

Na Alemanha, 68 saíram e outros 13 aguardam pelo regresso. Na vizinha Áustria, 27 voltaram a Portugal, mas 19 manifestaram aos serviços consulares a vontade de ficar.

Na Bélgica, 55 saíram e 29 permanecem, enquanto na Bulgária seis regressaram, oito ficam e um pediu apoio consular.

Em Chipre, na Croácia, na Dinamarca e na Eslováquia, a contabilidade oficial do dia de ontem aponta para 95 estudantes contactados, mas sem decisão tomada sobre o seu futuro imediato.

Já na Eslovénia, 43 saíram, 40 permanecem e dez pediram apoio à rede consular. Em Espanha, onde a pandemia galga sem cessar, 203 estudantes portugueses abandonaram o projecto Erasmus, 70 por lá ficam.

Em França, 73 estudantes optaram por regressar a casa e dez solicitaram apoio. Particularmente gritante é a situação que se vive em Itália, país que já ultrapassou a China no número de mortos pelo coronavírus: 260 estudantes portugueses do Erasmus voltaram, o que é o maior número dos regressados, 83 pretendem ficar e 30 pediram apoio aos serviços consulares.

nribeiro@publico.pt

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Polícias podem usar máscaras sempre?
O grupo parlamentar do PSD quer saber se estão a ser dadas ordens aos profissionais da PSP para não usarem máscaras de protecção individual a não ser em certas situações. Também questiona se os agentes têm os materiais de protecção necessários. A pergunta dirigida ao ministro da Administração Interna foi ontem entregue no Parlamento depois de um sindicato, o Sinapol, ter dito que os profissionais da PSP têm "instruções" para só utilizarem máscaras "em contacto com alguém potencialmente infectado" de modo a "não causar alarme social".

A médica que quis ser agricultora lida hoje com a pandemia que está a atormentar o mundo

Graça Freitas É a directora-geral da Saúde que todos os dias nos surge no pequeno ecrã a assumir as despesas da luta contra a covid-19

Perfil
Lucinda Canelas e Sérgio C. Andrade

Está no olho do furacão criado pela covid-19 e chega a casa dos portugueses diariamente para dar conta dos últimos números e fazer as recomendações necessárias face à evolução do surto do novo coronavírus no país. Faz questão de falar de forma directa, evitando carregar o discurso de termos técnicos, e procura responder com clareza às perguntas que lhe são dirigidas por jornalistas em qualquer ocasião. Sabe que uma comunicação eficaz é essencial num cenário de pandemia como o que atravessamos e que a exposição mediática faz parte do caderno de encargos das funções que desempenha. Graça Freitas, 62 anos, está à frente da Direcção-Geral da Saúde (DGS) desde 2017, mas nunca como agora viu a sua acção tão escrutinada.

Diz quem a conhece que é de uma firmeza serena, pragmática, franca, leal e incansável. Tecnicamente competente, faz as perguntas certas, sabe o que quer de cada uma das equipas com que trabalha, na DGS e fora dela, e dá-lhes a autonomia de que precisam. Porque confia. A transparência, não se cansa de sublinhar, é sempre a melhor estratégia, sobretudo quando a desinformação, exponencialmente multiplicada pelas redes sociais, faz uma concorrência perigosa aos órgãos de comunicação e às fontes institucionais, nacionais e internacionais, como a Organização Mundial de Saúde (OMS). Estas qualidades, no entanto, não a têm isentado de críticas.

Graça Freitas tem feito passar a mensagem necessária de forma "simples, coerente e transversal", demonstrando que é "tecnicamente madura, preparada", diz Delfina Antunes, delegada da Unidade de Saúde Pública do Agrupamento de Centros de Saúde (ACeS) do Porto Ocidental, uma médica que a conhece há quase duas décadas e com ela trabalhou em vários projectos envolvendo a OMS e a União Europeia. "Em situações de crise, como a desta pandemia, haver um comunicador único é fundamental. A pressão é enorme, mas a dra. Graça Freitas continua firme e muito à vontade a falar. Deu aulas de Epidemiologia mais de 20 anos e sabe chegar às pessoas de uma forma simples", acrescenta.

O mesmo diz Jorge Torgal, outro especialista em saúde pública, professor jubilado da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, admitindo que tem pela directora-geral da Saúde "grande consideração pessoal": "Ela tem feito uma muito boa prestação, correcta, porque – e outra coisa não seria de esperar – é bem fundamentada. Fala de uma forma que oferece confiança."

Garante este médico que é muito difícil nestes contextos, tendo em conta toda a informação que há para trás sobre a progressão da pandemia, "dar respostas simples que não sejam simplistas", ao mesmo tempo concretas e precisas, num comunicado breve que todos devem compreender. E isto tudo quando quem fala está sujeito a um "protagonismo forçado" que vai contra a sua natureza.

"Até fico surpreendido com a sua capacidade de resistência, física mesmo, ao ter esta intervenção pública diária. Mais uma razão para salientar o facto de ela não cometer um erro de três em três dias, ainda por cima não sendo uma profissional da comunicação".

O plano de vacinação

Ser uma "profissional da comunicação" nunca esteve entre as carreiras que Graça Freitas ponderou. Nascida no Huambo, em Agosto de 1957, filha de um funcionário da administração portuguesa e de uma dona-de-casa, levou em Angola uma "vida pacata", em que começou por sonhar ser agricultora e depois arquitecta, disse numa entrevista ao PÚBLICO em Agosto de 2018, quando estava havia nove meses à frente da DGS.

Assumira funções, interinamente, no final de 2017, em substituição de Francisco George, que deixara o cargo por ter atingido o limite de idade (70 anos), mas não gosta que se diga que lhe sucedeu, já que a

PSP apela à denúncia
A PSP tem tido notícia pelos *media* e redes sociais da "alegada prática de crimes de burlas" e outros praticados "por falsos funcionários" contra idosos, no contexto da crise de saúde pública que se vive. Até agora não há registos. Mas apela a que, a existirem, sejam denunciados.

40%

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto vai reduzir em 40% a sua oferta de carreiras, já a partir de segunda-feira

Quer ajudar o Serviço Nacional de Saúde?
O anúncio foi feito pelo secretário de Estado da Saúde António Sales e a funcionalidade já está criada. Na página dedicada à covid-19, acessível através do *site* da Direcção-Geral da Saúde, foi criada uma secção para quem quer contribuir com equipamentos, serviços ou outros apoios, quer através de uma empresa, instituição ou de forma individual. Ao escolher a secção "Quer ajudar o Serviço Nacional de Saúde?" fica disponível um formulário onde tem de colocar nome, contacto telefónico, *email*, o nome da empresa ou instituição e o tipo de apoio que pode dar.

MIGUEL MANSO

direcção-geral não é uma monarquia, mas que foi escolhida por concurso.

Entrou para a DGS em 1996, a convite de Jorge Torgal, e passou a liderar a divisão de combate às doenças transmissíveis, herdando o Plano Nacional de Vacinação (PNV), aquela que define como a obra da sua vida. A cada entrevista, não perde a oportunidade de falar deste programa de sucesso criado em 1965 e de como graças a ele Portugal tem hoje elevadíssimas taxas de cobertura, imunidade de grupo e controlo de doenças.

Quando em 1980 acabou o curso na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (FMUL) – para onde transitara sem sobressaltos cinco anos antes para dar continuidade aos estudos que começara na Universidade de Luanda –, estava convencida de que as doenças infecciosas seriam uma coisa do passado. Mas quando chegou ao Centro de Saúde da Ajuda, apercebeu-se de que o sarampo ainda matava em Portugal.

Antes, trabalhara no Hospital de Santa Maria, ligado à FMUL, onde viria a dar aulas como assistente convidada entre 1995 e 2017, e passara oito meses no Centro de Saúde de Ponte-de-Sôr, em contacto com uma população rural cuja realidade desconhecia por completo. "Ela tem um genuíno interesse pela saúde pública", diz Delfina Antunes, a médica que nasceu no mesmo dia que a directora-geral da Saúde, e que com ela partilha esta especialidade clínica. "É uma pessoa acessível, cordata, que tanto se dá bem numa sala cheia de médicos e de outros especialistas em saúde como à conversa com alguém que não é da área."

Tão cordata que chega a ser, afirmou-o ao *Jornal de Notícias* Jorge Torgal, seu chefe durante quatro anos, "demasiado condescendente com quem a maltrata". Graça Freitas discorda. Diz que não é "santa", mas reconhece que prefere evitar confrontos. Opta sempre por chegar aos que a rodeiam, sejam os especialistas com quem se cruza diariamente, sejam os portugueses, com informação técnico-científica, com números, com resultados. É assim com o surto de covid-19 que agora enfrentamos, tem sido assim nos últimos 24 anos com o PNV. No contexto nacional, já o fez saber várias vezes, não vê qualquer vantagem em tornar a vacinação obrigatória por lei.

Francisco George, o seu antecessor na DGS, optou por não falar ao PÚBLICO sobre ela – "por princípios éticos, que sempre observo, não me parece oportuno fazer qualquer apreciação qualitativa neste momento", disse –, mas quem com ela trabalha descreve-a como uma mulher realista, incansável e frontal.

A forma como se dirige ao país diariamente ou como explica por que razão largou o tabaco parece confirmar este diagnóstico. "Fumei mais de 20 anos e o que me deixou verdadeiramente convencida de que tinha de parar foi a rampa da Alameda Afonso Henriques. Eu usava o metro, lá em baixo na Almirante Reis. De ano para ano, a dificuldade [de subir até ao edifício da DGS] era cada vez maior."

É do mesmo pragmatismo que faz uso no trato diário. Estudiosa, trabalhadora, humilde, tem qualidades de liderança que são para a delegada de saúde pública do Porto Ocidental evidentes: "Mantém o espírito aberto, sabe ouvir, transmite segurança às equipas e, porque confia no que são capazes de fazer, deixa-as trabalhar com autonomia."

Alexandre Abrantes, professor de Políticas e Administração de Saúde e especialista em Saúde Pública, não duvida da competência da directora-geral, mas é mais crítico quanto à forma como se tem lidado com esta pandemia em Portugal. Para este médico que é vice-presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, é preciso uma resposta que, institucionalmente, não se cinja ao universo da Saúde. "A Dra. Graça Freitas é uma pessoa extremamente competente na área da saúde pública, e está completamente a par das recomendações internacionais da OMS", tudo fazendo para aplicar da melhor maneira possível à realidade portuguesa as directrizes vindas de Genebra e Copenhaga, atesta este professor, que teve a actual directora-geral como aluna num curso de mestrado – "e foi uma das melhores alunas, se não mesmo a melhor".

Ela deve estar absolutamente exausta. No seu lugar, eu não aguentaria. Tenho o maior respeito por isso, mas a acção da DGS não pode ser personalizada. O problema não é a DGS

Alexandre Abrantes
Especialista em Saúde Pública

Ela tem feito uma muito boa prestação. Fala de uma forma que oferece confiança

Jorge Torgal
Especialista em Saúde Pública

"Ela deve estar absolutamente exausta. No seu lugar, eu não aguentaria. Tenho o maior respeito por isso, mas a acção da DGS não pode ser personalizada. O problema não é a DGS. Isto não é um problema de saúde, é um problema de segurança nacional; é uma situação de guerra e tem de ser encarada como tal. E isso não se faz com uma directora-geral da Saúde e com uma ministra", reclama.

O professor não quer "fazer acusações a este ou àquele", mas diz que é tempo de exigir uma resposta coordenada em várias frentes. Deveria ter sido já criado "um gabinete de guerra contra o vírus". Neste grupo, diz, estariam naturalmente Graça Freitas e a ministra da Saúde, mas também especialistas de outras áreas. "Isto é um problema que as ultrapassa. É preciso antecipar. Não é respondendo à situação que se ganha uma guerra; ganha-se antecipando-nos ao inimigo, prevendo o que vai acontecer e tomando as medidas antes de o inimigo chegar."

Delfina Antunes e Jorge Torgal discordam. Ambos defendem que Portugal tem dado uma resposta adequada e que a DGS tem estado à altura. Delfina Antunes não deixa de lembrar, no entanto, que a DGS tem um quadro de pessoal "retraído e envelhecido". "Há uma geração, um hiato de 20 anos, em que o SNS praticamente não tem médicos desta especialidade. No total, deveremos ser cerca de 400 especialistas em saúde pública. É muito pouco."

As vozes mais críticas contra a forma como o país está a lidar com esta crise têm sido dirigidas à SNS24, a linha de apoio gerida por privados que já foi reforçada mas que continua incapaz de dar resposta a muitas chamadas. "É muito interessante ver que aqueles que tanto criticaram, e tantos foram, a despesa em serviços públicos são hoje os primeiros a criticar a falta de recursos e a insuficiente resposta desses serviços", nota Torgal.

O "grande susto"

Graça Freitas, que até aqui fez a sua vida profissional no sector público, foi intensamente criticada por, em Janeiro, ter desvalorizado as possibilidades de contágio deste coronavírus de uma pessoa para a outra, afirmando mais tarde, no final de Fevereiro, ao *Expresso*, que Portugal poderia vir a ter, no pior dos casos, um milhão de infectados. Mas no mesmo dia 28 de Fevereiro esclareceria logo a seguir, ao PÚBLICO, que a DGS estava a trabalhar com um cenário de 21 mil doentes com covid-19 na semana mais crítica. "Essa história do 'um milhão' foi um título infeliz de um órgão de comunicação social. Era uma estimativa. E as estimativas podem ter uma amplitude enorme. Essa era uma estimativa de amplitude máxima", diz Torgal.

Delfina Antunes lembra que não é a primeira vez que Graça Freitas lida com a ameaça de um vírus agressivo – "basta pensar no grande susto que foi o SARS [Síndrome Respiratória Aguda Grave, na sigla inglesa] em 2002", com uma taxa de mortalidade de 10%. "Não temos dúvidas de que vão surgir novas epidemias no futuro, faz parte da natureza dos vírus sofrerem mutações. Mas hoje é completamente diferente enfrentar uma pandemia, em comparação com o que tínhamos há cem anos. Também é evidente, porém, que somos cada vez mais milhões no planeta e que hoje um vírus dá a volta ao mundo em horas, por isso é que a resposta tem que ser muito rápida", dizia ao PÚBLICO a directora-geral da Saúde em Agosto de 2018. "A velocidade a que tudo acontece é brutal." O surto de covid-19 veio infelizmente demonstrar que Graça Freitas não estava enganada.

lcanelas@publico.pt
sandrade@publico.pt

Ministério da Cultura garante apoios

Mário Lopes

O pacote de medidas ontem anunciado assegura o financiamento aos projectos suspensos e flexibiliza as candidaturas no cinema

Com o meio cultural português paralisado pela pandemia, o Ministério da Cultura (MC) anunciou ontem medidas destinadas a fazer frente à situação actual e a apoiar um sector historicamente fragilizado.

Numa nota intitulada "Juntos vamos criar futuro na cultura", a tutela confirma, tal como já havia sido anunciado, que a DGArtes manterá os apoios aos projectos suspensos pelo actual estado de emergência: "Ao abrigo dos contratos dos programas de apoio às artes, e até ao próximo dia 13 de Abril, pode ser suspensa a implementação de actividades e projectos artísticos acordados nos contratos em vigor". O direito ao financiamento será mantido mesmo que, "manifesta e comprovadamente", não seja possível reprogramar os eventos cancelados.

O impacto do novo coronavírus no sector é devastador

Também o Instituto do Cinema e Audiovisual (ICA) manterá as datas previstas para os concursos, flexibilizando algumas das suas exigências, como a "execução dos planos de distribuição e exibição e das regras de apoio à realização de festivais de cinema em território nacional". Serão também cumpridas "as obrigações remuneratórias para com o pessoal criativo, artístico ou qualquer outro trabalhador envolvido na execução do projecto".

A impossibilidade de estrear obras em sala leva a que se abra a possibilidade de uma "exploração inicial em televisão ou através de serviços de comunicação audiovisual a pedido, mediante consentimento do produtor". O ICA suspenderá, "até indicação em contrário", a retenção de 7,5% do preço de venda ao público dos bilhetes de cinema, contribuição que abrange também o aluguer de filmes na televisão por cabo.

O OPART, que gere o Teatro Nacional de São Carlos, a Companhia Nacional de Bailado e a Orquestra Sinfónica Portuguesa, o Teatro Nacional D. Maria II e o Teatro Nacional São João cumprirão "todos os compromissos financeiros assumidos com os seus trabalhadores", e também com "companhias, artistas e técnicos independentes".

O MC criará um *site*, www.cultura-covid19.gov.pt, onde estará disponível e em permanente actualização "toda a informação relevante". Foi igualmente criado um *email*, cultura.covid19@mc.gov.pt, através do qual as entidades artísticas podem contactar directamente a tutela.

A ministra da Cultura, Graça Fonseca, agradeceu a todos os criadores que continuam "a dar acesso, através de meios digitais, à dança, ao teatro, à música, à literatura". "O Estado vai cumprir o seu papel", afirma.

O impacto do novo coronavírus no tecido cultural está a ser devastador, atingindo com gravidade um sector em que a precariedade é a norma.

mario.lopes@publico.pt

DIÁRIO DA QUARENTENA, 4

Uma família em isolamento, e agora?

Joana Ramos

Tudo corria normalmente até receber a chamada do meu marido a dizer que um colega de trabalho tinha covid-19. E agora?

Chegou a nossa vez! Aquilo que nos separava por um ecrã de televisão estava agora realmente em nossa casa, na nossa família.

Pedi ao meu marido que ficasse longe de tudo e de todos, mas era impossível. Veio para casa e foi directamente para um quarto isolado. As crianças limparam as áreas comuns e os corrimões e eu tentava perceber se havia sintomas. Claro que havia, foi automático, nem nos deu tempo para pensar, para planear.

Tranquilizar os miúdos e ligar para uma linha que ainda hoje questiono se funciona, a SNS24, foi impossível. Quatro horas e meia a tentar ligar e nada! Pedi a um familiar que o visse num hospital particular e assim foi. A meio da noite e sozinho deu entrada e ficou internado. Fez o teste enquanto controlavam o seu estado de saúde.

A ansiedade em casa aumentava. A limpeza e desinfecção foram feitas ao pormenor. Todos, eu e as crianças, ajudaram a preparar a casa para o receber com ou sem o vírus.

Assim foi passado um dia. Com o estado de saúde estável, voltou para casa. O resultado do teste chegou: deu positivo. Tem estado enfiado num quarto, onde tem uma casa de banho só para si, e onde colocámos tudo o que me veio à cabeça ser essencial e importante para aguentar os 14 dias de isolamento. A lixívia, a água, a televisão, o telefone, o computador, uma cadeira para não estar sempre deitado, o telefone, os sacos do lixo, o álcool, as máscaras...

Explicar aos meus filhos com três, sete e dez anos que entrar no quarto do pai era proibido foi, garanto, a tarefa mais fácil! As crianças respeitam escrupulosamente todas as regras. Nunca tentaram abrir a porta. Lidar com os adultos que nos questionam constantemente, e de uma forma por vezes acusadora, sobre o porquê de a restante família não ter feito o teste, é mais difícil.

O resultado do teste chegou: deu positivo. Tem estado enfiado num quarto onde colocámos tudo o que me veio à cabeça ser essencial. A lixívia, a água, a televisão, o telefone, o computador, uma cadeira para não estar sempre deitado, o telefone, os sacos do lixo, o álcool...

É importante perceber que os cuidados médicos não vão chegar a todos! Ser humano e racional é fundamental para que possamos ultrapassar esta pandemia. A nossa família só fará o teste caso existam sintomas, nada mudaria no nosso dia-a-dia com ou sem teste. Estamos todos isolados em casa, não saímos. Vamos dar lugar nos serviços de saúde a quem precisa.

Agora assumo o papel de enfermeira. Também sou mãe, sou professora e ainda mantenho activa a minha profissão (sou assessora de administração num hotel). As crianças falam com o pai através do telemóvel ou do Skype, apesar de estarmos todos na mesma casa. As compras são feitas pela família, amigos e vizinhos. Cada amigo que sai de casa avisa-nos e pergunta o que precisamos. Até o nosso talho se disponibilizou para vir entregar as compras a casa, deixam-nos tudo à porta e pagamos através de transferência bancária.

Também as refeições do pai são deixadas à porta do quarto isolado! Ninguém ali entra! Deixo sempre passar algumas horas até recolher a louça à porta. Desinfecto tudo depois.

Ao fim de 14 dias é necessário fazer dois testes e o resultado terá de ser negativo para podermos respirar de alegria.

Só lamento que neste momento em que vivemos entre a vida e a morte de muitas pessoas, em que o nosso isolamento está a pôr à prova a nossa capacidade de tolerância, de resistência e de fé, eu esteja a ser pressionada diariamente pela minha entidade patronal com despedimentos e cortes de salários. A economia não pode parar, mas sem vida não há economia.

Assessora de administração de um hotel

Já estamos habituados a servir refeições nas escolas nas interrupções lectivas (Natal, Páscoa e Verão) há alguns anos

Manuel Pereira
Presidente da Assoc. Nacional de Dirigentes Escolares

Escolas estão a servir refeições a 5500 alunos carenciados

Samuel Silva

Cerca de 5500 estudantes carenciados comeram ou receberam diariamente uma refeição das suas escolas desde que, no início desta semana, as aulas presenciais foram suspensas. Este foi um dos serviços excepcionais que o Governo determinou que as escolas deviam continuar a prestar, no âmbito das medidas de contenção da covid-19. Cerca de 100 filhos de profissionais dos serviços especiais estão nos estabelecimentos de ensino.

Servir refeições, diariamente, a mais de 5000 estudantes não coloca pressão adicional nas escolas, garantem os directores. "Já estamos habituados a fazê-lo nas interrupções lectivas – no Natal, na Páscoa e no Verão – desde há alguns anos", recorda o presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares (ANDE), Manuel Pereira. O número de estudantes alimentados pelos estabelecimentos de ensino na última semana é semelhante ao que foi atendido nas últimas férias escolares. Só os alunos com escalão A da acção social escolar, no qual se incluem os mais carenciados, têm acesso a este serviço, tanto nas pausas lectivas como neste momento de suspensão das aulas presenciais.

Segundo os dados divulgados ontem pelo Ministério da Educação, há cerca de 700 escolas preparadas para prestar este serviço – o país tem 811 agrupamentos de escolas públicas. Em concelhos onde há mais do que um agrupamento, os estabelecimentos de ensino articularam-se para que apenas um deles preste este serviço.

A maioria das 5500 refeições foi servida diariamente a alunos da região de Lisboa e Vale do Tejo (cerca de 3500). Seguem-se as regiões do Centro (cerca de 800) e do Norte (650). O Alentejo (350) e o Algarve (250) têm números inferiores.

"Vemos poucos alunos a almoçar nas escolas. Às vezes um, dois ou três", ilustra Filinto Lima, da Associação dos Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas. Isto acontece não apenas porque os 5500 alunos atendidos são um número residual face ao universo de mais de 1,5 milhões de estudantes, mas também porque em algumas escolas os alunos não têm sequer que ir à cantina para terem direito à refeição.

Há concelhos onde são as autarquias as responsáveis pelas refeições escolares e que têm preferido entregar cabazes de produtos alimentares aos encarregados de educação, evitando deslocações diárias às escolas. "Fruta, legumes, arroz, ovos, leite", conta Filinto Lima.

samuel.silva@publico.pt

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Seguros garantem coberturas durante o estado de emergência
A Associação Portuguesa de Seguradores (APS) disse ontem que a generalidade dos seguros não contém cláusulas de exclusão ou de limitação das coberturas "por efeito da mera declaração do estado de emergência" relacionada com a pandemia.

Dúvidas sobre habitação e trabalho? Há quem responda
Chama-se Plataforma Resposta Solidária e acaba de ser lançada online pelas associações Precários Inflexíveis e Rés do Chão para apoiar quem precisa de resposta a dúvidas sobre questões laborais e direito à habitação neste momento de incerteza.

Operadores desviam redes de Internet dos escritórios para as casas

Nos, Meo e Vodafone asseguram que as redes estão preparadas para responder a um acréscimo do tráfego residencial

Ana Brito

Os três principais operadores de telecomunicações em Portugal – Nos, Meo e Vodafone – anunciaram ontem que apresentaram ao Governo um plano conjunto para minimizar os efeitos da pandemia de covid-19 no desempenho dos serviços de telecomunicações em Portugal.

As empresas garantem que têm em curso todas as medidas necessárias para que os portugueses que estão obrigados a permanecer em casa possam continuar a trabalhar, a ter aulas ou a desfrutar de momentos de entretenimento, e para garantir que nenhuma das funções do Estado é beliscada neste período crítico.

As garantias dadas pelos operadores surgem depois de a própria Comissão Europeia ter dito que é preciso vigiar a capacidade de resposta das redes de comunicações neste período de isolamento social e de ter pedido à Netflix que reduzisse a qualidade das suas transmissões (feitas sobre redes de Internet) para evitar situações de sobrecarga, num momento em que a solicitação é maior do que nunca. Um exemplo que o Youtube também seguiu.

"Assegurar a integridade e continuidade das suas redes e serviços" é o foco principal, dizem Nos, Meo e Vodafone. Neste momento em que os portugueses recorrem como nunca à Internet "para trabalhar, aprender, manter contactos sociais e entreter-se", os operadores asseguram que têm estado a orientar a capacidade existente das redes "para a geografia onde os utilizadores passaram a estar".

Ou seja, para as casas das famílias e menos para os centros de escritórios e centros empresariais. Os três operadores asseguram que "as redes já estão dimensionadas para suportar as horas de pico e também estão preparadas para responder a um acréscimo" do tráfego residencial.

Ainda assim, referem que "é essencial realizar uma utilização responsável da Internet", para que se previnam "eventuais congestionamentos das redes e a perturbação dos serviços de comunicações electrónicas essenciais para as comunicações interpessoais (voz e SMS), para o ensino e trabalho à distância".

As entidades que representam o Estado português vão continuar a contar com "total conectividade" para assegurar as suas funções, garantem ainda os operadores. Os operadores vão promover reforços de rede onde eles sejam mais necessários e estão em "diálogo próximo com o Governo" para garantir, em tempo real, a conectividade das instituições.

Alertas contra fraudes

As empresas também deixam alertas contra eventuais fraudes. Nenhuma delas recorrerá a visitas presenciais "sem um pedido prévio de assistência [técnica] por parte do cliente", pelo que, quem apareça a uma porta com este tipo de justificação tem forçosamente más intenções.

As deslocações à casa dos clientes (e só por motivos de falhas técnicas e avarias) devem ser agendadas previamente por via telefónica, através das linhas habituais. Todos os técnicos estarão munidos do respectivo cartão de identificação, que exibirão à chegada.

Nos, Meo e Vodafone asseguram que têm tomado várias medidas para garantir que as equipas técnicas "estão disponíveis, remotamente sempre que possível, e fisicamente quando estritamente essencial".

Todas as medidas "estarão em vigor por tempo indeterminado e serão revistas e/ou ajustadas em função da evolução da situação".

ana.brito@publico.pt

NELSON GARRIDO

Operadores de telecomunicações pedem "utilização responsável" da Internet nesta fase crítica

O que é a utilização responsável da Net?

São vários os exemplos de como cada um de nós pode ajudar a prevenir constrangimentos

Tal como o açambarcamento de bens essenciais nos supermercados e hipermercados, há práticas que podem ser evitadas para que o uso das redes de Internet seja possível em condições para todos.

São vários os exemplos de como cada um de nós pode ajudar a prevenir constrangimentos.

Em casa, é preferível usar a rede *wifi*. Devemos evitar descarregar ou enviar vídeos, filmes e séries e também descarregar jogos de grande dimensão.

Ao ver vídeos, séries e filmes *online*, há que restringir a qualidade máxima de visualização (nada de 4K ou alta definição).

Além disso, as chamadas de voz devem ser a regra, reservando-se as videochamadas para os momentos em que são mesmo essenciais. As conferências áudio devem ser privilegiadas, em detrimento do uso individual da voz móvel.

É preciso aceder com critério aos sistemas de comunicação internos das empresas (como as VPN, sigla em inglês para redes virtuais privadas) e activar os recursos de partilha só quando necessário. Sempre que possível, ficar em modo *offline*.

E se em condições normais já é preciso evitar utilizar aplicações e conteúdos de proveniência desconhecida, ou evitar abrir mensagens e/ou ficheiros recebidos de fontes inseguras, num período excepcional, esses comportamentos preventivos ganham ainda mais relevância.
Ana Brito

Alfândegas dão prioridade à entrada de máscaras médicas
As alfândegas estão a despachar de forma prioritária a entrada das máscaras de utilização médica, diz a Autoridade Tributária e Aduaneira, garantindo ainda não existirem declarações aduaneiras de encomendas de máscaras a aguardar o desalfandegamento.

1
hora exclusiva é o tempo que os supermercados estão a dar para compras aos profissionais de saúde, segurança e bombeiros

Linha para empresas do turismo dá 750 euros por trabalhador
A linha de tesouraria para microempresas do sector do turismo, composta por 60 milhões de euros, avança com um apoio de 750 euros por cada trabalhador durante três meses, até "ao montante máximo de 20 mil euros por empresa". Este é o valor que se atinge fazendo o cálculo a nove trabalhadores, número máximo para se ser ainda considerada uma microempresa. A linha contempla também os empresários em nome individual que operam no sector do turismo. Apoio, em vigor desde quinta-feira, tem a particularidade de não vencer juros.

Apoios à TAP conhecidos na próxima semana

Luís Villalobos

O Governo incumbiu o regulador da aviação civil, a ANAC, de fazer o levantamento das necessidades de apoio das transportadoras aéreas, em que se destaca a TAP. De acordo com as informações recolhidas pelo PÚBLICO, o processo ainda não está terminado, prevendo-se que tal aconteça na semana que vem. Em cima da mesa está a possibilidade de haver garantias públicas para a TAP se conseguir financiar, à semelhança do que aconteceu com os bancos durante a crise da dívida soberana e nos tempos da *troika*.

Neste momento, a transportadora área portuguesa, tal como as suas congéneres a nível europeu, e mundial, está a atravessar uma grave crise liquidez após a imposições de restrições às viagens por parte de governos a nível global e da queda a pique da procura.

Outras ajudas em cima da mesa podem passar por apoios ao nível dos pagamentos ao Estado (Segurança Social e obrigações fiscais) e medidas que ajudem a TAP a manter os postos de trabalho (o Governo está a facilitar o recurso ao *layoff*, a nível geral). No entanto, ainda nada está definido a 100%. A questão é saber se a TAP, que tem o Estado como accionista (dono de 50%, cabendo outros 45% aos privados Neeleman/Azul/Pedrosa e 5% a trabalhadores), consegue sobreviver nesta altura sem um aumento de capital.

A partir de segunda-feira, e pelo menos até 19 de Abril, a TAP vai passar a assegurar apenas 70 voos semanais, o que equivale a 2% da sua média de voos até aqui, e reduzir de 90 para 15 o número de destinos. Quanto aos recursos humanos, já está a rescindir com trabalhadores (através da não renovação de contratos) e a apostar num programa de licenças sem vencimento.

Agências baixam o *rating*

A S&P e a Moody's já baixaram o *rating* da transportadora, o que dificulta o financiamento no mercado. Por parte da Moody's, esta afirmou na quinta-feira que previa que a companhia aérea iria precisar de receber capital por parte dos seus accionistas entre Abril e Junho próximos.

Além da referência aos accionistas, a Moody's afirmou que a TAP vai precisar de medidas para melhorar a liquidez e "muito provavelmente vai requerer o apoio do Governo português". No final da semana passada, fonte oficial do Ministério das Infra-Estruturas, tutelado por Pedro Nuno Santos, afirmou ao PÚBLICO que estava a olhar para a TAP "com muita preocupação".

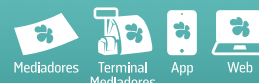
Numa crise nunca vista no sector aeronáutico, os apoios à TAP terão de ser enquadrados numa lógica europeia, com a Comissão Europeia como peça central das acções a tomar pelo Estados-membros. Neste momento, já está em vigor um regime temporário (até Dezembro) de maior flexibilização dos apoios estatais. A Comissão Europeia destaca desde logo os sectores da aviação e do turismo. No final desta crise, dificilmente o sector será o mesmo.

luis.villalobos@publico.pt

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Reino Unido: ordem para bares e restaurantes fecharem
O primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, deu ontem instruções aos cafés, bares e restaurantes para encerrarem "o mais rápido possível, de forma razoável". As restrições aplicam-se ainda "a discotecas, ginásios e cinemas".

Empresa italiana vendeu meio milhão de testes aos EUA
Uma empresa privada italiana vendeu meio milhão de testes de covid-19 aos EUA quando a Itália precisa de meios para identificar infecções, diz o *La Repubblica*. A encomenda já chegou. O Estado italiano disse que não foi informado da venda.

Itália e Espanha obrigadas a decidir entre quem salvar e quem deixar morrer

Equipas de médicos italianos decidem quem vai para os cuidados intensivos. Em Espanha, já há um guia para ajudar na decisão. Os mais velhos têm menos hipóteses de tratamento

António Rodrigues

O que fazer numa avalancha? Como se trava a onda gigante que ganha velocidade e dimensão? Mais ainda quando os meios escasseiam, a logística rebenta pelas costuras, os equipamentos esgotam-se obrigando ao improviso e a energia dos profissionais de saúde vai-se esgotando depois de tantos dias a lutar contra pandemia do coronavírus?

A Organização Mundial da Saúde considera que Itália e Espanha são agora o epicentro da pandemia de coronavírus, sendo que Itália já superou em muito o número de mortos (4032) da China, enquanto a Espanha cruzou a barreira dos mil mortos (1046) e estava ontem com mais de 20 mil casos.

Se em Itália os médicos andam há dias a decidir sobre a vida e a morte dos seus pacientes, obrigados a escolher a quem socorrer, por não haver capacidade para responder a todos os doentes mais graves, a Espanha começa a preparar-se para o mesmo, à medida que as unidades de saúde das zonas mais afectadas se aproximam do limite da sua capacidade.

A Sociedade Espanhola de Medicina Intensiva e Crítica e Unidades Coronárias criou um guia ético para ajudar a quem tem de tomar essas decisões de vida ou de morte e disponibilizou-o no seu *site*. De acordo com o *El País*, aos médicos é recomendado que se "dê prioridade à maior esperança de vida com qualidade".

Em relação aos mais idosos, diz o guia, o que "deve ser tido em conta é a sobrevivência sem deficiência, acima da sobrevivência apenas". Porém, o primeiro critério de escolha não deve ser a faixa etária: "É importante assinalar que a idade cronológica (em anos) não deve ser o único elemento a considerar nas estratégias de atribuição" de ventiladores ou camas nos cuidados intensivos.

Se a situação em Espanha está prestes a chegar ao limite da capacidade de resposta do sistema de cuidados de saúde, nomeadamente na comunidade de Madrid, o de Itália há algum tempo que superou esse limite. Mensagens, apelos, fotografias partilhadas por médicos e enfermeiros nas redes sociais mostram o esgotamento a que se chegou em Itália, onde o número de casos diários de mortes continua nas centenas (nas últimas 24 horas foram mais 600 mortos e 4670 novos casos confirmados).

Correu mundo a imagem de uma enfermeira de Cremona que desmaiou de cansaço ao fim de dez horas de trabalho, sem sequer ter tempo de tirar a máscara. Francesca Mangiatordi, a colega que tirou a fotografia, deixou a mensagem: "Estamos física e fisiologicamente a dar as últimas."

Flavia Petri, presidente da Sociedade Italiana de Anestesia, Analgesia, Reanimação e Cuidados Intensivos (SIAARTT), afirmou que foram dadas indicações sobre o que fazer numa situação como a que a Itália enfrenta, que são mais ou menos as mesmas para cenários de guerra. "Num contexto de grave escassez de recursos de saúde", diz o guia, citado pelo *Clarín*, os cuidados intensivos devem ser dados aos "pacientes com maiores probabilidades de êxito".

Giorgio Gori, o presidente da Câmara de Bérgamo, uma das cidades mais atingidas pela covid-19, diz que não só o número de vítimas da pandemia é superior aos números oficiais, porque há gente a morrer em casa e nos lares de idosos a quem não se fez o teste do coronavírus (o que também é uma decisão de vida ou de morte), como refere que há hospitais na Lombardia que se viram obrigados "a decidir não entubar alguns pacientes mais velhos", deixando-os morrer.

O Hospital Giovanni XXIII, a principal unidade de cuidados de saúde de Bérgamo, é um dos que se debatem com falta de meios para atender ao fluxo diário de pacientes. Sem camas nos cuidados intensivos, anda a transferir pacientes para outros hospitais e clínicas da região e multiplica-se nos pedidos de ajuda, quer de material quer de pessoal médico.

"À beira do colapso"

O mesmo se passa em Espanha, onde o projecto Humanização nos Cuidados Intensivos (HU-CI) publicou nas últimas horas no Twitter um pedido dramático de ajuda: "Apelo urgente a toda a comunidade de cuidados intensivos de Espanha."

"As equipas das Unidades de Cuidados Intensivos de Madrid estão a deixar a pele e a vida nesta pandemia de #COVID19 e fazem falta mais mãos", afirma o *tweet*, complementado por outro: "Neste momento, dos mil pacientes em ventilação mecânica em todo o país, 700 estão a ser atendidos na comunidade de Madrid e estamos à beira do colapso, sem camas nem mãos nem cabeça para atender a mais pessoas."

Em Bérgamo, o número de mortos tem superado a capacidade de enterro

Ao ritmo a que os casos estão a subir, não tarda que em Madrid se comece a ter de formar equipas para avaliar sobre a vida e a morte. Como acontece na Unidade de Cuidados Intensivos (UCI) do Policlínico de San Donato, em Milão, onde cada vez que uma cama fica vaga dois anestesistas, um especialista em animação e um médico de medicina interna, se juntam para decidir que paciente em estado grave a irá ocupar.

"Não estamos habituados a tomar decisões tão drásticas", afirmou à Reuters o subdirector dos cuidados intensivos Marco Resta. "Temos de ter em conta se os pacientes mais velhos têm família que possa cuidar deles depois de saírem da UCI, porque vão necessitar de ajuda", explicou. E se não tiverem, "tens de olhar nos olhos do paciente e dizer-lhe 'vai correr tudo bem'", uma "mentira que te destrói por dentro".

Em 24 horas foram mais 600 mortos e 4670 novos casos confirmados em Itália, superando as quatro mil mortes

Se mesmo para quem ingressa nos cuidados intensivos a possibilidade de sair de lá com vida é de 50% (em circunstâncias normais, a percentagem anda entre 14% e 16%), a possibilidade de os outros pacientes graves recuperarem das consequências do coronavírus são ínfimas. Talvez seja por isso que a percentagem de mortos em relação ao número de doentes curados seja tão alta em Itália: dos 9161 casos de covid-19 considerados encerrados até agora, só 56% dos pacientes se curaram, os outros 44%

Quarentena torna campos de trabalhadores em prisões
Os miseráveis e sobrelotados campos onde vivem milhares de imigrantes no Qatar (95% da força de trabalho do país) foram fechados depois de alguns trabalhadores terem sido diagnosticados com covid-19. Prevê-se que os casos aumentem.

França: 78 pessoas morreram em 24 horas
Ontem, e no espaço de 24 horas, França registou 78 mortes relacionadas com o novo coronavírus, fazendo elevar o número total de vítimas para 450 — 87% dos mortos tinham mais de 70 anos. Havia 12.612 casos confirmados no país.

FOTOGRAMMA/EPA

e cremação da cidade e os caixões vão-se acumulando

morreram. E também em Espanha: 1585 recuperados (60%) por 1046 falecidos (40%).

Antonio Ricciardi, director da principal agência funerária de Bérgamo, na Lombardia, uma das cidades mais atingidas, contava à CBS News que já realizou quase 600 funerais desde 1 de Março, quando habitualmente num mês a sua empresa tem 120. “Uma geração morreu em apenas duas semanas. Nunca tínhamos visto nada assim. Dá vontade de chorar.”

Critério da idade

Percebe-se a ideia da geração que desaparece ao olhar os números do Instituto Italiano de Saúde (ISS) sobre as mortes de infectados com coronavírus: 90% tinham mais de 70 anos, sendo a idade média de 80,5 anos – a dos homens (79,5 anos) inferior à das mulheres (83,7 anos) – os homens correspondem a 70% dos óbitos.

“Quando os critérios são apenas a idade ou de qualidade de vida é preocupante”, afirma Javier Barbero, psicólogo adjunto do serviço de hematologia do Hospital Universitário La Paz, de Madrid, citado pelo El Confidencial. “Se o único critério é a idade, isso é ageísmo ou discriminação em função da idade”, diz. “Defendemos que a Comunidade de Madrid convoque, o quanto antes, uma comissão de especialistas clínicos e éticos para orientar a tomada de decisões.”

O guia escrito pela SIAARTT, em Itália, assume claramente a hipótese: “Pode chegar a ser necessário estabelecer um limite de idade para aceder aos cuidados intensivos.” E explica: “No caso de saturação completa dos recursos, manter o critério de atender primeiro quem chegou primeiro implicaria excluir dos cuidados intensivos pacientes só porque foram diagnosticados mais tarde.”

antonio.rodrigues@publico.pt

América Latina em alerta máximo por causa da pandemia

Ricardo Cabral Fernandes

A América Latina está paralisada e em alerta máximo por causa da pandemia de coronavírus. Depois de meses de convulsões sociais por causa das desigualdades sociais, os Governos da região vêem-se agora confrontados com a covid-19 e a maioria decretou o estado de emergência, a quarentena obrigatória e o fecho de fronteiras. E o mais provável é que os frágeis serviços de saúde públicos não tenham capacidade para aguentar o embate da pandemia, numa altura em que as condições económicas dão sinais de degradação.

Os 626 milhões de habitantes da América Latina enfrentam uma paralisação sem precedentes. Todos os países da região têm casos confirmados e Venezuela, Equador, Bolívia, Colômbia, Argentina, Peru e Uruguai fecharam fronteiras, decretaram o estado de emergência ou a quarentena obrigatória, outros optaram por desvalorizar a situação.

O Presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador, tem resistido a tomar medidas mais drásticas, mesmo quando as autoridades sanitárias lhe pedem para agir. O Presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, também tem tentado minimizar o impacto da pandemia, mas acabou por ceder à pressão e decretar, ontem, o estado de calamidade no país.

Independentemente das abordagens, o pior pode mesmo estar por vir, pelo menos é essa a análise da Organização Pan-Americana da Saúde: “A mensagem é clara: este é o momento para os países aumentarem a sua capacidade de detecção de casos, para cuidarem dos pacientes, para garantirem que os hospitais têm espaço, equipamento e pessoal para as necessidades”, disse esta semana a directora-geral da organização, Carissa Etienne. “Se toda a gente colaborar, não é tarde demais para conter a situação, aplacar a curva da epidemia e, com isso, evitar o sobrecarregar dos serviços de saúde”.

A América Latina já tem pelo menos 2300 casos de covid-19, dez vezes mais do que na semana passada, que resultaram em 22 mortes. Os casos iniciais foram importados da Europa ou da China, mas os agora identificados são já de transmissão local. A situação é de alerta máximo.

O coronavírus não discrimina por classe social, mas numa região onde um terço da população vive na pobreza, os pobres serão os mais atingidos porque a maioria vive em bairros com poucas condições de higiene e em casas sobrelotadas, o que levará à rápida propagação do vírus. Será difícil isolar quem ficar infectado, dado que a maioria dos doentes, com sintomas mais leves, cura-se em casa. A grande preocupação é a capacidade dos cuidados intensivos para tratar os doentes mais graves.

Por agora, a maioria dos Estados opta por medidas de distanciamento social, impondo a quarentena obrigatória, e ensaia fórmulas de cooperação diplomática. Muitos dos chefes de Estado da região participaram numa videoconferência para avaliar e coordenar acções de contenção da pandemia. “Concordámos que vamos avançar juntos”, disse o Presidente peruano, Martín Vizcarra.

Uma cooperação com percalços por alguns chefes de Estado terem entrado recentemente numa lógica de troca de acusações entre si. O Presidente de El Salvador, Nayib Bukele, acusou o seu homólogo mexicano de permitir a entrada de 12 passageiros infectados com coronavírus no seu país, dando a inércia mexicana como exemplo de risco para os seus vizinhos. E o Presidente colombiano, Iván Duque, fechou a fronteira com a Venezuela, acusando-a de não estar a fazer o suficiente para impedir a propagação do surto, apesar de já terem conseguido, esta semana, aplicar medidas em conjunto.

Uma maior cooperação será tarefa necessária nos meses que aí vêm. Os efeitos económicos serão duros e a região já vinha com problemas antes da pandemia, com um crescimento económico na ordem dos 0,1% em 2019. “A economia vai desacelerar e haverá problemas adicionais”, admitiu o Presidente argentino, Alberto Fernández, ao anunciar o decreto da quarentena total no país.

Alguns Governos, como o colombiano e o argentino, já anunciaram pacotes de ajuda financeira para empresas, abrindo linhas de crédito, à semelhança de homólogos europeus. López Obrador continua a negar-se a fazê-lo.

ricardo.fernandes@publico.pt

JUAN IGNACIO RONCORONI/EPA

A quarentena total já foi decretada na Argentina

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

60
milhões de pessoas estão em isolamento nos estados norte-americanos da Califórnia e Nova Iorque

850
são os casos confirmados até ontem no continente africano (seis vezes mais do que na semana passada)

Israelitas temem "o golpe do coronavírus" de Netanyahu

Maria João Guimarães

País é um raro caso de suspensão do Parlamento devido ao novo coronavírus, quando as medidas restritivas se avolumam

ATEF SAFADI/EPA
Forças militares estão na rua para garantir que medidas são cumpridas

O primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, está a ser questionado pela sua gestão da crise do coronavírus, acusado de usar a pandemia para pôr limites à democracia, quando o Parlamento foi suspenso, a polícia impediu que pessoas se manifestassem mesmo isoladas em automóveis, e as autoridades estão a seguir os movimentos dos que podem estar infectados através da geolocalização dos seus telefones e a ordenar-lhes logo, por SMS, que fiquem em quarentena.

O director da edição em inglês do *Haaretz*, Avi Scharf, diz que está em curso "o golpe do coronavírus". O presidente do Parlamento, Yuli Edelstein, decretou a suspensão do funcionamento da instituição, impedindo uma votação da maioria dos seus membros para o substituir. Netanyahu apoiou publicamente a decisão. Sem o Parlamento a funcionar, os deputados que o seu rival, Benny Gantz, consiga não poderão votar para aprovar um novo Governo e o prazo poderá passar. "Pela primeira vez desde sempre, a democracia em Israel foi suspensa", disse Anshel Pfeffer no *Haaretz*.

O centro de estudos Israel Democracy Institute fez uma comparação com países afectados pela pandemia e apenas encontrou um em que o Parlamento foi suspenso, a Lituânia (durante sete dias) — os outros funcionam, na maioria, com votações não-presenciais. Vozes levantaram-se de vários sectores. O escritor e activista Yuval Noah Harari (autor de *Sapiens*, Ed. Vogais) disse no Twitter que o estado actual do país é "uma ditadura do coronavírus". Esta sensação agravou-se quando muitos dos que pretendiam participar numa manifestação contra estas medidas de "ataque à democracia" apenas com carros, querendo dizer que estavam todos isolados, foram sendo desviados, e alguns foram detidos.

Isto acontece quando o Governo decretou as medidas mais duras até agora. "Já não se trata de um pedido ou uma recomendação. Ficar em casa é uma ordem que será garantida pelas forças de segurança", declarou o primeiro-ministro ao país sobre a pandemia, numa emissão televisiva na quinta-feira. Antes, a quarentena era obrigatória apenas para quem viesse do estrangeiro, ou tivesse tido contacto com alguém infectado.

Israel tem mais de 700 casos confirmados de coronavírus (e dezenas de milhares de pessoas de quarentena), enquanto na Cisjordânia foram reportados 57 casos entre palestinianos (e há 3900 palestinianos de quarentena no território ocupado).

Para o esforço de contenção da pandemia tem sido também convocado o Exército, que converteu, e pôs a funcionar, grandes hotéis em centros de quarentena para pessoas com sintomas ligeiros.

Outra das medidas decretadas pelo Governo foi a vigilância por geolocalização dos telemóveis de pessoas suspeitas de poderem estar infectadas e dos seus contactos, em vigor desde quinta-feira. Centenas de israelitas receberam mensagens alertando-os para o facto de terem estado perto de alguém infectado com o coronavírus e dando-lhes uma ordem: "Tem de se isolar imediatamente em casa [durante 14 dias] para proteger os seus familiares e o público", conta a emissora de rádio pública norte-americana NPR.

Mas o Supremo israelita deliberou que não era possível ter esta medida em vigor sem supervisão do Parlamento: se não for estabelecida uma comissão parlamentar que verifique como está a ser feita esta vigilância até quarta-feira da semana que vem, a vigilância tem de ser suspensa.

Também a Mossad foi chamada a participar na luta contra a covid-19, embora não com o resultado esperado. Numa operação secreta, a agência de espionagem accionou as suas redes de contactos — em países que não têm ligações diplomáticas com Israel — e trouxe 100 mil testes. O único problema, segundo o Ministério da Saúde, é que os testes não eram "bem o esperado" — faltavam algumas partes essenciais e assim os testes não podem ser usados.

mguimaraes@publico.pt

Brasil decreta calamidade pública e ministro prevê colapso do sistema de saúde

João Ruela Ribeiro, São Paulo

O Senado federal aprovou ontem, por unanimidade, o diploma que decreta o estado de calamidade pública no Brasil devido ao novo coronavírus. O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, disse que o pico das infecções deve acontecer em Julho, mas antes disso, em Abril, o sistema de Saúde brasileiro deve "entrar em colapso".

"O colapso é quando você tem dinheiro, plano de saúde, ordem judicial, mas simplesmente não há sistema de saúde para você entrar, como acontece na Itália. Para evitar esse colapso, pode ser necessário segurar a movimentação para ver se conseguimos diminuir a transmissão", acrescentou o ministro, durante um encontro com empresários, em que também esteve presente o Presidente Jair Bolsonaro.

"A epidemia em São Paulo está apenas a começar", frisou Mandetta. Este estado é o principal foco da infecção no Brasil, que, a nível nacional, regista 654 casos confirmados de infecção e sete mortos.

Horas antes, o Senado viabilizou a declaração do estado de calamidade pública. Pela primeira vez em 196 anos de história do Senado, o órgão aprovou um decreto sem a presença dos senadores, que votaram de forma remota para evitar o contágio. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que foi diagnosticado com a covid-19, não compareceu à sessão, tal como o senador Nelsinho Trad.

A partir do momento da sua entrada em vigor, o estado de calamidade pública permite que o Governo possa reforçar os gastos públicos sem necessidade de respeitar o tecto fiscal estabelecido pelo Orçamento. No entanto, os recursos adicionais devem ser canalizados exclusivamente para o combate ao novo coronavírus.

Antecipando o impacto económico que a propagação do coronavírus terá no Brasil, o Governo federal reduziu acentuadamente a previsão para o crescimento do PIB para este ano. De 2,1% previstos no início do mês — que, por si, já representavam uma redução das expectativas anteriores —, o Ministério da Economia prevê agora um crescimento de 0,02%.

Apesar do reconhecimento por parte do Governo federal de que o avanço da epidemia constitui uma crise sem precedentes, Bolsonaro criticou as medidas tomadas em alguns estados, como São Paulo, que incluíram o encerramento de estabelecimentos comerciais, e manifestou receio de ser responsabilizado pelo impacto económico. "Vocês vão querer jogar a responsabilidade em cima de mim. A economia está parando. Estão tomando medidas, a meu ver, exageradas", afirmou.

O Governo também vai proibir a entrada de cidadãos de vários países europeus, incluindo Portugal, e asiáticos, a partir da próxima segunda-feira, que não tenham residência no Brasil ou justificação profissional ou familiar para entrar no país. De fora da restrição ficaram, no entanto, os EUA.

joao.ruela@publico.pt

Governo do Brasil admite crise

Seria estúpido morrer agora — e ainda mais se for por culpa própria — sem ter sequer uma pista sobre esse 'mundo depois do coronavírus'

Efeito colateral do coronavírus: o regresso do Estado

Ponto de Vista
Jorge Almeida Fernandes

Estamos numa viragem de época. De momento, ocupam-nos a sobrevivência e a contenção da epidemia. Os humanos são curiosos e, mesmo no pico da crise, não conseguem deixar de imaginar que mundo vai nascer da pandemia. Seria estúpido morrer agora – e ainda mais se for por culpa própria – sem ter sequer uma pista sobre esse "mundo depois do coronavírus". O sentimento dominante é o de que assistimos ao fim de uma era e à inauguração de outra. Certo parece ser o reforço do papel do Estado.

Explico. Num texto publicado no dia 8 de Fevereiro ("As duas pestes de 2000"), escrevi: "A grande dúvida é saber se a epidemia se mantém como crise sanitária internacional ou se vai transformar-se num fenómeno geopolítico susceptível de alterar os equilíbrios do sistema internacional."

A resposta dos factos foi rápida: "O coronavírus pode remodelar a ordem global" – é o título de um artigo da revista *Foreign Affairs*, análogo a muitos outros. Estas semanas trouxeram a convicção, certa ou ilusória, de que o coronavírus marca uma ruptura mais funda do que o 11 de Setembro ou a crise financeira de 2008. Será mesmo uma ruptura de época. O colunista americano Thomas Friedman propôs há dias, no *New York Times*, um título que exprime este novo sentimento: "A nossa nova divisão histórica: a.C e d.C – o mundo antes do Corona e depois do Corona. (Em inglês, b.C e a.C. de *before* e *after*.) Friedman não tem dúvidas sobre a ruptura, mesmo se não sabe desenhar os traços do futuro.

A ordem global

Descontada a retórica, temos razões para pensar que vai mudar muito mais do que os equilíbrios entre as potências. Este é um terreno em que é inútil especular, pois estamos em plena pandemia e não no seu fim. Há um mês, a imagem da China estava destroçada. Hoje, Pequim está apressadamente a recuperar o seu *soft power*, tentando assumir a liderança da cooperação no combate à covid-2, lugar ostensivamente deixado vazio pelos Estados Unidos. Teremos outras surpresas nas próximas semanas.

Paralelamente, a explosão do coronavírus na América baralhou as cartas políticas. É um terreno em que Trump não se sabe mover e em que, desde o início, perdeu toda e qualquer autoridade. Os economistas prevêem uma recessão até ao fim do ano, o que faz lembrar um velho e pragmático princípio: o Presidente em funções será reeleito, se a economia estiver a crescer. Trump saiu ileso do processo de *impeachment*, mas o coronavírus subverteu todos os seus planos de campanha.

Por tudo isto, é muito cedo para imaginar as mudanças nas relações de força entre as potências, designadamente na competição Pequim-Washington.

A previsível recessão dará aos Estados um motivo para "limitar a globalização". É um diagnóstico crescentemente partilhado por políticos e economistas. Os Estados europeus são os primeiros a assinalar a necessidade de travar a deslocalização do trabalho e a autonomia da esfera financeira. Mas, apesar das pulsões proteccionistas, é impossível regressar a um mundo de espaços autárcicos, como nos anos 1930.

A emergência sanitária e as quarentenas conduzirão inevitavelmente a uma dramática crise económica. Não é por acaso que se multiplicam as propostas de um novo Plano Marshall para a Europa, o que pressupõe uma mudança no paradigma económico dominante. Subitamente, a França e a Itália parecem decididas a salvar as suas últimas "jóias". O ministro da Economia francês admite recorrer à sua nacionalização. "Para grandes males, grandes remédios", dizem economistas. A crise sanitária força a repensar o papel do Estado na sociedade. E a crise económica, cujos efeitos ainda mal se sentem, vai impor um regresso da intervenção estatal na economia.

É possível que o futuro da União Europeia se venha a jogar num plano inesperado: ser capaz ou não de voltar a pensar a longo prazo, com o horizonte da década e abandonar a "gestão corrente". Este é o momento mais baixo da UE. Resta saber se, perante a emergência, e depois dela, os grandes desafios vão reensinar aos europeus a retomar a "grande política".

Regressando à política internacional, cito um comentário do politólogo americano Stephen Walt: "Primeiro, e muito obviamente, a presente emergência lembra-nos que os Estados são ainda os principais actores da política global. Até há poucos anos, académicos e colunistas sugeriam que os Estados estavam a tornar-se menos relevantes nos assuntos mundiais substituídos por outros actores ou forças sociais. (...) No entanto, quando crescem os novos perigos, os humanos olham primeiro, e principalmente, para os governos nacionais buscando protecção."

O princípio de Quarantelli

Na Itália, que continua a funcionar como laboratório europeu, a epidemia não beneficiou o populismo. Provocou uma onde de "orgulho nacional" e reuniu o país em volta do primeiro-ministro, Giuseppe Conte, que recolhe o apoio de 71% dos italianos, a taxa mais alta dos últimos dez anos.

Para lá do apoio ao Governo, um inquérito do Instituto Demos indica uma natural e unânime aprovação do sistema sanitário. Mas indica também uma avaliação positiva das instituições – incluindo políticos e jornalistas. A antipolítica saiu da cena. "Ao contrário do passado, quase todo o país se reuniu em volta do primeiro-ministro e do Governo", escreve o sociólogo Ilvo Diamanti, responsável pelo inquérito.

"A emergência do vírus, além das vítimas, gerou medo. E produziu também um resultado, talvez inesperado, gerando um clima de opinião pública imprevisível até há poucas semanas – isto é, reconstruiu a unidade nacional."

Antes, o alvo do medo foi o "outro", o "estrangeiro" que vem de África ou de outras paragens. Os italianos têm medo. Mas agora o "outro", resume Diamanti, tornou-se um "inimigo invisível", que não pode ser parado fechando as fronteiras.

Na segunda-feira, *La Repubblica*, inaugurou a semana com um título: "A primeira coisa bela de segunda-feira 16 de Março de 2020". Era uma evocação de Enrico Quarantelli, um sociólogo americano que dedicou a sua vida científica ao estudo das reacções aos desastres. Ao contrário do senso comum, demonstrou que os acontecimentos catastróficos trazem à tona o que a humanidade tem de melhor. "A solidariedade prevalece sobre o conflito. A sociedade torna-se mais democrática." É sempre útil ler os clássicos.

Jornalista. Escreve ao sábado
jafernandes@publico.pt

MASSIMO PERCOSSI/ EPA

CORONAVÍRUS

"Tenho a canoa em cima do carro e ando de um lado para o outro"

Enquanto os Jogos Olímpicos se mantêm como o único grande evento na agenda desportiva mundial que não foi cancelado, adiado ou suspenso, os atletas vão-se preparando como podem

Marco Vaza

O fogo olímpico já está no Japão. E a 24 de Julho estará a arder na pira do Estádio Olímpico de Tóquio a marcar o arranque dos Jogos da XXXII Olimpíada. Ou não. Por enquanto, os Jogos de Tóquio são o único grande evento no calendário desportivo do planeta que não foi cancelado, adiado ou suspenso, e a mensagem oficial, da organização local ao Comité Olímpico Internacional (COI), é que, faltando quatro meses para a cerimónia de abertura, ainda é cedo para tomar uma decisão drástica, mesmo que o próprio processo de qualificação olímpica (ainda há 43% de vagas por preencher) e a preparação dos atletas já qualificados tenham sido irremediavelmente afectados com a expansão global do novo coronavírus.

Enquanto não surge a tal decisão drástica, as recomendações são para que os comités olímpicos e os governos de cada país encontrem "soluções alternativas para os atletas e os técnicos", e os atletas têm de ser criativos na forma como gerem a sua preparação em tempo de pandemia, um tempo em que todos os recintos desportivos, incluindo os centros de alto rendimento, estão fechados, um tempo em que a recolha domiciliária é um instrumento para abrandar a expansão (e com todas as tentações que isso implica, alimentares e não só), um tempo em que o treino em grupo é impossível.

O PÚBLICO falou com vários atletas portugueses de topo e com aspirações nos próximos Jogos Olímpicos, sejam eles quando forem. Fernando Pimenta, por exemplo, anda com a canoa em cima do carro à procura de um sítio no rio Lima sem ninguém para poder treinar. Já Alexis Santos está a sofrer por não nadar há uma semana (não há piscinas para o fazer), e Jorge Fonseca, sem poder treinar o seu judo, um desporto de contacto em que é impossível treinar sozinho, faz por ir mantendo a forma com umas corridinhas à noite. Já João Pereira, pela natureza do triatlo, tem de fazer uma gincana diária entre Óbidos, Alcobaça e Caldas da Rainha para trabalhar as três modalidades da sua disciplina. E Inês Henriques, a grande campeã portuguesa da marcha, faz treinos individuais numa estrada deserta algures em Rio Maior.

Às vezes, digo que estou farto da piscina, agora já estou há uma semana sem ela e sinto falta, o meu corpo precisa de nadar e de treinar

Alexis Santos
Nadador

Fernando Pimenta: a canoa em cima do carro

Uma das poucas datas que Fernando Pimenta tem na cabeça são os dias em que irá competir na canoagem olímpica, 3 e 4 de Agosto, os dois dias do K-1 1000m. E enquanto se mantiverem assim, o vice-campeão olímpico de 2012 em K-2 (com Emanuel Silva) vai fazer o que pode para não fugir demasiado ao plano. "Supostamente devia estar em estágio, mas os estágios foram cancelados. Tenho feito mais viagens, a procurar locais mais isolados no rio em que dê para treinar. Tenho a canoa em cima do carro e ando de um lado para o outro", conta o homem de Ponte de Lima, agora a trabalhar longe do Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho, encerrado, como todos os outros.

"Basicamente afastado da sociedade", Fernando Pimenta até se sente confortável nesta condição. "Sempre fui um atleta bastante solitário. Claro que treinar com alguém é sempre motivador", reforça Pimenta, que, como toda a gente, viu o seu calendário ficar completamente em branco para os próximos tempos — campeonato nacional de fundo, selectiva nacional e taça do mundo, tudo cancelado. Mais tempo para descansar e para estar com a namorada, entre as saídas de casa para os treinos solitários e para ir comprar o básico. "O resto do tempo, fechadinho em casa."

E é difícil manter a disciplina nestas condições? "Estamos habituados a acordar cedo e a deitar cedo. Há regras e temos de ser disciplinados", conta o mais titulado dos canoístas portugueses, com três medalhas de ouro em Mundiais e cinco em Europeus, entre dezenas de posições de pódio. Orgulhoso das gentes da sua terra — "comportamento exemplar" — e sem querer dar uma opinião sobre se os Jogos deviam ser cancelados, Pimenta só quer que lhe digam em que dia irá competir, e se precisa de memorizar outra data. Seja qual for, haverá sempre uma solução. "Adaptar, reajustar o treino para a nova data e continuar. Já passei por muita coisa e isso preparou-me para o melhor e para o pior. Nunca estamos preparados para o pior, mas encaro isto de uma forma optimista."

Alexis Santos: uma semana sem nadar

Há quatro anos, no Rio de Janeiro, Alexis Santos fez aquilo que nenhum nadador português tinha feito nas três décadas anteriores: chegou a uma meia-final olímpica. O nadador do Sporting esperava fazer o mesmo, ou melhor, em Tóquio, mas está fechado em casa há uma semana sem poder nadar. "Uma pessoa quer sempre aquilo que não tem. Às vezes, digo que estou farto da piscina, agora já estou há uma semana sem ela. Já sinto falta, o meu corpo precisa de nadar e de treinar. Não ir à água um ou dois dias faz diferença. Não ir uma semana, ou duas, ou três, é andar para trás meses."

Têm sido dias passados em casa, a cumprir um plano feito pelo treinador, com algum material que conse-

PAULO NOVAIS/EPA

Fernando Pimenta continua a treinar-se nas águas do rio Lima

guiu arranjar. Duas sessões por dia, em casa ou num jardim isolado e descanso pelo meio, e uma saída ocasional para ir passear a cadela. "E tentar manter uma boa alimentação. Não posso falhar esses pormenores. Tento manter os horários mais ou menos iguais, para depois não ser tão difícil quando voltar à normalidade tentar deitar cedo e não acordar muito tarde. Até agora tenho conseguido, mas esta semana pareceu um mês", conta o nadador.

A partir de casa e longe da piscina, Alexis Santos diz que os Jogos devem ser adiados em nome da justiça e da igualdade, mesmo que isso reduza a sua janela de oportunidade para se mostrar ao mais alto nível. "Daqui a uns dias faço 28 anos [a 23 de Março]. Este era o ano mais importante da minha carreira. Estou no topo da minha forma, mas, dada a situação, adiar era o mais lógico. Aqui em Portugal, ninguém da natação está a treinar, mas no Brasil e nos EUA há gente que está a treinar. Fala-se muito do espírito olímpico e da igualdade, mas a ideia que passam é: safem-se. Regras? Cada um faz as suas."

Jorge Fonseca: uma corridinha à noite

Este pode bem ser o ano do grande dia olímpico de Jorge Fonseca, depois de ter tido um grande dia nos Mundiais de judo do ano passado. Foi campeão mundial em -100kg no Budokan, em Tóquio, e estava bem lançado para regressar à pátria do judo e tentar fazer o mesmo. Mas as medidas de contenção do novo coronavírus afastaram o judoca do Sporting dos tatami e prenderam-no em casa. "Saio de noite para dar uma corridinha. Treinar mesmo, estamos proibidos, está tudo fechado." É esta a nova rotina de um campeão mundial, mas nem tudo é mau. O que antes fazia menos, hoje faz mais. "O que eu tenho feito mais é brincar com o meu filho. Com os treinos e as viagens, tinha pouco tempo para ele."

Saio de noite para dar uma corridinha. Treinar mesmo, estamos proibidos, está tudo fechado

Jorge Fonseca
Judoca

Actualmente quinto do ranking olímpico na sua categoria, o judoca de 27 anos acredita que os Jogos serão cancelados ou adiados, mas garante que vai estar pronto para o combate – o dia dos -100kg é 30 de Julho. "Acredito que os Jogos Olímpicos não vão acontecer na data prevista, e deviam ser adiados. Primeiro está a saúde das pessoas, do público e dos atletas, e mesmo que fosse sem público, não era a mesma coisa. Fiz uma grande preparação antes disto acontecer. Estive quase um mês no Japão e correu muito bem. Mas estarei preparado", garante. Mesmo só com corridinhas à noite.

Inês Henriques: numa estrada sem ninguém

A Inês Henriques ninguém tira o estatuto de pioneira na marcha atlética, uma especialidade do atletismo em que as provas, durante muito tempo, não eram iguais para os dois géneros. Henriques lutou para que as mulheres pudessem, tal como os homens, fazer provas de 50km marcha e colheu os frutos dessa luta: foi recordista mundial, campeã mundial e campeã europeia. Com a alta probabilidade de não haver 50km marcha femininos em Tóquio, Inês Henriques irá quase de certeza fazer a sua despedida dos Jogos nos 20km.

Mas este caminho olímpico não está a ser como das outras vezes. Inês treina sozinha, algures em Rio Maior, numa estrada rural onde não passa ninguém. Longe de Jorge Miguel, o seu treinador de sempre, e com as portas do CAR de Rio Maior fechadas, Inês Henriques recebe o plano à distância, faz o seu treino de marcha nessa estrada e, depois, faz corrida ao pé de casa, sem ninguém nas proximidades, e com todos os cuidados possíveis, ou não fosse ela enfermeira de formação. O ideal para a marchadora portuguesa seria adiar os Jogos por um ano ou dois, mas, se isso não acontecer, está pronta para ir para a estrada e marchar. Como sempre.

João Pereira: de um lado para o outro

João Pereira antecipou-se à pandemia e fugiu de Lisboa antes de ser declarado o estado de emergência. Depois de um período longo de lesão, o atleta do Benfica tinha prevista uma prova da Taça do Mundo de triatlo nas Bermudas, mas tem andado, com a namorada Melanie Santos (também uma triatleta na rota dos Jogos Olímpicos), a saltar entre Óbidos, Alcobaça e Caldas da Rainha para fazer treinar as três disciplinas da sua modalidade. Isolamento social itinerante em parelha sem deixar de pensar no treino.

Mas, no triatlo, há o hábito de treinar em grupos e essa acaba por ser uma das grandes diferenças em relação ao plano habitual. "Não é a preparação ideal, mas acredito que há atletas de outros países que estão em piores condições que nós. No dia da prova, estaremos lá todos para tentar fazer o melhor possível", garante o triatleta "encarnado", quinto há quatro anos no Rio de Janeiro, sentindo-se em condições de nadar, pedalar e correr quando for preciso. Daqui a quatro meses ou mais.

mvaza@publico.pt

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Velhas drogas (e outras fórmulas) para o novo coronavírus

Andrea Cunha Freitas

Fármacos desenvolvidos para tratar ébola ou malária podem vir a ser úteis para controlar a pandemia

É óbvio que ainda não há nenhum fármaco aprovado para tratar especificamente os casos de infecção por SARS-Cov-2. É demasiado cedo. Mas há velhos medicamentos aprovados para outras doenças que têm provocado algum optimismo junto da comunidade médica e científica. E há laboratórios (no meio empresarial e na academia) que estão a tentar encontrar novas moléculas para atacar o novo coronavírus. Isto além do incrível esforço à escala mundial para encontrar uma vacina. É preciso ter cuidado com as falsas esperanças, mas também é fundamental que exista alguma esperança.

Da malária

A palavra "cloroquina" entrou em vários títulos de notícias nos últimos dias. Trata-se de um medicamento usado no tratamento da malária, doenças reumáticas que tem demonstrado alguns resultados positivos quando é usado para doentes com a covid-19. A ideia não é nova. Na altura da SARS, um outro coronavírus identificado em 2002, foram publicados alguns artigos que concluíam que a cloroquina seria um "potente inibidor" da infecção e disseminação do vírus. Ainda que esse registo do passado não signifique forçosamente que também será eficaz no combate ao novo coronavírus que soma agora vítimas em todo o mundo, os cientistas e clínicos parecem estar optimistas com alguns sinais de um possível efeito positivo.

Adoptar um fármaco já aprovado pelas autoridades do medicamento tem algumas vantagens. A etapa dos estudos da segurança do medicamento estaria completa, faltando só provar a eficácia nesta indicação. Na verdade, apesar de não se encontrar aprovado para esta indicação, os médicos podem solicitar autorizações para o seu uso *off-label* (uma opção que existe apenas para casos em que o doente corre risco de vida e não existem outras opções disponíveis).

NIAID

O novo coronavírus encontra-se assinalado com a cor púrpura

Do ébola

Mas há outras vias. Um outro fármaco que também pode ser útil para tratar doentes com covid-19 é um medicamento que foi desenvolvido para o vírus do ébola, o antiviral remdesivir, da farmacêutica Gilead. Alguns doentes nos Estados Unidos e noutros países já foram tratados com este fármaco com resultados positivos.

Do VIH

Mas é preciso que estes testes envolvam mais doentes em estudos controlados para assegurar que são seguros e eficazes para o tratamento do novo. Apesar da urgência em encontrar respostas para tratar esta séria ameaça à saúde pública, todos os passos têm de ser dados com cautela. Houve, por exemplo, algumas notícias sobre a possibilidade de uma combinação de medicamentos para o VIH (lopivanir e ritonavir) serem úteis nesta batalha, mas há já um estudo recente (publicado na revista *The New England Journal of Medicine*) que indica que nos casos mais críticos os benefícios são muito limitados.

Do Japão

Recentemente, as autoridades médicas na China anunciaram que um fármaco criado em 2014 e usado no Japão para tratar novas estirpes da gripe mostrou ser eficaz para tratar doentes com covid-19 com sintomas ligeiros e moderados. Porém, em doentes que se encontram numa situação crítica, o medicamento já não terá tido os mesmos efeitos positivos.

Um outro medicamento usado para a asma e rinite alérgica (um glucocorticóide chamado ciclesonida) também foi experimentado com sucesso em alguns doentes infectados com o SARS-Cov-2. O "velho" fármaco que antes já tinha demonstrado ter algum efeito no tratamento de casos do coronavírus MERS (em 2012) está agora a ser usado num grupo mais alargado de doentes.

Novas fórmulas

Há cientistas que estão a vasculhar as suas "bibliotecas" de antivirais e a tentar testar a sua eficácia para este novo coronavírus, em experiências que numa fase inicial são apenas realizadas *in vitro*. Outras empresas (como a Predictive Oncology e a Mateon Therapeutics, nos EUA) tentam usar novas ferramentas que passam por plataformas de inteligência artificial para pesquisar as melhores combinações e aditivos e excipientes em novas fórmulas.

Num via alternativa aos antivirais, há empresas (como a Emergente Solutions, nos EUA, ou a Takeda Pharmaceutical, no Japão) que estão a optar por explorar o campo dos produtos derivados de plasma com anticorpos que seriam capazes de gerar uma resposta do sistema imunitário. Há também quem explore a promissora área da imunoterapia combinada com novas tecnologias.

Estes são apenas alguns exemplos das muitas frentes de batalha em empresas e laboratórios da academia. Mais do que uma corrida para ver quem chega primeiro à meta, a actividade científica e a partilha do conhecimento nesta área têm provado que estamos todos a jogar na mesma equipa. Todos contra o novo coronavírus.

acfreitas@publico.pt

O vírus não escolhe classe social ou etnia, mas escolhe idade: escolhe os mais frágeis, os mais velhos, que já tanto nos deram. Não lhes podemos falhar

A batalha das nossas vidas – do medo à esperança

Opinião

Juntos podemos vencer esta batalha e minimizar os efeitos da epidemia. Mas não podemos abdicar da crítica às medidas hesitantes que foram tomadas. Temos de assumir o risco de propor as medidas que se nos afiguram hoje como essenciais – os decisores políticos devem ter a coragem para as executar.

Cenários e projecções

O "achatar da curva", isto é, prolongar a doença no tempo reduzindo o pico, de que tanto se fala, não resolve o problema da covid-19. Para efeitos de análise, preparámos quatro cenários. Se Portugal não fizesse nada, teríamos um pico de dois milhões de infectados a 13 de Maio. Se "achatarmos a curva" de forma tímida, teríamos o pico dentro de seis meses, o valor de infectados no pior dia seria da ordem dos 600 mil doentes, com uma imunidade de grupo a raiar os 20%, o que significa que esta parte da população não teria a doença. Os doentes críticos atingiriam os 60.000 (porque o seu tratamento é muito longo).

No terceiro cenário, conseguimos alongar o pico para daqui a um ano ou um ano e meio sem liquidar a doença. Teríamos assim um pico de 100.000 casos, a imunidade de grupo rondaria os 40%, o *stress* para o SNS seria relativamente controlável, mas elevado, duraria mais de dez meses. Haveria tempo para ter 5000 ventiladores extras a ajudar a salvar vidas, talvez desse tempo para a vacina. É uma hipótese que, neste momento, com as medidas tomadas, parece possível. Mas também é uma solução calamitosa, com alguns milhares de mortos.

O quarto cenário, o que defendemos, é conseguir, com medidas muito severas de restrição, dominar a doença dentro de 40 a 50 dias. Neste cenário morreriam muito menos pessoas; se a quarentena geral fosse feita hoje, morreriam menos de 2000 pessoas em Portugal – menos do que numa gripe sazonal. Com as compras de ventiladores a serem feitas atempadamente, neste preciso momento, toda a gente teria tratamento adequado e o pessoal de saúde teria uma sobrecarga enorme, mas possível de gerir.

Prognósticos e soluções

Estamos conscientes de que a vida dos portugueses depende de um SNS forte com capacidade de se reorganizar para enfrentar este combate. É preciso ter capacidade de decisão, enfrentando *lobbies* com coragem: os profissionais de saúde devem ser organizados como exército de primeira linha porque detêm o saber-fazer para salvar as nossas vidas. Necessitam de protecção total, tanto na sua actividade como na possibilidade de fazerem quarentena quando expostos a doentes infectados e passarem à retaguarda, por videoconferência. É necessário dar formação rápida a elementos novos, com pouca experiência em trabalho de Cuidados Intensivos, de modo a poder substituir os elementos existentes e evitar demasiadas horas extraordinárias com consequente cansaço – tudo isto deve ser acompanhado de estímulos a estas profissões: declaração oficial da profissão de risco e desgaste rápido e discussão futura de reintrodução de carreiras médicas e de enfermagem, salários mais justos e estímulos à exclusividade.

À semelhança da Espanha, defendemos a requisição de hospitais e laboratórios privados, todos devem ser colocados sob o comando único do Ministério da Saúde, devem impedir-se negócios público-privados, escandalosos em tempos de crise pandémica. E, como na Coreia do Sul, os testes devem estender-se ao máximo de pessoas possível, para ajudar a conter a epidemia. O estudo dos doentes urgentes e os infectados pela covid-19 devem ter meios complementares de diagnóstico reservados e dedicados. Não devemos esquecer o pessoal administrativo e auxiliar de acção médica, fundamental para agilização dos processos. É decisiva a aquisição de material médico de utilização em Cuidados Intensivos, nomeadamente ventiladores – calculamos serem necessários 3000 ventiladores imediatamente e ter a possibilidade de comprar mais 2000 muito rapidamente, se os números se descontrolarem. Isso teria um custo entre 90 e 200 milhões de euros, pouco, comparado com a vida humana. O INEM é um meio de transporte importante, vital, onde não tem havido investimento. É preciso recolocar de pé este serviço estratégico para o país.

Lembramos que o desinvestimento no SNS foi feito, supostamente, para pagar a dívida pública, e isso incluiu salvar bancos privados falidos que, depois de negócios imobiliários na sua construção, estiveram na estrutura accionista dos hospitais privados – os mesmos que hoje não querem tratar os doentes de covid-19, com o argumento de que os seguros não cobrem pandemias. Se algo ficou claro com esta crise é que o SNS é o verdadeiro seguro de saúde dos portugueses. Um "sistema de saúde" em que os privados são "parte da rede" é ficção. Seria muito reprovável deixar o sector privado usar esta crise para se salvar da falência – o estado de emergência deverá servir para colocar este sector ao serviço de todos.

O vírus chegou à Europa em fim de Fevereiro, depois de dois meses de surto na China, mas o Governo não sabia até dia 16 de Março quantos ventiladores, ao certo, havia no país, o que prova a falta de preparação que deve ser corrigida. Todos os hospitais têm falta de meios de protecção para os profissionais do SNS, muitos deles já infectados.

Olhemos também para o caso da Dinamarca, que fechou fronteiras, proibiu bares e restaurantes e permite que duas pessoas sob o mesmo tecto saiam para passear. Foi o primeiro país europeu a fazer decrescer a taxa de crescimento e apoia os trabalhadores em dificuldades.

Mandar os trabalhadores para casa com 66% do salário é uma medida insuficiente: 25% de toda a força de trabalho em Portugal aufere o salário mínimo. E mais de 50% – segundo o INE – fazem horas extraordinárias, isto é, precisam de trabalhar muito mais do que o salário-base para conseguir assumir os seus compromissos financeiros. Por isso, estas medidas têm que ser acompanhadas de uma moratória de pagamento de hipotecas e rendas, uma suspensão do pagamento de impostos e um congelamento do preço de bens essenciais, senão a sua entrega gratuita pelas autoridades. O povo português tem dados mostras de um enorme civismo.

O direito à vida tem que estar antes do lucro. O Governo suspendeu o direito à greve, mas não o direito a despedir, na declaração de estado de emergência. À semelhança de Itália, defendemos a proibição dos despedimentos durante a pandemia. É tempo de resgatar as famílias. Só uma parte da população, minoritária, tem uma almofada financeira para enfrentar esta crise.

O Governo insiste em manter a produção em grandes fábricas, e manter aeroportos e transportes públicos a funcionar. Nós estamos em guerra contra um vírus e em situações destas o que há a fazer é: a) paralisar todas as actividades não-urgentes; b) deslocar-se sectores produtivos para o que é essencial. Na França, já há fábricas de perfumes de marca a produzir desinfectantes e na Itália fábricas de roupa de luxo a produzir fatos para protecção do pessoal de saúde.

O vírus demonstra-nos que todos os seres humanos são iguais – não escolhe classe social ou etnia, mas escolhe idade: escolhe os mais frágeis, os mais velhos, que já tanto nos deram. Não lhes podemos falhar.

Depois de travada esta guerra, será altura de repensar a organização social. Somos contra qualquer modelo socioeconómico que ponha em causa a democracia, as liberdades e os direitos individuais. Teremos de questionar com coragem os valores éticos de um modelo de sociedade onde impera apenas a amoralidade do lucro e a ditadura dos "mercados".

Ana Aleixo, médica cardiologista, ex-diretora do Hospital São Francisco Xavier e professora aposentada da Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa; **Henrique Silveira,** matemático de Dinámicas Populacionais, professor de Matemática do IST; **Raquel Varela,** historiadora, Universidade Nova de Lisboa, autora de *História do SNS* (Âncora); **Roberto della Santa,** cientista social, UNL, professor de Metodologia das Ciências Sociais da UFF

Membros do Observatório para as Condições de Vida e Trabalho da FCSH Nova de Lisboa

ESPAÇO PÚBLICO

Ursula von der Leyen

Com tantas economias paradas, não é difícil imaginar que o impacto do coronavírus vai ser dramático um pouco por todo o lado. Para tentar evitar o colapso da economia da UE, a presidente da Comissão Europeia anunciou um alívio inédito que pode ser uma grande ajuda: os países podem injectar o dinheiro que for preciso, suspendendo a obrigação de os Estados-membros limitarem o valor do défice orçamental ao tecto máximo de 3% do PIB. (Pág. 3) **J.J.M.**

Thomas Bach

A vida não pode parar mas, devido à pandemia, manda o bom-senso que se reavalie os planos para os próximos meses. Daí que espectáculos, festivais, competições desportivas sejam adiados para novas datas a confirmar. A organização dos Jogos Olímpicos Tóquio 2020 e o COI, liderado por Bach, mantêm as datas (24/7 a 9/8), é certo que faltam quatro meses, mas qual o problema de o evento esperar mais um ano? Sem riscos e pela saúde de todos. (Pág. 54) **J.J.M.**

Um vírus matou o mercado

Amílcar Correia
Editorial

O Governo explicou-nos o que podemos e o que não podemos fazer durante o estado de emergência, e a generalidade da população assim o fez, voluntariamente e com civismo. Os tempos de excepção que vivemos exigem que individual e colectivamente nos adaptemos a uma outra forma de vida. A sociedade portuguesa tem sido capaz de o fazer, mobilizando-se como nunca. Empresas juntaram-se para oferecer gel desinfectante a hospitais, o Banco Alimentar criou uma rede de emergência, universidades fizeram doações de material de protecção que recolheram dos laboratórios das suas faculdades e centros de investigação e por aí fora. Sinais de que a solidariedade e a ética se sobrepõem a interesses mesquinhos de quem explora o desespero que esta pandemia gera, e que se expressam na venda a preços exorbitantes de frascos de álcool ou de máscaras, ou na ignorância de quem quer levantar a suspensão das missas comunitárias. O país percebeu bem o que está em causa, pelo que a declaração do estado de emergência não tem e não terá, para já, grande contestação.

A Comissão Europeia disse aos Estados-membros que podem injectar todo o dinheiro que seja necessário para lidar com os efeitos desta pandemia global e suspendeu as regras orçamentais. Espera-se que o BCE vá mais longe do que já foi e reveja as limitações à compra de dívida que pode deter de cada país e que a emissão de títulos de dívida comunitária seja ponderada sob pena de assistirmos à derrocada da zona euro.

O que o Governo pode e deve fazer durante esta frase crítica deve ser feito sem restrições financeiras e, nesse esforço, deverão ser incluídos todos os sectores da economia. A banca é, certamente, um dos mais importantes. O exemplo da Caixa Geral de Depósitos – ainda bem que temos um banco público – tomou a iniciativa de anunciar medidas para as empresas e para as pessoas, para que ambas não colapsem, admitindo avaliar uma eventual carência de capital até seis meses no crédito à habitação. Espera-se também que a atitude da CGD se torne padrão num período crítico como este e que a banca seja capaz de retribuir todas as ajudas que recebeu dos contribuintes ao longo dos últimos anos. É um imperativo ético. Não será a economia de casino que nos salvará da pandemia global – a quem pediram ajuda todos os sectores da economia? Estamos dependentes dos apoios financeiros do Estado-providência e da qualidade dos seus serviços de saúde. E não temos alternativa.

acorreia@publico.pt

As cartas destinadas a esta secção devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos não solicitados e não prestará informação postal sobre eles.

Email: cartasdirector@publico.pt
Telefone: 210 111 000

CARTAS AO DIRECTOR

O vírus do oportunismo

Ao mesmo tempo que o Governo toma medidas de combate ao vírus, terá também de tomar medidas de apoio à economia!

Há pessoas e empresas a necessitar de apoio urgente, mas há também muita gente sem escrúpulos, a pretenderem tirar partido da situação, seja fazendo pedidos que sabem não serem justos, nem terem direito, como outros, a aumentar os preços de bens essenciais de forma especulativa e criminosa!

José Rosa, Lisboa

A esquerda e a direita e o estado de emergência

Decretado o estado de emergência pelo Presidente da República, com o acordo do Governo e a autorização do Parlamento, dá para pensar como se reage ideologicamente e não só neste tipo de circunstâncias. A esquerda assume que "estão" a privar-se as liberdades individuais e até colectivas dos cidadãos, e a direita, exactamente o inverso, a "controlar" tudo e todos, por o momento o exigir.

Tomar medidas de protecção individual e colectiva é totalmente necessário e não há dúvida de que o Estado tem de o assumir. Sendo que, antes de decretado o estado de emergência, já se estavam a conseguir evitar vários "concentramentos", consciencializando as pessoas para o enormíssimo perigo que vivemos.

Por certo, com o "respaldo" do estado de emergência parece mais fácil tudo controlar, mas talvez antes deveria ter sido feito mais pelos poderes políticos. Houve tempo de prevenir. Claro que se pode dizer, e se calhar com toda a razão, que em Itália não se fez nada e as mortes aumentam dia a dia, e em Espanha também, e só quando tudo parou é que o coronavírus começou a assustar. Claro que sim. Mas não haveria forma de não parar tudo? E o estado de emergência vai resolver a 100% o problema essencial para que foi decretado, que é o fim do contágio?

Augusto Küttner de Magalhães, Porto

Os beneficiados com a crise pandémica

Quando vislumbrarmos as consequências do aparecimento do novo coronavírus, muitos serão os beneficiados. Vamos ser de novo convocados para injectar milhares de milhões no sistema bancário. Inúmeros processos judiciais vão ficar de quarentena beneficiando os corruptos do costume. O egoísmo e a desconfiança vão assentar arraiais em muitos segmentos da sociedade, apesar das inúmeras campanhas apelando ao altruísmo. Espero que o Governo tenha o bom senso de não dar de mão beijada milhões de euros ao patronato explorador dos trabalhadores e incumpridor dos deveres fiscais. Faço votos para que os governantes não esqueçam a difícil situação da imprensa escrita, agudizada ainda mais com a escassez de publicidade devido à situação pandémica. Uma grande ovação aos que continuam a trabalhar para servir os que estão em casa a descansar.

Ademar Costa, Póvoa de Varzim

A opinião publicada no jornal respeita a norma ortográfica escolhida pelos autores

Benjamin Netanyahu

O primeiro-ministro israelita está a ser acusado de usar a pandemia para pôr limites à democracia, desde suspender o Parlamento ao facto de as autoridades estarem a seguir os movimentos dos que podem estar infectados através da geolocalização dos seus telemóveis. No caso do Parlamento, os deputados não poderão votar um novo Governo, que Bruno Gantz se preparava para apresentar, e o prazo está a passar. Já lhe chamam "o golpe do coronavírus". (Pág. 18) **J.J.M.**

Alexander Lukashenko

Há por aí muita ignorância em relação à pandemia, mesmo de gente que tem acesso a informação privilegiada e dirige nações. Nem é preciso puxar muito pela cabeça: Trump, Bolsonaro, etc.. A este grupo, junta-se o Presidente da Bielorrússia, o todo poderoso Lukashenko. O seu país é o único europeu que mantém a liga de futebol (há outros noutras latitudes). No alto do seu palácio, sugere, por exemplo, aos seus concidadãos uma dose diária de *vodka* para combater a covid-19. (Pág. 55) **J.J.M.**

ESCRITO NA PEDRA

Não é só a razão, mas também a nossa consciência, que se submetem ao nosso instinto mais forte, ao tirano que habita em nós

Nietzsche (1844-1900), filósofo

SEM COMENTÁRIOS JAIR BOLSONARO DESVALORIZOU A EPIDEMIA E SÃO PAULO NÃO LHE PERDOOU

SEBASTIÃO MOREIRA/EPA

Para o 2.º andar

Miguel Esteves Cardoso
Ainda ontem

A Hachette decidiu que afinal não vai publicar *A Propos of Nothing*, a autobiografia de Woody Allen, porque os trabalhadores da filial de Nova Iorque protestaram contra a publicação.

Já é a segunda vez que empresas americanas faltam ao que prometeram a Woody Allen. E é a segunda vez que eu venho para aqui protestar: em 2018 a Amazon decidiu não mostrar o filme dele *A Rainy Day in New York*.

Quem trabalha em editoras tem direito de protestar e as editoras têm direito de mudar de ideias. Também eu, como leitor, tenho o direito de decidir que nunca mais vou comprar um livro publicado pelo grupo Hachette.

O erro é debater o assunto nos termos em que os protestantes desejam. Já caí nessa asneira quando a Amazon se recusou a lançar o *Rainy Day in New York*. Acabei por ver o filme sem qualquer dificuldade. A decisão da Amazon nada mudou ou impediu. Apenas pretendeu chamar a atenção para o comportamento virtuoso dos dirigentes da empresa.

Maior bocejo ou redundância não pode haver do que estar a par dos esforços que os *managers* da Amazon fazem para estar a par.

Hei-de comprar e ler *A Propos of Nothing* porque gostei de tudo o que já li de Woody Allen ao ponto de já saber que vou gostar do novo livro. Ele escreveu, como se sabe, muito poucos.

Não vou dar os parabéns à editora que irá publicar o livro — e muito menos agradecer-lhe. Não é uma questão de liberdade de expressão — é um exemplo de uma subcultura política dos EUA. Tenho pena que tenham chateado o meu querido Woody Allen. Mas mais do que isso — não.

EM PUBLICO.PT

A Quarentena Desenhada dos Urban Sketchers Portugal

Os Urban Sketchers Portugal estão a promover o desafio Quarentena Desenhada: todos os dias há um tema novo para retratar publico.pt/p3

O vírus é o espelho de todos os nossos medos

Perante a calamidade, surgem "memórias arcaicas" e uma necessidade de encontrar uma explicação que dê sentido ao vírus e um sentido à vida depois publico.pt/p2

Ana Bravo: Comer "deve ser um acto de amor por nós próprios"

No seu sétimo livro, a nutricionista Ana Bravo defende um "regresso às origens", em que comer era um "prazer" e não "mais uma tarefa" publico.pt/impar

ESPAÇO PÚBLICO

Ler e saber ajudam mais a atravessar esta pandemia

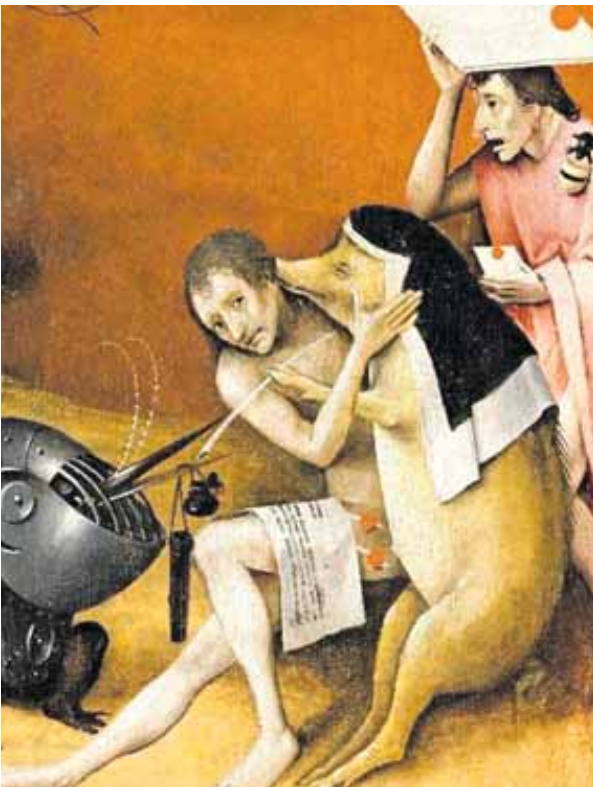
José Pacheco Pereira

Três coisas contam nesta pandemia: vida, cultura e dinheiro. Infelizmente, estão todas muito mal distribuídas, em particular a última

As debilidades do nosso país face à crise da pandemia da covid-19 não se encontram apenas no Sistema Nacional de Saúde, ou no tecido económico, nem na falta de testes ou de ventiladores. Há uma mais invisível, que é a falta de preparação de muitos portugueses para poderem ter um olhar mais sabedor, ponderado, consciente, eficaz para o que se está a passar. Essa debilidade está a crescer à medida que há uma substituição de uma cultura de experiência indirecta (que se obtém nos livros, filmes, etc.), na curiosidade e no saber, por uma ignorância atrevida e agressiva com origem nas redes sociais. Uma protege-nos mais na crise, a outra agrava os factores de crise e não nos protege.

Bem sei do clamor que estas frases, que hoje são classificadas de "elitistas", suscitam: "Com que então, os livros, em vez da vida?" Mas qual vida? A dos dependurados 24 horas no Facebook e noutras redes sociais? Sim, a vida protege-nos, se transportar consigo experiência, dificuldades, sentido das proporções, riqueza, enfim, "vida". E se tiver em acrescento livros, filmes, músicas, arte e jornais, ainda mais nos protege. Não é remédio absoluto, mas ajuda.

Há um outro clamor, mais intelectual: mas que é isso da "cultura"? Sim, são questões complexas e ambíguas, mas, para o caso, basta o senso corrente, mesmo que seja um lugar-comum. Em tempos de guerra, não se limpam armas e toda a gente sabe o que é ser "culto", mesmo que saiba menos o que é ser ignorante. Culto, interessado pelo mundo, curioso, atento, respeitador do saber alheio, e não necessariamente apenas do saber académico. Não é remédio absoluto, mas ajuda.

Mas, resumindo e concluindo, três coisas contam nesta pandemia: vida, cultura e dinheiro. Infelizmente, estão todas muito mal distribuídas, em particular a última. Mas, pelo menos na cultura, sempre se pode combater a incultura que cresce perante a cobardia e a inércia de muitos que acham que esta é a "realidade" dos nossos tempos e não há nada a fazer. Há, e muito. Não é remédio absoluto, mas ajuda.

Quem lê, seja por obrigação, por interesse ou por gosto, está mais preparado para olhar para a pandemia, aprendendo sobre ela mais e melhor. Por exemplo, saber o que é um crescimento exponencial, perceber os gráficos, ler um mapa, ter uma noção sobre os comportamentos humanos em situação de tensão, travar o pânico, entender as informações que recebe, saber distinguir o trigo do joio, conhecer minimamente os mecanismos sensacionalistas da comunicação social e deixar as fábricas de conspiração, intriga e falsidades nos esgotos sociais onde pululam. Como agora se diz, literacias. Não é remédio absoluto, mas ajuda.

E não se trata apenas de conhecimentos científicos sobre as epidemias, sobre as mutações, sobre os mecanismos de contágio, sobre o que é um vírus e como funciona, trata-se de muito mais. Trata-se daquilo em que ler é único, importar experiência indirecta, viver em si o que o mundo dos livros, ficção, poesia, história, transporta. E na literatura e nos filmes também não se trata de procurar apenas ficções que sejam directamente associadas ao tipo de situações que vivemos, como *A Peste*, de Camus, ou os contos de Edgar Allan Poe (em ambos os casos livros que têm tido uma grande procura nestes dias), mas muitos outros, seja o *1984*, de George Orwell, seja a *Montanha Mágica*, de Thomas Mann (onde o lugar da tuberculose, o sanatório, funciona como um microcosmos), sejam as memórias e os contos de Tchekov médico, seja, em bom rigor, tudo. A tese é, para usar um exemplo não-pandémico: quem leu Cesário Verde não vê Lisboa da mesma maneira do que se não o tivesse lido. E, por muito vaga que seja essa experiência estética, é provável que defenda melhor a sua cidade pelo voto, pela actividade cívica, pela opinião. Como em tudo, não é regra absoluta, mas mais vale ter lido do que ter passado ao largo. Não é remédio absoluto, mas ajuda.

> Quem lê, seja por obrigação, por interesse ou por gosto, está mais preparado para olhar para a pandemia, aprendendo sobre ela mais e melhor

O problema é que estamos a andar para trás, e não se pense que isso é assim tão excepcional na história. Os progressistas acham que se anda sempre para a frente, que a humanidade caminha sempre para o melhor, e o pior é incidental. Não é assim, claro, há momentos da história em que tensões sociais, epidemias, guerras, destroem o saber e o modo de vida.

O problema com a ignorância arrogante dos nossos dias começa logo no bloqueio de toda a informação e a sua substituição pela desinformação. Os que vivem nas redes sociais acham que os jornais, os influentes, os políticos, lhes sonegam a verdade, lhes ocultam os factos, numa conspiração vinda do Grupo de Bilderberg, da Internacional Sionista, do grupo de pedófilos que governa o país, de George Soros, da Nova Ordem Mundial Maçónica, dos sistemas 5G, de Deus para punir a homossexualidade e a generalizada dissolução dos costumes, seja lá do que for. Todos estes exemplos foram tirados das redes sociais. E o que fazem é disseminar falsas afirmações, teorias conspirativas, boatos e rumores, pseudociência, acusações caluniosas, ressentimentos e invejas sociais, que, por sua vez, são consumidas pelos seus semelhantes num eco especular, que em tempos de crise tende a criar um imenso ruído. E a reacção a esse ruído é frágil, porque muitos dos que se lhe deveriam opor nas instituições e individualmente têm soçobrado nessa obrigação.

Uma das grandes forças do livro de Edward Gibbon sobre a queda do império romano é descrever o desprezo pelas ruínas de muitos habitantes de Roma que, muitos séculos depois, viviam nos restos dos monumentos imperiais achando que eram empecilhos – os "romanos eram insensíveis às belezas da arte" – e a humilhação de homens como Petrarca pela "supina indiferença" com que eles eram tratados. Chegados a esta crise, confinados a casa, com os restos da ciência, da arte, da literatura, do saber atacados pelos atrevidos ignorantes, ao menos esta "guerra" tem mais sentido. E ajuda a sobreviver.

Historiador. Escreve ao sábado

O RUÍDO DO MUNDO

Hieronymus Bosch

O vírus e a importância da ciência

Francisco Assis

Se há progresso na História, ele concentra-se sobretudo na evolução da ciência e nas suas decorrentes aplicações no domínio da técnica

BRIAN SNYDER/REUTERS

1 Eis-nos, nestes dias de inesperada angústia, condenados a uma estranha reclusão interior. Confinados ao reduto das nossas casas, vivemos a experiência da contracção do espaço e da dilatação do tempo. Tudo ao contrário do que caracterizava o mundo contemporâneo. Agora já não temos aviões para apanhar, cidades distantes para visitar, recônditos povos para conhecer. Nem sequer podemos atravessar a rua, a rua que, na verdade, talvez nunca tenhamos atravessado. Sobra-nos o que mais nos faltava: o tempo. Tempo para divagar, tempo para pensar, tempo para imaginar. Quantas pequenas revoluções individuais não ocorrerão neste estado de suspensão temporária da realidade. Olhamos para trás e surge-nos, estranho, "o mundo de ontem", para usar o título da célebre obra de Stefan Zweig. Como escrevia esta semana um jornalista do El País: "Afinal, éramos felizes e não sabíamos".

Esta pandemia, a primeira verdadeiramente séria no tempo da globalização, não adquirirá as dimensões que caracterizaram as grandes pestes que assolaram a Europa em épocas anteriores. Não deixará, contudo, de provocar significativas devastações nos planos mental, político e económico. Como em todas as crises desta natureza, abundam por aí os profetas, as cassandras e os cartomantes. Na verdade, por muito que desagrade aos que se apressam em declarar a morte da globalização, o fim do modelo demo-liberal, o ressurgimento das soberanias nacionais, não estamos em condições de antecipar, com rigor, o que vai suceder no futuro. O mundo mudou, isso é certo. Não há, contudo, nenhuma verdade dialéctica, nenhuma antecipação causal que nos permita descrever aprioristicamente o que será sempre o resultado da extraordinária capacidade humana de reformulação dos imaginários colectivos.

Curiosamente, o que está na origem da transformação que se adivinha, seja ela em que sentido for, é uma aleatória mutação ocorrida nos confins da própria natureza, num vírus que a comunidade científica hesita ainda em classificar como uma forma de vida. Não deixa de ser algo paradoxal que em pleno período Antropoceno, isto é, o período em que supostamente o factor humano determina a evolução do planeta, toda a organização política, económica e social da humanidade seja posta em causa pela acção invisível de uma disrupção ocorrida no interior de um vírus. Este acontecimento reveste-se de grande interesse. Desde logo, questiona radicalmente as teses que apontavam para um excesso de antropocentrismo na relação do homem com a natureza. Afinal de contas, ainda estamos longe da plena concretização do projecto cartesiano de subjugação da natureza por parte do Homem. Talvez isto contribua para que se percebam duas coisas: como são exagerados certos fundamentalismos ecológicos e como é importante valorizar o conhecimento científico.

> O Presidente da República proferiu na passada quarta-feira, a meu ver, o melhor discurso do seu mandato

Na verdade, todos temos hoje os olhos postos na comunidade científica internacional que está empenhada em desenvolver um medicamento antivírico e uma vacina que nos libertem deste enorme pesadelo. Isso significa um triunfo da razão humana, mesmo que esta manifeste nas presentes circunstâncias as debilidades que a caracterizam. Se há progresso na História, ele concentra-se sobretudo na evolução da ciência e nas suas decorrentes aplicações no domínio da técnica. É certo que a ciência e a técnica não podem ser percebidas de forma absolutamente independente e precisam de ser integradas num projecto visando o reforço da autonomia do Homem. Seria dramático que o ser humano se libertasse da ditadura das forças da natureza para se entregar à autoridade de um modelo científico-tecnológico que escapasse à sua vontade. Sejamos, porém, claros – ainda estamos longe disso. O Homem subsiste, em grande parte, prisioneiro do mundo natural. Como agora se vê nesta crise que nos põe radicalmente em causa.

2. O Presidente da República proferiu na passada quarta-feira, a meu ver, o melhor discurso do seu mandato. Irritados com o excesso de *selfies*, somos por vezes levados a desvalorizar a superior inteligência de Marcelo Rebelo de Sousa. O Presidente dos afectos revelou-se uma vez mais, num momento decisivo, o Presidente da razão política. Embora compreendendo aqueles que se pronunciaram contra a declaração do estado de emergência, rendi-me absolutamente aos argumentos presidenciais. Com extraordinária clareza, Marcelo Rebelo de Sousa explicou ao país as vantagens do recurso a essa opção extrema. Não está em causa, como é óbvio que não poderia estar, qualquer ameaça ao funcionamento da nossa democracia. Pelo contrário, o que está em questão é a demonstração de que os regimes democráticos têm formas de enfrentar crises da natureza daquela que atravessamos.

O primeiro-ministro tem igualmente dado provas de grande serenidade na abordagem deste cataclismo que se abateu sobre o país. Resoluto e tranquilo, ignorando a tentação do discurso emocional e demagógico, tem-se revelado à altura das dramáticas circunstâncias que nos são dadas a viver. Rui Rio merece também um elogio pela grandeza de que deu provas no discurso pronunciado na Assembleia da República. Temos por isso razões para estarmos satisfeitos com o comportamento dos nossos principais responsáveis políticos. Isso é muito importante nos tempos difíceis que estamos a atravessar.

3. Uma palavra especial para os médicos, enfermeiros e demais profissionais do sector da saúde. Este é um momento em que percebemos especialmente quanto lhes devemos. Aproveitemos a circunstância para percebermos quão importantes eles são todos os dias.

Militante do PS. Escreve ao sábado

POLÍTICA

Novos contratos para aeronaves somam mais de 122 milhões

Os três contratos adjudicados pelo Estado-Maior da Força Aérea integram o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais de 2020 a 2023 e somam 122.317.321 euros, com IVA

Incêndios
Sónia Sapage

O Estado-Maior da Força Aérea, que desde Janeiro de 2018 tem a responsabilidade de gerir os contratos de meios aéreos de combate a incêndios, fez três adjudicações de valor superior a 122 milhões de euros, referentes a 12 aviões anfíbios médios e dois aviões anfíbios pesados. As empresas adjudicatárias são a Agromontiar, a Sevenair e a Babcock.

Os três contratos dizem respeito à "aquisição de serviços de disponibilização e locação dos meios aéreos que constituem o dispositivo aéreo complementar" do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR) de 2020 a 2023, o qual previa um total de 61 aeronaves (entre compradas e alugadas). Os contratos só entrarão em vigor depois do visto prévio do Tribunal de Contas.

No caso da Agromontiar, que tem o lote mais caro – mais de 53 milhões de euros – está definido que o custo de hora de voo será de 1063,95 euros para uma execução máxima de 15.268 horas para quatro aeronaves. O custo da disponibilidade diária por aeronave é de 6363,75 euros. Os valores (sempre com IVA incluído) são ligeiramente inferiores na adjudicação feita à Sevenair pelos oito aviões anfíbios médios que a empresa disponibilizará por 44,5 milhões de euros.

Já o contrato com a Babcock, que implica a disponibilização de dois aviões anfíbios pesados, é o que tem o valor mais reduzido – 24,354 milhões de euros com IVA incluído. No entanto, em termos de horas de voo, este contrato é o que atinge montantes mais elevados: 3321 euros (por um máximo de 2200 horas de voo para duas aeronaves). O mesmo acontece com o custo de disponibilidade operacional diária: 13.837,50 euros (sempre com IVA).

O prazo de execução de todas as adjudicações termina em 2023 e há regras que são comuns aos diferentes contratos. Por exemplo: as aeronaves "devem empregar em todas as missões um sistema de georreferenciação, portátil ou fixo".

DANIEL ROCHA

O Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais prevê 61 aeronaves para este ano

Datas importantes

Janeiro de 2019
Mês a partir do qual a Força Aérea começou a gerir os contratos para aquisição e locação de meios aéreos de combate a incêndios. A decisão do Governo foi tomada na sequência dos incêndios de 2017, mas demorou um ano a ser efectivada (primeiro foi criado um grupo de trabalho).

Setembro de 2019
A Força Aérea foi autorizada pelo Conselho de Ministros a iniciar os procedimentos pré-contratuais para o aluguer de 26 aeronaves de combate aos incêndios florestais para o período de 2020 a 2023.

Março de 2020
Adjudicação de três contratos referentes a 12 aviões anfíbios médios e dois pesados de combate a incêndios, que integrarão o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais em vigor durante toda a legislatura.

Além disso, por cada 100 horas de voo de cada aeronave o adjudicatário pode requerer, para efeitos de realização de serviços de manutenção programada, até 12 horas de indisponibilidade".

Os contratos têm uma cláusula de sigilo que obriga as entidades adjudicatárias a não divulgarem "quaisquer informações ou documentos de que venham a ter conhecimento no âmbito da execução do contrato", lê-se numa das três minutos consultadas pelo PÚBLICO e que estão disponíveis no portal Base.

O anúncio do procedimento concursal que resultou nestas três adjudicações data de Novembro do ano passado e tinha o tecto máximo de 156 milhões de euros para o aluguer de um total de 26 aeronaves de combate a incêndios florestais. Já a autorização de despesa tinha sido aprovada pelo Governo dois meses antes, em plena pré-campanha para as legislativas.

O Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais prevê 61 aeronaves para este ano (o primeiro em que os concursos foram geridos pela Força Aérea).

As empresas que concorreram aos lotes destes três contratos foram sempre as mesmas 11: CCB; Helibravo, Heliportugal; Babcock; Agromontiar; Eliance; Shamrock; HTA Helicópteros; Sevenair; Avitrata; e Aircompany.

sonia.sapage@publico.pt

Presidente do Mais suspende mandato por um ano e fundador do movimento sai

Independentes
Margarida Gomes

Dois dos rostos que estiveram na origem do movimento independente discordam da conversão em partido político

O fundador do Movimento Associativo Independente – Mais, José Marecos Paz, bateu com a porta, por considerar que o movimento se está a afastar da sua matriz, e a presidente, Leonor Lêdo da Fonseca, suspendeu o mandato por um ano e muito provavelmente vai também desvincular-se do Mais. "Vou estando por aqui, mas não sei por quanto tempo mais."

José Marecos Paz, que, em 2013, ajudou a fundar o Livre com Rui Tavares e André Barata, assume a paternidade do movimento independente. "Fui a alma do projecto, fui eu que o pensei e que fiz todo o caminho e todo o trajecto desde o dia 26 de Maio de 2018 [altura em que foi lançado]", diz, revelando que o objectivo do projecto era "ir mais longe do que a AMAI [Associação Nacional dos Movimentos Autárquicos Independentes], que funciona como uma associação de apoio às candidaturas independentes".

"Decidimos criar um movimento para tentar criar uma plataforma que servisse de acção política na intervenção directa junto do Governo, dos partidos e da Assembleia da República e que lutasse pela possibilidade de haver representantes independentes eleitos nas legislativas", explica o até agora secretário e membro da comissão instaladora movimento associativo independente.

Em declarações ao PÚBLICO, José Paz, que foi cabeça de lista pelo PURP em Aveiro, nas eleições para a Assembleia da República de 2015, reafirma que a intenção do movimento "era criar uma plataforma de intervenção política directa que reivindicasse não só mais a autonomia a nível das autarquias e a nível da gestão do território administrativo de cada concelho e lutasse por uma descentralização dos serviços".

Tanto José Paz como Leonor Lêdo da Fonseca admitem que a ambição da liderança do Mais de o transformar num novo partido político parece estar a comprometer o projecto inicial.

A iniciativa de constituir um novo partido partiu do mesmo grupo de pessoas que, em Maio de 2018, esteve na origem do lançamento do Mais que se extinguirá logo que o partido seja legalizado. Já a decisão de fundar o partido Mais foi assumida no último fim-de-semana pela direcção do movimento, numa reunião que decorreu nos arredores do Porto e na qual foi criada a comissão instaladora. Joana Amaral Dias é um dos rostos da comissão instaladora, constituída por 13 elementos.

"O movimento perdeu alguma força e há uma estratégia que foi definida que não tem a ver com o âmbito dos movimentos independentes e que são os concelhos, as freguesias e as populações e a sua gestão económica, social, e territorial, e passou a centrar-se nas questões que têm que ver com um certo centralismo", assinala o fundador do Mais, revelando que uma das vertentes que a liderança do movimento tomou foi a do imediatismo, do combate à corrupção, centrando-se na figura Rui Pinto, da qual a comunicação social tem explorado a vertente populista e que o movimento parece querer agora agarrar.

Divergência

Alegando razões pessoais e profissionais, Leonor Lêdo da Fonseca pediu a suspensão do mandato por um ano, mas o que pesou na sua decisão foram outros motivos. Ao PÚBLICO, a advogada e ex-vereadora do PSD da Câmara de Espinho confessa que a principal razão" que a levou a afastar-se temporariamente da liderança do movimento prende-se com a perspectiva de o Mais pretender ser um partido político.

"Entendi, em sede própria, dizer que não estavam reunidas as condições a nível nacional para se avançar para um partido político", afirma Leonor Fonseca. A presidente recorda que, quando foi decidido avançar para um partido político, "estavam apenas cinco movimentos independentes na sala, um número pouco representativo dos movimentos cívicos". "Faltava massa crítica e mais gente", nota ainda a presidente, vincado a sua tese que "não havia manifestações de vontade em número suficiente para se fazer um partido".

mgomes@publico.pt

Contra o racismo

Opinião
Catarina Marcelino

Hoje assinala-se o Dia Internacional de Luta contra a Discriminação Racial. Este dia, proclamado pelas Nações Unidas, destaca o Massacre de Sharpeville na África do Sul em 1960, quando numa manifestação contra o Lei do Passe, que obrigava a população negra a usar um cartão que dizia por onde podia circular, a polícia disparou matando 69 pessoas e ferindo 186.

Em julho de 2019, a Assembleia da República produziu um relatório parlamentar sobre racismo, xenofobia e discriminação étnico-racial em Portugal, do qual fui relatora. Já este ano, o PS apresentou um projeto de resolução que recomenda ao Governo ações concretas em áreas como a educação, a habitação, o trabalho, a justiça ou a administração interna retiradas das recomendações do relatório parlamentar.

A expressão do racismo tem tido um conjunto de episódios que nos interpelam para uma ação política de combate ao fenómeno. Mais recentemente destaca-se a alegada violência policial desproporcional contra Cláudia Simões e o caso Marega, tornando-se a decisão individual do jogador de abandonar o campo perante insultos racistas um ato político de grande significado. Mais do que o ato corajoso do jogador, interpela-nos a incapacidade dos diferentes atores desportivos responsáveis no campo, de agirem condenando a ação inequivocamente racista.

Também a agenda populista e nacionalista, que ganha espaço na Europa, põe a nu o pensamento racista e xenófobo que prolifera nas sociedades dos países europeus e que tem levado a ações sociais e posturas políticas perigosas e inaceitáveis.

Outro aspeto relevante hoje é a capacidade de pessoas afrodescendentes e ciganas, através de associações e coletivos, ocuparem o espaço público expondo as suas experiências de discriminação com base na origem étnico-racial, reivindicando direitos de igualdade, de cidadania e de combate ao racismo estrutural.

A posição política destes movimentos está a provocar um debate que tardou em Portugal. Por um lado, escondido atrás da autoimagem nacional de país que se abriu ao mundo, que era bondoso com os indígenas das colónias, assente na teoria lusotropicalista de Gilberto Freyre. Por outro lado, o confronto com o pensamento dominante, que considera discriminatório o princípio diferenciador com base em "raças" e etnias, assumindo como condições de desigualdade apenas os rendimentos e a classe, com abertura ao género.

> **A agenda populista e nacionalista põe a nu o pensamento racista e xenófobo que prolifera nas sociedades dos países europeu**

Há uma tensão latente entre o poder dominante e o ativismo dos grupos racializados que lutam para que o fator étnico-racial seja assumido como fator de desocultação do racismo e da discriminação. É exemplo a oportunidade que se perdeu de recolher dados étnico-raciais nos Censos 2021.

O desafio está na forma como estas narrativas e a realidade se conjugam na sociedade portuguesa atual. Grande parte da diversidade étnico-racial faz-se de pessoas afrodescendentes que têm nacionalidade portuguesa, e que hoje, 45 anos após a descolonização, continuam a viver numa sociedade que não olha para elas como iguais. Só entre 2007 e 2017, meio milhão de pessoas obtiveram nacionalidade portuguesa, uma grande parte delas afrodescendentes, além de todas as que nasceram em Portugal. Assim como de pessoas ciganas, a única minoria étnica de portugueses, cujos antepassados remontam ao século XV. Nas próximas décadas, considerando os fluxos migratórios, a nossa sociedade contará com muitos portugueses de origem asiática.

É urgente enfrentar o racismo sem tibiezas. O populismo e o nacionalismo que proliferam na sociedade, que crescem nas intenções de voto, cujo discurso radical assenta numa narrativa racista e xenófoba, atacando os direitos humanos e o politicamente correto assumindo esta postura como um ato "libertário", a par com a desigualdade étnico-racial não assumida e muitas vezes dissimulada que corrompe a democracia, exige urgência no combate ao racismo e ação nas políticas públicas, integrando obviamente o pensamento das pessoas racializadas, como prioridade política em Portugal.

Deputada do PS; ex-secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade

HUGO DELGADO/EPA

FERNANDO VELUDO/NFACTOS

Justiça portuguesa congelou contas de Isabel dos Santos

ONG acredita que falta vontade política para devolver dinheiro a Angola

Luanda Leaks

Para a Transparência Internacional, o sistema judiciário parece mal preparado para lidar com a lavagem de dinheiro

A organização Transparência Internacional disse ontem que o arresto dos bens da empresária Isabel dos Santos, em Portugal, é "um passo importante rumo à justiça", mas alertou que parece haver "falta de vontade política" para devolver o dinheiro.

"A decisão de congelar todos os bens de Isabel dos Santos em Portugal é um passo importante rumo à justiça", disse a directora executiva da organização não governamental (ONG) Transparência Internacional em Portugal, Karina Carvalho. No entanto, acrescentou, "continua por esclarecer porque é que as autoridades portuguesas não cumpriram os pedidos de cooperação judicial" feitos pelas autoridades angolanas.

"Não só parece que há uma falta de vontade política em Portugal para promover activamente a devolução do dinheiro roubado às pessoas a quem pertence, como o sistema judiciário parece mal preparado para lidar com a lavagem de dinheiro, em particular relativamente à recuperação dos activos roubados", continuou Karina Carvalho, num comunicado enviado à Lusa. Em Fevereiro, as autoridades judiciais portuguesas ordenaram o congelamento das contas bancárias de Isabel dos Santos no seguimento de um pedido das congéneres angolanas "para ajudar o país a recuperar mais de 2 mil milhões de dólares em activos roubados", lembrou a Transparência Internacional – Associação Cívica.

"Esta nova decisão estende-se a várias propriedades e acções de empresas que Isabel dos Santos alegadamente tem em Portugal e vai ajudar a garantir que ela não lucra com a venda das acções no banco Eurobic, por exemplo", notou a ONG.

Isabel dos Santos, filha do ex-presidente angolano José Eduardo dos Santos, foi constituída arguida no âmbito de um outro processo por alegada "má gestão e desvio de fundos" enquanto presidente da companhia petrolífera estatal Sonangol.

A empresária rejeita as acusações e queixa-se de perseguição e de ser "alvo de uma campanha [...] orquestrada por vários órgãos de comunicação social".

O Consórcio Internacional de Jornalismo de Investigação revelou em 19 de Janeiro mais de 715 mil ficheiros, sob o nome de *Luanda Leaks*, que pormenorizam alegados esquemas financeiros de Isabel dos Santos e do marido, que lhes terão permitido retirar dinheiro do erário público angolano através de paraísos fiscais.

Que as convicções democráticas de António Costa resistam

A Semana Política
São José Almeida

É uma evidência, já salientada por muitos, que o decretar do estado de emergência não era, por agora, necessário para o Governo e a sociedade fazerem, em conjunto, frente à pandemia de coronavírus. Isso foi política e partidariamente salientado pelo primeiro-ministro, António Costa, pela líder parlamentar do PS, Ana Catarina Mendes, mas também pelo BE e pelo PCP. E também argumentado por alguns intelectuais como José Gil, Paulo Pena Pires e Manuel Loff em artigos de opinião no PÚBLICO, e Samuel Paul Veissiere em entrevista à TSF.

Quer a forma ordeira e cumpridora como a generalidade da população estava já a reagir e tem reagido às instruções dadas pelo Governo e pela Direcção-Geral de Saúde, quer a prontidão com que o Governo actuou na declaração de estado de calamidade em Ovar são demonstrativas de que há etapas e instrumentos legais intermédios, sem ser necessário acrescentar, aos instrumentos de acção do Governo, uma fórmula constitucional de excepção, que suspende direitos e liberdades do Estado democrático.

Depois de passar directamente de uma presença activa nas ruas para um estado de auto-isolamento em casa, Marcelo Rebelo de Sousa esteve oito dias em silêncio, quebrado dois dias antes de voltar ao Palácio de Belém, através de uma bizarra mensagem por Skype, em que lançava a bomba atómica da convocação do Conselho de Estado para accionar o processo que o levaria a decretar estado de emergência.

Ao dirigir-se ao país, na quarta-feira, para anunciar que assinara o decreto-lei do estado de emergência, o Presidente da República utilizou uma argumentação pouco política e institucional, para, num tom paternalista, subir as restrições para patamares que limitam os direitos democráticos: prevenir o alastramento da pandemia.

Não tenho dúvidas sobre a preocupação de Marcelo Rebelo de Sousa perante a situação que o país vive e compreendo que se tenha sentido compelido, pela sua consciência, a dar o passo em frente e a queimar etapas e instrumentos legais intermédios. Mas, ao tomar esta decisão, o Presidente agiu de forma pouco sensata em dois planos.

Por um lado, fez alastrar o clima de medo e de pânico entre a população, que estava calmamente a acatar as determinações do Governo. Mesmo em Ovar, a nova realidade do estado de calamidade foi vivida com a necessária tranquilidade. Acelerou-se, assim, um clima de ansiedade social que, com medidas graduais, iria surgir ao longo dos próximos meses.

Por outro lado, ao assumir-se como protagonista do poder estatal e ao avançar com este estado de excepção, o Presidente depositou nas mãos do primeiro-ministro um poder nunca detido por qualquer outro chefe de governo na democracia pós 25 de Abril.

> **O Presidente depositou nas mãos do primeiro-ministro um poder nunca detido por qualquer outro chefe de governo na democracia pós 25 de Abril**

Do ponto de vista simbólico e prático, é esta fronteira quebrada que para mim é grave. Era já uma realidade adquirida que, no quadro de contágio galopante da pandemia em Portugal, por exemplo, este ano não haveria manifestação do 25 de Abril ou do 1.º de Maio – até alguns responsáveis sindicais o tinham admitido.

A consciência do risco de vida que as pessoas correm, neste momento, existe na generalidade da população. Basta observar as ruas, as lojas, o trânsito. O sentimento de insegurança que já dominava as sociedades contemporâneas ampliou-se para níveis estratosféricos com este novo medo de um vírus para o qual não temos defesas nem imunidade.

Como é salientado no importante trabalho jornalístico da autoria de Luciano Alvarez e editado quinta-feira pelo PÚBLICO, vivemos uma situação não só inédita para a nossa época, como uma prova-limite que testa a capacidade de resistência dos regimes democráticos. Era já frágil a fronteira que impede o resvalar dos Estados demoliberais para aquilo a que se chama hoje as "democracias musculadas" – os regimes que entram em escalada autoritária em torno de um líder populista. Dar poderes excepcionais de decisão, de acção e de intervenção a um primeiro-ministro, anulando o equilíbrio necessário entre poderes e contrapoderes político-institucionais, é abrir uma porta perigosa para o futuro.

É verdade que o primeiro-ministro português se chama António Costa, político que, até hoje e até prova em contrário, é uma pessoa de fortes convicções democráticas. É, aliás, demonstração dessa consciência democrática a resistência que demonstrou à adopção do estado de emergência, pelo que significa de suspensão de direitos e liberdades. Daí que tenha feito um quadro de novas medidas sensato, continuando a apelar ao bom senso da população.

Para futuro, porém, por iniciativa do Presidente da República, fica aberta uma estrada perigosa. Afinal, as chamadas "democracias musculadas" de hoje, instalaram-se no poder através de eleições. Há riscos que é leviano correr. Para mais quando há alternativas. É como, em tempo de pandemia, ir para a praia em grupo, quando é aconselhado ficar em casa.

Jornalista. Escreve ao sábado
sao.jose.almeida@publico.pt

PÚBLICO & NOTÓRIO

5788 pessoas foram controladas nas primeiras 24 horas de reposição temporária de controlo de fronteiras com Espanha, de acordo com a Administração Interna. Dessas, 58 foram impedidas de entrar em Portugal e apenas uma foi detida por uso de autorização de residência falsa

Bastidores

PCP e PSP em guerra

O PCP achou que a imagem escolhida pela PSP para ilustrar a sua nova campanha "Fique em casa, nós cuidamos da sua rua", no Facebook, é "agressiva" e "quase bélica". E enviou uma pergunta ao Governo. "A imagem de uma formação cujo comandante exibe uma espada desembainhada e onde se afirma que a PSP toma conta das ruas não é a forma mais adequada de uma Força de Segurança democrática se apresentar perante os seus concidadãos", escrevem os comunistas. E, depois, perguntam ao ministro da Administração Interna: "Não considera aconselhável que a PSP transmita através das redes sociais uma imagem mais positiva do que a que consta actualmente da sua página da rede social Facebook?" A imagem já foi trocada por outra com um arco-íris.

Novo ritual na AR

A Assembleia da República (AR) reuniu-se na quarta-feira em plenário e, apesar de as circunstâncias não obrigarem à presença dos 230 deputados (bastavam 116 para a votação da declaração do estado de emergência), houve muito mais parlamentares do que o esperado na sala das sessões. A maior alteração no ritual foi o momento da desinfecção do microfone. Cada vez que um deputado ia ao palanque, era preciso desinfectar o microfone. Na AR, não há vírus que resista.

FOTO DA SEMANA

MIGUEL FIGUEIREDO LOPES/LUSA

Vivemos dias únicos. O Conselho de Estado da última quarta-feira entra para história por ser o primeiro realizado por teleconferência. O Presidente, já no Palácio de Belém, depois da autoquarentena na sua residência, e os diversos conselheiros, nas suas casas ou gabinetes de trabalho, discutiram o que fazer para travar a pandemia. A foto regista o momento ímpar. Um olhar atento mostra que, em termos tecnológicos, um dos conselheiros está muito à frente. Enquanto a maioria parece usar o sistema de som dos seus computadores, ou equipamentos auxiliares neles instalados, Jorge Sampaio usa *"phones"* de *"gamer"*. De certeza que se fez ouvir e ouviu melhor do que todos os outros.

A IDEIA REGRESSO DA TELESCOLA

O PDR, partido que em tempos foi liderado por Marinho e Pinto e que hoje tem Bruno Fialho na liderança, quer o regresso da telescola que marcou a infância de muitas cirançaas portuguesas entre 1965 e 1987. "Esta medida terá a dupla função de evitar a propagação do vírus e garantir que esta geração de alunos, nomeadamente os que terão de realizar exames nacionais, não verá comprometido o seu processo de aprendizagem", defende o PDR.O partido queixa-se de ter sido acusado de ser alarmista social quando pediu ao Governo que tomasse medidas de antecipação do cenário de pandemia, antes de todos os outros. O líder do partido, Bruno Fialho, está preocupado concretamente com o que acontece depois de dia 9 de Abril. "E se nessa altura se perceber que as escolas terão de se manter fechadas? Os alunos ficam eternamente de férias? Qual a preparação que estes jovens terão para os exames e para o futuro?" A telescola resolve.

A FRASE TELEPERGUNTAS

Na quinta-feira, no final da conferência de imprensa que se seguiu ao Conselho de Ministros sobre o decreto presidencial do estado de emergência, ouviu-se a frase do dia: "Temos teleperguntas!". A novidade é própria dos tempos actuais. O Conselho de Ministros mudou de casa e passou a reunir-se no Palácio da Ajuda, onde há uma sala que permite o devido distanciamento social entre os governantes, a conferência de imprensa passou a ser emitida em directo no Twitter e os jornalistas foram convidadas a fazer teleperguntas.

AS FRASES

A sua sorte é a nossa sorte
Rui Rio
Líder do PSD

Eu sou o primeiro responsável, e não o último, perante os portugueses
Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República

Que credibilidade tem um Governo que viola os seus próprios despachos?
Salvador Malheiro
Presidente da Câmara de Ovar

A democracia não está suspensa
António Costa
Primeiro-ministro

Tudo o que pararmos sem necessidade produz um mal irreparável
Paulo Pedroso
Ex-ministro do Trabalho e da Solidariedade

Fiquei com a sensação que em Portugal só se tomam medidas à segunda-feira
Paulo Portas
Ex-líder do CDS-PP

SOCIEDADE

Inverno “quente e seco” não deixa sossegar para o que aí vem

No final de Fevereiro, 22,4% do território estava em situação de seca, 7,3% do qual estava mesmo em seca extrema. O Sul é a região mais afectada, com preponderância para o Baixo Alentejo e o Algarve

PAULO PIMENTA

Boletim do IPMA indica que no final de Fevereiro só 37,5% do território estava em situação “normal”

Quantidade de precipitação no Inverno 2019/2020
(% em relação ao valor normal relativo a 1971-2000)

(%)
400
300
250
200
150
125
100
75
50
25

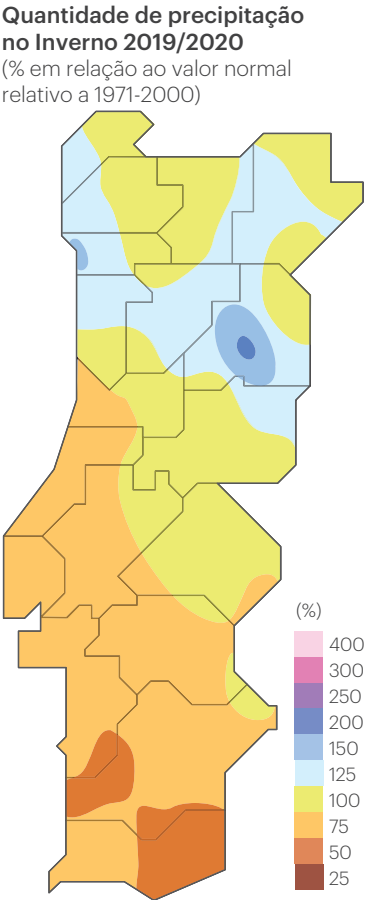
Fontes: IPMA
PÚBLICO

Clima
Patrícia Carvalho

Os meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro trouxeram a Portugal um Inverno “extremamente quente e seco”, indica o mais recente boletim climatológico sazonal do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA). Temperaturas acima da média, o mês de Fevereiro mais quente desde 1931 e 22,4% do território em alguma espécie de seca (7,3% em seca extrema), não deixam ninguém sossegado em relação ao que aí vem. A Primavera, que começou ontem, até trouxe chuva, mas o país está de novo à espera que os próximos meses sejam de muita precipitação, para evitar mais um ano de seca.

No dia 23 de Fevereiro, a Lousã chegou aos 26,9 graus Celsius e isto está muito longe de ser uma temperatura normal para o tradicional Inverno português. Só que um Inverno tradicional é algo que existe cada vez menos e ver a estação mais fria e chuvosa do ano transformar-se numa época mais quente e com menos chuva, ainda que com períodos ocasionais de precipitação para lá do normal, é aquilo para que nos andam a preparar as projecções dos especialistas em alterações climáticas há já alguns anos.

Este ano, os dados apontam, de novo, para um desses novos Invernos que mais frequentemente passarão a ser os nossos. O IPMA indica que foi o segundo mais quente desde 1931, só ultrapassado pelo de 1990, mas que se olharmos para os meses individualmente, Fevereiro foi mesmo o mais quente dos últimos 89 anos.

No geral, o valor médio da temperatura do ar dos três meses analisados foi de 11 graus Celsius, o que corresponde a uma anomalia de 1,47 graus (ou seja, a temperatura média esteve acima 1,47 graus em relação ao intervalo de tempo analisado). Já se olharmos para o valor médio da temperatura máxima, percebemos que, com 15,67 graus Celsius, ele foi o mais alto desde 1931, enquanto o valor médio da temperatura mínima (6,33º C), ainda que estando também acima do normal, ficou no último lugar do pódio, sendo o terceiro valor mais alto do intervalo.

> Futurologia no clima é muito ingrato. Os indicadores de longo prazo para a precipitação não são muito claros
>
> **Ricardo Deus**
> Chefe do departamento de Clima e Alterações Climáticas do IPMA

Diferença entre Norte e Sul

No que diz respeito à precipitação, os três meses também registaram uma média inferior à do período analisado, com os 275,1 milímetros (mm) de chuva registados a não irem além de 78% do valor médio. Contudo, a situação não foi uniforme em todo o território nem nos três meses analisados. Com as tempestades que assolaram o país em Dezembro, este mês acabou por ter um volume de precipitação superior aos valores médios — na Guarda, a 16 de Dezembro, foram registados 141,1mm de chuva, o valor mais alto de toda a estação —, mas não no Baixo Alentejo e no Algarve. E como os dois meses seguintes ficaram abaixo da média, a diferença entre Norte e Sul acentuou-se, e parte do território chegou ao final do Inverno em situação de seca.

O boletim do IPMA (um registo habitual, feito em todas as estações do ano), indica que no final de Fevereiro apenas 37,5% do território se encontrava em situação considerada “normal”, estando 0,8% em situação de chuva moderada e 9,1% com chuva fraca. Havia 11% em seca fraca, 15,1% em seca moderada, 19,2% em seca severa e 7,3% em seca extrema. O Baixo Alentejo e o Algarve são áreas mais afectadas por esta situação, embora todo o Sul do país e parte do centro se encontrem abrangidos por uma qualquer situação de seca.

Ricardo Deus, chefe do departamento de Clima e Alterações Climáticas do IPMA, diz que “a expectativa é que nos próximos dois meses, em que é normal ter precipitação até com valores acima do normal, possa trazer precipitação que permita aumentar um bocadinho as reservas de água que temos nas albufeiras”. Mas não arrisca apostar se assim será até porque, admite: “Futurologia no clima é muito ingrato. Os indicadores de longo prazo para a precipitação não são muito claros. Estatisticamente, não são significativos, o que quer dizer que, em termos de precipitação, [os próximos meses] poderão não ser nada de excepcional”, afirma.

patricia.carvalho@publico.pt

Juiz Carlos Alexandre ordena libertação dos últimos sete arguidos presos no caso Tancos

Justiça
Ana Dias Cordeiro

Estado de emergência levou juiz a adiar debate instrutório. Prazo legal da prisão preventiva terminava em breve

NUNO FERREIRA SANTOS

Despacho do juiz no caso Tancos é do mesmo dia em que foi decretado o Estado de emergência

Os sete arguidos do processo de Tancos, suspeitos de envolvimento ou cumplicidade no assalto aos paióis de Tancos, que ainda estavam presos, foram libertados ontem. A decisão consta do despacho do juiz de instrução das 17h20 de ontem, a que o PÚBLICO teve acesso.

Esse documento, do juiz Carlos Alexandre, do Tribunal Central de Instrução Criminal (TCIC), que conduz o processo, termina com a ordem para passar os mandados de libertação e comunicar ao SEF e aos outros órgãos de polícia criminal a morada de todos estes arguidos, que ficarão impedidos de sair do concelho onde residem.

A decisão de libertar os acusados segue-se ao inevitável adiamento do debate instrutório do processo de Tancos, anunciado num despacho de 18 de Março, a que o PÚBLICO teve acesso, no mesmo dia em que foi decretado o estado de emergência em Portugal, devido à pandemia declarada do novo coronavírus.

"Atendendo ao estado de emergência decretado no dia de hoje [anteontem] e tendo em conta o fim do prazo de prisão preventiva a 17 de Abril de 2020, por decurso do prazo de 16 meses (...) e só por esses motivos, uma vez que se mostram inalterados os pressupostos (...) que determinaram a aplicação da prisão preventiva", o Ministério Público (MP) aceita que em relação a esses arguidos, suspeitos de envolvimento ou de cumplicidade no assalto aos paióis de Tancos, em Junho de 2017, saiam da prisão e lhes sejam aplicadas as mesmas medidas de coacção aplicadas a João Paulino quando este foi libertado em Janeiro, lê-se no despacho de há dois dias.

João Paulino, o principal suspeito do assalto, ficou proibido de contactar por qualquer meio todos os arguidos, testemunhas indicadas pela acusação ou familiares de arguidos ou de testemunhas; também ficou impedido de sair para o estrangeiro ou do concelho de residência e com o dever de se apresentar duas vezes por dia no posto policial da área de residência, além de ficar proibido de adquirir ou usar armas.

Em situação de estado de emergência, os processos correm como em período de férias judiciais, ou seja, apenas não são suspensos os urgentes que envolvem arguidos em prisão preventiva. Mesmo assim, tratando-se de casos urgentes, como é o de Tancos, o juiz tem de verificar caso a caso se houver ou não condições de prosseguir as diligências.

No caso, a continuação da fase de instrução implicaria a permanência num espaço exíguo no Tribunal de Monsanto tendo em conta que o processo envolve cerca de 30 pessoas, entre advogados dos 23 arguidos, magistrados, testemunhas e arguidos.

Nesse despacho de 18 de Março, o magistrado que conduz o processo justificou não ter alternativa se não adiar *sine die* o debate instrutório previsto para 2 e 3 de Abril, tendo em conta que o estado de emergência, que suspende todos os processos e não apenas os urgentes, foi decretado até 2 de Abril à meia-noite e pode vir a ser renovado no caso de o Governo e o Presidente da República entenderem que a situação da pandemia declarada do novo coronavírus a isso justifica.

O processo junta 23 acusados, suspeitos do assalto e suspeitos do esquema montado à revelia do Ministério Público para recuperar o material de guerra sem o conhecimento da Polícia Judiciária, encarregue da investigação.

acordeiro@publico.pt

Arguidos interrogados já na próxima semana

Operação Éter
Sónia Trigueirão

A juíza que preside à instrução do processo que ficou conhecido como *Operação Éter*, centrado na alegada viciação de procedimentos de contratação pública em torno da entidade do Turismo do Porto e Norte de Portugal, decidiu declarar o carácter urgente do processo e antecipou já para a próxima semana o início dos interrogatórios de cinco arguidos, apenas previstos para Abril.

Melchior Moreira, ex-presidente da Turismo do Porto e Norte de Portugal, acusado de 38 crimes, é um dos principais arguidos, mas vai ser julgado à parte. Em Janeiro deste ano, o tribunal ordenou a separação de processos.

No despacho, a juíza refere que, devido "à situação actual de perigo de contágio de doença infecciosa potencialmente letal e das medidas de prevenção recomendadas pela Direcção-Geral da Saúde e do número de intervenientes processuais, os referidos interrogatórios irão decorrer na sala de audiências de maiores dimensões, existente no Palácio da Justiça de Matosinhos". Os interrogatórios foram agendados para 25 e 30 de Março e 1 de Abril.

O Tribunal de Instrução Criminal (TIC) do Porto tinha deferido os requerimentos de 19 dos 29 arguidos que são visados na principal acusação da *Operação Éter* para abertura de instrução, fase que antecede a decisão do juiz de levar ou não os arguidos a julgamento. E tinha ficado agendado para Abril, no âmbito dessa fase instrução, o início dos interrogatórios judiciais para dois dos arguidos.

sonia.trigueirão@publico.pt

SOCIEDADE

Para eliminar a discriminação racial, celebrar menos e agir mais

Opinião
Mamadou Ba

Há muito que Portugal, subscritor da Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação, "celebra", a cada 21 de março, o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, que foi instituído em 1969 depois do Massacre de Sharpeville pelo regime do *apartheid* em 1960. Apesar de o combate ao racismo estar inscrito na ordem constitucional e jurídica ordinária – nas vertentes penal e contraordenacional –, convém lembrar que entrou tardia e dificilmente nas preocupações políticas nacionais.

Em 1996, o SOS Racismo e a Associação Portuguesa dos Direitos do Cidadão apresentaram uma petição para a criação de uma lei contra a discriminação racial que seria entregue na Assembleia da República. Em 1997, a Assembleia da República discutiu-a, reconhecendo a sua pertinência e necessidade. Três anos mais tarde, em 1999, viriam a ser aprovadas por unanimidade na generalidade as propostas do PS e do PCP que dariam lugar à lei contra a discriminação racial (Lei 134/99). Este quadro jurídico criou a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), com competência para a aplicação da legislação de combate à discriminação racial, "reforçada" com a Lei 18/2004, que transpôs para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2000/43/CE, mais conhecida como "Diretiva Raça".

Após 20 anos de vigência inoperante, criou-se a Lei n.º 93/2017, infelizmente uma oportunidade perdida para constituir, de uma vez por todas, o racismo como crime público. Supostamente, entre outras coisas, esta a nova lei alargaria o leque das discriminações, aumentaria a capacidade de dissuasão pelo acréscimo das coimas e pela operacionalidade e reforçaria a prestação pública de contas por parte da CICDR.

O relatório da CICDR de 2018 mostra, por exemplo, que 22,5% das queixas de discriminação se devem à origem racial e étnica, 19,1% à nacionalidade e 17,9% à cor da pele. Neste relatório, verificamos ainda que 21,4% do total das queixas se referem a pessoas ciganas, 17,6% a negras e 13,3% a brasileiras. A inoperância da CICDR é visível, por exemplo, no facto de, das 1399 queixas ali recebidas entre 2005 e 2018, apenas 24% (cerca de 340) terem levado à abertura de um trâmite processual e, gritantemente, apenas 1,7% (25) das queixas iniciais ter resultado numa condenação. Os resultados do projeto COMBAT do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra mostram ainda que, entre 2006 e 2016, a maioria dos 106 processos de contraordenação decorrentes de queixas por discriminação nas áreas da educação, forças de segurança, habitação e vizinhança foi arquivada. Até 2019, a taxa de arquivamento para cada uma das áreas situa-se nos 80%, sendo 22% por prescrição. Segundo esta investigação, apenas 5,8% destes casos resultaram numa condenação efetiva e a média do valor das coimas é irrisória, situando-se nos 731 euros.

A nova legislatura começou com a inédita eleição de três deputadas negras e a entrada da extrema-direita na Assembleia da República. Antes, durante e depois da sua eleição, o debate sobre o racismo, ao mesmo tempo que ganhou visibilidade, revelou quão estrutural é o racismo na sociedade portuguesa. O ano 2020 inicia-se com o caso do assassínio do jovem cabo-verdiano Luís Giovani, marcado pelo laxismo e silenciamento das instituições, assim como pela criminalização da comunidade cigana nos *media*, pela extrema-direita, por alguns sindicatos de forças de segurança e pelo próprio presidente da Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes. De então para cá, tivemos as bárbaras agressões à cidadã Cláudia Simões, um Carnaval marcado pelo repetido "*black face*" nos festejos escolares e pela agressão xenófoba de duas cidadãs brasileiras, o ataque racista do deputado da

O racismo ganhou relevância política, mas continua a ser o parente pobre do combate às desigualdades. Havendo vontade política, há muito por onde começar

extrema-direita à deputada Joacine Katar Moreira, o insulto coletivo a Moussa Marega perante a passividade da maioria dos intervenientes.

Vivemos uma situação em que os populismos fascistas ganharam expressão e representatividade política, apoiando-se em estratégias de banalização do racismo no espaço público e consolidando a estratégia militante de captura das instituições através de infiltrações da extrema-direita. É nesta situação que Marega, através do seu gesto, se tornou de repente o herói da boa consciência de muitos que até hoje se limitaram a encolher os ombros. Passada a espuma do momento, parece que ainda há quem não tenha percebido que o combate ao racismo, seja em que circunstância for, precisa muito mais do que a coragem de um só homem ou de bonitas frases feitas. A continuar a falta de coragem para enfrentar o monstro, estão criadas as condições para a consolidação do fascismo racista. O corajoso e digno gesto de Marega foi um desafio à inércia que tem marcado o combate ao racismo. A dívida moral que o país e a democracia têm para com ele e para com todas as vítimas do racismo só será saldada se estivermos à altura de combater o racismo que assombra a sociedade portuguesa.

O debate vai ganhando contornos esquizofrénicos em que reina a fábula lusotropicalista do país com racistas, mas sem racismo. Grassa uma patológica disfunção cognitiva e uma profunda vontade de silenciamento político do debate sobre o racismo. Mas como é que se quer atacar um privilégio sem causar desconforto? A mudança da ordem social que resulta das relações de poder de uma sociedade pós-colonial marcada pela "linha da cor" não se faz sem criar desconforto. É impossível enfrentar o racismo sem atacar privilégios historicamente acumulados e que sustentam o imaginário coletivo. Há uma elite investida em ostracizar o antirracismo, acusando-o de histerismo e comparando-o com o racismo da extrema-direita. Esta desonesta acusação serve um propósito que interessa desmontar. Colocando-se como "fiel da balança", procura ter o monopólio legítimo do debate sobre a questão racial. Incapaz de atribuir ao racismo a mesma valoração ética e política que atribuiu às outras violências e incapaz de assimilar que o racismo põe em causa a humanidade, esta elite pretende enfrentar a questão racial sem sobressaltos.

Depois do chumbo da inclusão da pergunta sobre a pertença étnico-racial nos censos pelo INE, do recuo do Ministério Público nas acusações de racismo e tortura no caso da Esquadra de Alfragide, da enchente de discursos racistas no espaço público, da entrada da extrema-direita no Parlamento, dos repetidos casos de violência policial sobre sujeitos racializados, o racismo ganhou mais relevância política, mas continua a ser o parente pobre do combate às desigualdades. Fala-se muito e faz-se muito pouco. Do anterior grupo de trabalho sobre os censos nada se sabe, a não ser algumas declarações da tutela sobre a sua reativação no âmbito do anunciado Observatório do Racismo, sobre o qual também pouco ou nada consta.

A passagem da CICDR para a tutela da Secretaria de Estado da Cidadania e Igualdade não resolve os problemas da sua orgânica e competências. A manutenção das questões relacionadas com a comunidade cigana no Alto Comissariado para as Migrações é inaceitável. Querer implementar uma política de quotas, que é necessária e urgente, sem uma recolha censitária de dados étnico-raciais e através do "método indireto francês" é uma farsa. Uma "educação para a cidadania" com conteúdos curriculares lusotropicalistas e despolitizantes é um logro. Sem orientação estratégica para o ensino bilingue e a regulamentação do estatuto do mediador sociocultural, a escola continuará a ser um espaço de exclusão. Uma "agenda da igualdade" que não responda à precariedade habitacional das pessoas racializadas reforçará a sua segregação. Uma política de emprego que não contemple medidas de reconversão profissional deixará de fora muitas pessoas racializadas. Celebrar a diversidade cultural sem uma política memorial que rompa com a romantização colonial é um silenciamento da nossa história comum. Exaltar a participação política através do tokenismo ou da meritocracia é reforçar a invisibilidade. São tantos os desafios que, havendo vontade política, há muito por onde começar.

Ultimamente, apareceu na Assembleia da República uma série de recomendações sobre o racismo. E ainda bem. Mas, nos últimos 20 anos, foram também várias as que apareceram sem que fossem efetivamente traduzidas numa lei, programa ou ações com resultados concretos. O combate ao racismo nunca teve centralidade nas políticas de igualdade e continua a não ter, como o provam os vários orçamentos do Estado. Hoje, tão longe de derrotar o racismo, a celebração da efeméride tem que ter substância concreta. A carga simbólica da data exige uma ação política que vá para lá das proclamações abstratas a cada 21 de março.

Dirigente SOS Racismo

LOCAL

Procura baixou mas há quem ainda viaje em autocarros cheios

Situação tem afectado muitas empregadas de limpeza que apanham os primeiros autocarros da manhã. Empresas dizem ter tomado medidas de segurança, mas o distanciamento social não está garantido

PEDRO CUNHA/ARQUIVO

As queixas chegam, sobretudo, de quem viaja nas carreiras da Vimeca, mas também da Rodoviária de Lisboa (RL)

Transportes
Cristiana Faria Moreira

O cenário não lhes é estranho: autocarros lotados pela manhã, quase sempre ainda de madrugada, quando deixam as suas casas nos subúrbios para irem limpar as casas ou os escritórios dos outros na capital. Mas a situação ganha agora outra importância neste tempo de pandemia, em que as autoridades de Saúde têm repetidamente recomendado o "distanciamento social" para que se evite a propagação do novo coronavírus. Num autocarro lotado, isso é impossível de acontecer.

"Temos de trabalhar, mas como mantemos a distância de outras pessoas, se os autocarros vão cheios?", questiona, sem esperar uma resposta, Cristina Lopes, que trabalha na limpeza de empresas e casas particulares. Esta mulher de 52 anos é uma das que enchem estes autocarros às primeiras horas da manhã. Apanha todos os dias, às 5h45, na Amadora, a carreira 114, da Vimeca, que é muito concorrida por mulheres que trabalham na zona de Alfragide. "Quando falta o 113, que percorre mais ou menos o mesmo trajecto, são utentes de dois autocarros num. Imagine a lotação", descreve a empregada de limpeza.

"A situação já estava insuportável", repara Rineia Sanches, que trabalha num café no Lagoas Park, em Oeiras. Mas a situação tem vindo a piorar desde segunda-feira, quando as empresas começaram a aplicar medidas de segurança para travar a propagação do novo coronavírus: a entrada e saída dos passageiros passou a ser feita pela porta traseira da viatura, passou a existir uma espécie de "perímetro de segurança" entre o motorista e os passageiros.

Entre as recomendações que as empresas de transporte deixam ainda aos passageiros, está que deve ser mantida "sempre que possível a distância de um metro entre passageiros". Não tem sido possível, reclamam. Houve também alterações nos horários das carreiras, que passaram a corresponder aos do período não escolar, o que levou a uma diminuição do número de autocarros. E foi precisamente essa mudança que lhes complicou mais a vida.

"Não há lugares para sentar", diz a empregada de café que apanha todos os dias a carreira 112, também da Vimeca, que sai do Cacém em direcção a Oeiras, e que transporta também muitas senhoras que limpam as empresas do Tagus Park, por exemplo.

> "Eu apanho a primeira das 5h da manhã e aquilo chega a um ponto em que não cabe mais ninguém"

As queixas chegam, sobretudo, de quem viaja nas carreiras da Vimeca, mas também da Rodoviária de Lisboa (RL), segundo os relatos ouvidos pelo PÚBLICO. Uma empregada de limpeza, que costuma viajar na carreira 310, da RL, confirma o cenário de lotação. "Eu apanho a primeira das 5h da manhã e aquilo chega a um ponto em que não cabe mais ninguém. Mas param nas paragens todas para as pessoas entrar, mesmo agora com estas medidas por causa da covid-19, que não estão a ser respeitadas. Vamos sempre com receio", conta.

O PÚBLICO questionou as duas empresas, mas ainda não recebeu qualquer resposta da Rodoviária de Lisboa até ao momento. A Vimeca confirma que, na passada segunda-feira, com a instauração dos horários de Inverno não escolares, se verificou uma sobrelotação das carreiras, mas que, no dia seguinte, "o serviço foi reforçado com a afectação de duas viaturas". "Contudo, cabe ainda a cada passageiro assegurar que cumpre as regras de segurança a bordo, afixadas em todas as viaturas e divulgadas no nosso *site*", escreveu ainda a empresa na resposta.

Os passageiros da Linha de Sintra também têm encontrado comboios sobrelotados, segundo relatos que chegaram no início da semana.

O Governo anunciou já que a lotação dos transportes públicos de passageiros vai ser reduzida para evitar acumulação de pessoas e permitir o distanciamento social. É uma das medidas excepcionais anunciadas pelo primeiro-ministro, António Costa, que concretizam a execução do estado de emergência, decretado pelo Presidente da República na quarta-feira, para tentar travar a propagação do novo coronavírus. A par da redução da lotação, as empresas de transporte têm também de assegurar a higienização e desinfecção dos veículos.

cristiana.moreira@publico.pt

Lisboa suspende recolha selectiva porta a porta, já o despejo de ecopontos não é alterado

Pandemia
João Pedro Pincha

Autarquia diz estar a seguir exemplo de outras cidades no estrangeiro. A recolha de monos foi suspensa

A Câmara de Lisboa suspendeu a partir de ontem a recolha selectiva de resíduos porta a porta, passando a recolher apenas o lixo indiferenciado. Mas não precisa de parar de separar os resíduos, pois os ecopontos de rua vão continuar a ser despejados.

A partir de agora, devido ao surto de covid-19 e por tempo indeterminado, os lisboetas escusam de pôr na rua os contentores amarelo e azul nas noites predeterminadas, porque os serviços da autarquia deixam de recolher plástico e papel para se focarem apenas no lixo doméstico. Este continuará a ser recolhido como até aqui: às segundas, quartas e sextas na zona oriental da cidade; às terças, quintas e sábados na zona ocidental. O mesmo se aplica nos bairros históricos, onde se mantém o sistema de sacos, sem contentores.

Num comunicado emitido ontem, a câmara informa ainda que está também suspensa a recolha de vidro nos estabelecimentos comerciais, mantendo-se, no entanto, o despejo de vidrões. Os agendamentos para a recolha de monos e de resíduos de obras também estão suspensos.

A medida visa diminuir o risco de contágio

Tal como o PÚBLICO deu conta na quarta-feira, a autarquia mudou os horários dos trabalhadores para reduzir o risco de contágio pelo novo coronavírus. Com grande parte da população metida em casa, a produção de lixo aumentou e nalgumas zonas tem havido problemas de recolha. A suspensão da recolha selectiva é uma consequência da maior rotatividade de funcionários, mas também uma tentativa de normalizar o serviço.

Rui Berkemeier, especialista em resíduos da Associação Zero, diz que "a grande dúvida é que ninguém consegue dizer quanto tempo isto vai durar" e, por isso, preferia que a recolha selectiva não fosse suspensa. "O que sugere a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) é haver um período de quarentena para o resíduo. Ou seja, ficar armazenado em vez de ir logo para triagem", explica.

Isto permitiria reduzir o risco de contágio dos trabalhadores dos centros de recepção que fazem a separação final antes da reciclagem, uma vez que ainda não é certo como o vírus se comporta em superfícies. Neste momento, por indicação da APA e da Entidade Reguladora dos serviços de Água e Resíduos (ERSAR), o tratamento mecânico e biológico dos resíduos (TMB) está suspenso por esse motivo.

Este método, que, simplificando, consiste em vasculhar o lixo indiferenciado para encontrar coisas que se possam reciclar, tem sido muito útil para melhorar os níveis de reciclagem em Portugal, que por regra são ainda muito baixos. Com a sua suspensão, todo o lixo que não é separado ou é incinerado ou vai para aterro. O que pode significar que o país se afastará ainda mais das suas metas de reciclagem de resíduos.

No comunicado, a câmara lisboeta afirma que os seus serviços de Higiene Urbana têm mantido contactos com outras autarquias fora de portas, como Amesterdão, Roterdão, Los Angeles e Paris, e que as medidas agora anunciadas seguem os exemplos destas cidades.

A recolha de resíduos orgânicos (vulgo, restos de comida), que para já só se verifica no Lumiar e em Santa Clara, vai manter-se e a câmara mantém o objectivo de a alargar a toda a cidade até 2023.

joao.pincha@publico.pt

DR

A placa foi retirada a 10 de Março e acabou estilhaçada no chão

Destruição da placa da Casa Ventura Terra alvo de queixa na Justiça

Lisboa
Cristiana Faria Moreira

Reitoria da Universidade de Lisboa justificou que placa fora retirada para serem feitas réplicas e que apenas houve um acidente

A Associação Ventura Terra apresentou, na quinta-feira, uma queixa junto do Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa contra os reitores das universidades de Lisboa e do Porto, devido à remoção da placa evocativa da Casa Ventura Terra – doada pelo arquitecto a estas duas instituições de ensino –, na qual estava inscrita a vontade de Miguel Ventura Terra de que os rendimentos que fossem gerados pelo prédio fossem destinados aos alunos carenciados que quisessem estudar belas-artes.

Na tarde de dia 10 de Março, esta placa foi retirada da fachada do n.º 57 da Rua Alexandre Herculano. Mas acabou partida no chão. No dia seguinte, em declarações ao PÚBLICO, o reitor da Universidade de Lisboa (UL) justificou que a remoção da placa tinha como objectivo servir de molde a réplicas, mas que durante o processo acabou por acontecer um "acidente", reduzindo-a a cacos.

"Nós levámos uma grua para tirar a placa. Quando a placa estava quase no chão, deixaram-na cair. Alguma coisa correu mal", justificou então António Cruz Serra. Segundo disse, "a placa consegue-se reconstituir" e voltará a figurar na fachada do edifício. "A original vai ser recuperada, talvez pelos nossos alunos de belas-artes", adiantou. Já as duas réplicas que a UL quer fazer serão colocadas na Universidade do Porto e na futura residência de estudantes Miguel Ventura Terra, no pólo da Ajuda.

"Este acto danificou o próprio edifício classificado", lê-se na síntese da denúncia remetida ao DIAP de Lisboa, a que o PÚBLICO teve acesso. Este edifício, acabado de construir em 1903, é um imóvel com várias classificações: recebeu nesse ano o Prémio Valmor, em 1983, foi classificado como Imóvel de Interesse Municipal, tendo sido, em 2006, reclassificado como Imóvel de Interesse Público.

Segundo alega a associação Ventura Terra, a "retirada e destruição da placa evocativa" constitui "a prática do crime de Dano Qualificado no património classificado, uma vez que, como visto, a placa evocativa é elemento integrante desse mesmo património". Lembram ainda que "responsáveis máximos pelos mais prestigiados estabelecimentos de ensino universitário, incluindo o de arquitectura, em Portugal, retiraram esta memória e exemplo, materializada na placa que era parte integrante do prédio dos autos, e desfizeram-na em cacos! É um acto aviltante e muito grave".

Perante a destruição da placa, o Fórum Cidadania Lx solicitou, na semana passada, ao novo director-geral do Património Cultural, Bernardo Alabaça, que inicie um processo de "contra-ordenação aos responsáveis por esta acção de destruição de património classificado".

A UL (representante dos proprietários), contra a vontade de Ventura Terra, pôs o prédio à venda em Dezembro, estimando que o valor de mercado deste deveria rondar os 3,7 milhões de euros.

No dia anterior à realização da hasta pública, a Associação Ventura Terra apresentou, junto do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, um procedimento cautelar para a suspender a sua realização. Mas esta realizou-se, embora a UL não divulgue quem foi o comprador.

Prisa e Cofina prolongam "batalha" de acusações

Cofina confirma que desistiu da Media Capital. E responsabiliza a Prisa. Espanhóis contra-atacam e dizem que grupo português é que falhou

Media
Pedro Ferreira Esteves

Enquanto o mundo está a braços com um surto epidemiológico sem precedentes nos tempos modernos e a economia global tenta lidar com os efeitos devastadores que as medidas de contenção estão a ter no modo de funcionamento dos países, há dois grupos de *media* ibéricos que discutem entre si a responsabilidade pelo falhanço da compra da Media Capital. Tudo por 10 milhões de euros.

A Cofina decidiu interromper o aumento de capital de 85 milhões que tinha lançado para financiar parte da compra da Media Capital, na véspera da sua concretização e quando os mercados financeiros já tremiam perante a iminência de uma recessão global provocada pelo novo coronavírus. E surpreendeu todos, inclusive a Prisa – que ameaçou com o recurso aos tribunais – e alguns dos seus parceiros no negócio (o empresário Mário Ferreira falou mesmo em "grande surpresa"). Implícito nesta decisão ficou o pagamento de uma caução de dez milhões de euros à Prisa, conforme se previa no acordo de compra e venda.

No entanto, o grupo de Paulo Fernandes alega que não tem de pagar esta caução, porque propôs à Prisa voltarem à mesa de negociações para reconsiderar os pressupostos da operação à luz das novas condições de mercado. E para negociarem eventuais compensações no caso de se confirmar o fim do negócio. O grupo espanhol sublinha desde o início desta ruptura que a Cofina tinha assegurado que a operação estava coberta tanto pelos accionistas como pelos bancos financiadores. O aumento de capital ficou por completar porque faltaram ordens de subscrição no valor de três milhões.

Ontem, a Cofina abriu as hostilidades, ao confirmar a desistência da operação, depois de decorrido o prazo que diz ter dado à Prisa para reabrir as negociações. Dando conta de que a "notificação de resolução do contrato produziu os seus efeitos", sublinhou, em comunicado, que a decisão de abandonar o negócio surge na sequência de uma "inesperada e muito significativa degradação da situação financeira e perspectivas da Vertix e da Media Capital, especialmente agravadas pelo presente contexto de emergência causado pela pandemia covid-19". E ataca logo o "comportamento da Prisa, que incorreu em violações contratuais graves e manifestou expressamente a intenção de não cumprir o contrato, o que afectou irremediavelmente a relação de confiança entre as partes".

A Cofina vai mais longe e defende que transmitiu igualmente à Prisa o "entendimento de que, mesmo no caso de a declaração de resolução vir no futuro a ser entendida como ineficaz, a concretização da aquisição prevista no contrato sempre dependeria da determinação final do valor da compensação devida à Cofina por força das referidas violações contratuais, a qual, nos termos gerais, deveria ser abatida ao preço contratualmente previsto".

A Prisa respondeu, horas mais tarde, reiterando algumas das posições que tinha vindo a manifestar desde que, no primeiro comunicado sobre este confronto, admitiu recorrer aos tribunais para ser ressarcida do fim do negócio.

"A Cofina falhou voluntariamente as suas obrigações contratuais, apesar de ter assumido em várias ocasiões, tanto no acordo de compra e venda como nos vários documentos divulgados ao mercado, que tinha assegurado os compromissos financeiros necessários para financiar o acordo de compra e venda, tanto junto dos bancos como junto dos accionistas relevantes", estes últimos "para cobrir o montante correspondente ao aumento de capital".

Sobre a acusação da Cofina acerca de "violações contratuais", a Prisa sublinha que "não recebeu qualquer comunicação da parte da Cofina relativa à sua alegada incapacidade para

TVI e Sérgio Figueiredo vão a julgamento pelo crime de ofensa à reputaç

A TVI e o director de informação, Sérgio Figueiredo, vão ser julgados pelo crime de ofensa à reputação económica, segundo a decisão do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa a que a Lusa teve acesso. A decisão instrutória é especificamente sobre três crimes que estavam imputados a Sérgio Figueiredo, mantendo a acusação sobre ofensa à reputação económica e deixando cair os outros dois pelos quais tinha sido deduzida acusação — crime de ofensa à pessoa colectiva e crime de desobediência qualificada. A TVI não esteve em apreciação nesta decisão, porque não pediu a instrução do processo, mas a decisão sobre Sérgio Figueiredo implica que o canal também vá a julgamento. Em causa está a notícia dada pela TVI em 13 de Dezembro de 2015 sobre problemas no Banif e que estava em preparação a aplicação de uma medida de resolução.

Segundo a sentença datada de 16 de Março a que a Lusa teve acesso, o juiz justifica ao longo de oito páginas os indícios que considera existirem para haver um julgamento de Sérgio Figueiredo pelo crime de ofensa à reputação económica, por não se ter oposto enquanto director de informação à divulgação da notícia sobre o Banif. Segundo o juiz, os elementos existentes nos autos (caso de responsáveis do Banco de Portugal) "apontam efectivamente no sentido de não ser verdadeira a notícia transmitida pela TVI", mesmo tendo em conta as actualizações da notícia ao longo da noite de

Negócio entre os espanhóis da Prisa e a Cofina avaliava Media Capital, a dona da TVI, em 205 milhões de euros

NUNO FERREIRA SANTOS

completar o aumento de capital, nem sobre a sua vontade em desistir da sua execução". Mais: "Apesar da comunicação de 12 de Março de 2020, nos últimos sete dias a Cofina não apresentou à Prisa qualquer proposta para alterar o acordo de compra e venda". E ainda: "A Prisa agiu, sempre, em boa-fé ao longo do processo e nega as afirmações da Cofina sobre violações contratuais".

Os dez milhões

Há uma semana, a proprietária do *Correio da Manhã* considerou que não devia dez milhões de euros à Prisa – Promotora de Informaciones por ter desistido de comprar a Media Capital, empresa que detém a TVI, entre outros meios. A 11 de Março, a Cofina anunciou a desistência da compra da TVI após falhar a operação de aumento de capital aprovada pelos seus accionistas em 29 de Janeiro.

Em comunicado à CMVM, a Cofina informou que, no seu entendimento, "o contrato não caducou por efeito do insucesso do aumento de capital da Cofina, razão pela qual não são devidos os dez milhões de euros". Isto porque propôs à Prisa voltar à mesa de negociações, depois de citar as condições de mercado adversas para não concluir o aumento de capital na data prevista.

A Cofina comunicou mesmo ao mercado que enviou à Prisa, "em 12 de Março, uma notificação de resolução do contrato (na base de fundamentos que oportunamente serão objecto de divulgação pública), condicionada a que, no prazo de sete dias, a Cofina e a Prisa não venham a acordar numa modificação do contrato de forma a restabelecer um equilíbrio das prestações recíprocas conforme com os princípios da boa-fé".

A operação de aumento de capital da Cofina visava financiar a compra da dona da TVI. O negócio avaliava a Media Capital em 205 milhões de euros, um valor que já representava uma descida face ao preço inicial na sequência da evolução da situação patrimonial da dona da TVI. A Cofina procurava assegurar 85 milhões de euros num aumento de capital, com vista a pagar cerca de 120 milhões por 95% da Media Capital. O restante financiamento seria assegurado por financiamento bancário. **com Lusa**

pedro.esteves@publico.pt

...ção económica no caso Banif

domingo em que foi transmitida. "Na situação em apreço, existem indícios suficientes que o arguido (ou, mais correctamente, a equipa de jornalistas por si coordenada) terá violado ostensivamente as obrigações éticas e deontológicas", justificando-se o juiz com a deliberação de 2016 da Entidade Reguladora da Comunicação Social. Segundo o juiz, o arguido não ouviu previamente o BdP nem o Ministério das Finanças e diz que, segundo o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH), essa obrigação só pode ser descurada quando a informação tenha sido obtida de fontes oficiais, ainda que não públicas, ou transmitida em citação directa. Nos autos, entende o juiz, a prova que mais se aproxima é um ofício do BdP às Finanças a dizer que, se a venda do Banif não for feita, não há outra alternativa senão a resolução, considerando o juiz que, mesmo que o arguido tivesse acesso a esse ofício, "não é possível extrair do mesmo o teor da notícia transmitida".

Índia executa quatro homens que violaram a rapariga "sem medo"

Brutalidade do crime chocou o país e o mundo e chamou a atenção para o flagelo da violência sexual na Índia. Condenados foram enforcados e a execução foi celebrada pela família da vítima

RAJAT GUPTA/EPA

A mãe da vítima, ao centro, revelou que "abraçou a fotografia da filha" e lhe disse que foi feita justiça

Crimes sexuais
António Saraiva Lima

Sete anos depois de a sua filha ter sido cruelmente violada e assassinada por seis homens, em Nova Deli, e de o crime ter criado uma enorme onda de comoção e solidariedade, mas também de consciencialização para o flagelo da violência sexual na Índia, Asha Devi pôde finalmente "abraçar a fotografia" dela e anunciar-lhe: "Hoje tiveste justiça." Quatro dos seis criminosos foram ontem executados pelas autoridades, completando-se um ciclo que, para os pais da vítima, foi "doloroso e agonizante".

Condenados à pena capital em 2013 e depois de esgotados todos os recursos possíveis para o Supremo Tribunal indiano, Akshay Thakur, Vinay Sharma, Pawan Gupta e Mukesh Singh foram enforcados na prisão de Tihar.

O quinto e o sexto elementos do grupo tiveram destinos diferentes: um deles suicidou-se em 2013, na prisão, e o outro, menor na altura do crime, completou em 2015 a pena máxima para a sua idade: três anos de reclusão num centro educativo.

"É um dia histórico, 'Nirbhaya' teve justiça ao fim de sete anos e a sua alma deve ter encontrado paz. O país enviou uma forte mensagem aos violadores", celebrou Swati Maliwal, directora da Comissão para as Mulheres do governo de Deli, citada pelo *Guardian*.

"Nirbhaya" não é o nome da vítima, foi o escolhido pela imprensa indiana devido à impossibilidade, decretada por lei, de se referir o seu verdadeiro nome. Significa "sem medo". E essa escolha mostra, também, como o caso escandalizou e comoveu a Índia, e a pôs a reflectir sobre a relação problemática entre uma fatia importante da sua população, maioritariamente masculina, e a violência sexual, contra mulheres e menores.

Segundo as estimativas da organização não governamental Equality Now – que faz campanha pelos direitos humanos e das mulheres –, são denunciados à polícia indiana cerca de cem novos casos de violação sexual, por dia. Números já chocantes, só por si, mas que ainda impressionam mais tendo em conta a percentagem astronómica dos casos que não são reportados, na Índia: 99,1%.

Na beira da estrada

"Nirbhaya" tinha 23 anos e era estudante universitária de Fisioterapia. Na noite de 16 de Dezembro de 2012 foi abusada sexualmente pelos seis homens, durante uma hora e meia, num autocarro em movimento, na capital da Índia. De seguida, os criminosos espancaram-na, a ela e a um amigo que a acompanhava.

No final do trajecto, os dois jovens foram largados, sem roupa, à beira de uma estrada. A rapariga, descreve a Reuters, tinha um tubo metálico enfiado até ao abdómen e parte do intestino para fora do corpo.

Durante duas semanas, várias cidades do país organizaram vigílias e correntes de oração, em apoio à rapariga, chocadas com a brutalidade do crime. Mas a vítima acabaria por sucumbir aos ferimentos, num hospital em Singapura. E com a morte vieram os protestos maciços, alguns violentos, contra a indiferença das autoridades e contra a legislação pouco eficaz em matéria de crimes sexuais.

Lei à medida?

Se é verdade que a percentagem de crimes desta natureza continua a ser preocupante e opressora na Índia, é possível assumir, no entanto, que há um antes e um depois da triste história de "Nirbhaya". Em matéria de percepção do problema e, principalmente, em matéria penal.

Quatro meses depois do caso já havia nova legislação em vigor. A definição jurídica de violação sexual foi ampliada, de forma a incluir o maior número de casos, nomeadamente sobre o consentimento, e foram tipificados novos crimes relacionados, como, por exemplo, a perseguição ou a divulgação de imagens ou vídeos íntimos – de fora, porém, ficou a violação no casamento, que não é considerada criminosa na Índia.

Além disso, as penas para os casos de violação foram duplicadas ou agravadas: vinte anos de prisão como pena mínima, e prisão perpétua ou pena capital para os casos de reincidência do condenado, ou casos de morte ou de danos irreversíveis para a vítima.

Uma moldura penal adequada constitui um passo importante para se reduzir a violência sexual na Índia. Mas não é, em si, suficiente. Segundo os dados de 2018 do Ministério do Interior indiano, apenas 85% das denúncias destes crimes se traduziram em acusações e 27% em condenações. O principal obstáculo, apontam os analistas, é a "cultura patriarcal e machista indiana".

"A sociedade indiana ainda atribui muitas culpas às vítimas, envergonhando-as e às suas famílias, e remetendo-as ao silêncio", lê-se no *site* da Equality Now. "Isto acontece especialmente nos mais marginalizados da sociedade. E esta cultura de vergonha acompanha as vítimas na aplicação da lei, no sistema penal e nos hospitais, contribuindo para silenciar ainda mais vozes."

antonio.lima@publico.pt

CULTURA

“Ninguém sabia o que e

Nuno Faria O Museu da Cidade do Porto entra agora numa nova fase, reorganizando-se num rizoma com 16 estações. É mais do que uma operação gráfica e semântica: “É ver como o museu pode pensar a cidade, e como é que a cidade pode pensar o museu”, diz o director artístico do projecto

Entrevista
Sérgio C. Andrade

Depois de seis anos a dirigir o Centro Internacional de Artes José de Guimarães (CIAJG), em Guimarães, Nuno Faria (Lisboa, 1971) foi convidado pela Câmara do Porto, em 2019, para repensar o projecto do Museu da Cidade. O curador e programador trazia já um longo currículo no sector das artes. Passou pelo Instituto de Arte Contemporânea, pela Fundação Gulbenkian e pela Mobilehome – Escola de Arte Nómada, Experimental e Independente, no Algarve. Radicou-se agora no Porto, com assento nos jardins românticos da Casa Tait, para dirigir o Museu da Cidade, cujo novo programa foi lançado em Fevereiro. Dezasseis estações organizadas em cinco eixos temáticos constituem este equipamento, que já foi equiparado a uma “linha de metro”, aberto a novas viagens à história da cidade.

Após uma “saída pacífica” do CIAJG – “Está aberto um concurso para a minha substituição, o que me deixa muito feliz. É muito importante que o CIAJG não perca a energia e o *élan* dos últimos anos” –, Nuno Faria está agora dedicado a este projecto que se quer constituir como plataforma para pensar o Porto.

O que é que o Museu da Cidade vai trazer de novo ao Porto?
Quando o desafio me foi proposto, eu e o presidente Rui Moreira discutimos muito sobre o projecto. Foi-me dado tempo de observação, e foi-me pedido que pusesse um pensamento em acção e apresentasse um plano. Eu conhecia o Porto relativamente bem, e conhecia relativamente mal o projecto do Museu da Cidade, o único ainda não concretizado dos três grandes pilares da política cultural do município, depois do Teatro Municipal do Porto e da Galeria Municipal... Estes dois estavam consolidados. Havia a necessidade de dar consistência ao terceiro. Eu não vinha com nenhuma ideia pré-concebida; quando cheguei, estava em curso uma renovação parcial de alguns equipamentos do museu.

O projecto tem, contudo, uma pré-história que vem dos anos 90, da vereação de Manuela de Melo...
Sim. Tem uma existência longa, mas difusa, e confusa. Havia, sobretudo, que dar-lhe uma identidade semântica, mas também gráfica e ainda geográfica. Foi esse trabalho que fizemos.

O lançamento do museu coincidiu com as acusações de censura ao Teatro Municipal. O seu programa está a coberto de situações desse género?
Tenho bem noção da fragilidade das relações entre programadores e artistas. Em rigor, sou mais curador do que programador. No étimo da palavra curador está “cuidar de”, “tomar conta de...”. É uma tarefa complexa, mais ainda em contexto institucional, em que existem responsabilidades que não se circunscrevem estritamente a esse “tomar conta” dos projectos. O tecido artístico é muito frágil, e o trabalho dos curadores e dos programadores é extremamente importante, e muitas vezes difícil. Tem de proporcionar as melhores condições de apresentação e de desenvolvimento dos projectos artísticos. É muito importante haver confiança entre os artistas e os programadores, e, ao mesmo tempo, um cuidado extremo nas condições de apresentação e de mediação. Obviamente, todas as instituições têm as suas regras, e é preciso encontrar o justo equilíbrio entre uma coisa e outra.

Como vai lidar com um tecido artístico bem mais alargado do que os espaços e o tempo disponíveis para o acolher?
Criámos este mote, que se adapta, de forma perfeita, morfológica e semanticamente, à realidade que temos: um museu à escala da cidade. Aquilo que poderia parecer uma fraqueza – esta dispersão de equipamentos –, entendemo-lo como uma força. Que é inédita: não conheço nenhum outro museu que tenha esta escala. Estamos a tratar de 16 espaços numa lógica que não é só geográfica, é também uma lógica de entrelaçamento. Interessa-nos ver como o museu pode pensar a cidade, e como a cidade pode pensar o museu. Um trabalho em duplo sentido.

Já se comparou o Museu da Cidade a uma linha de metro, com várias estações...
É muito forte esta ideia de que há os espaços deste rizoma – prefiro a palavra rizoma à palavra rede – e também os espaços entre esses espaços: o espaço público, a dimensão urbanística e paisagística, a dimensão social e a dimensão histórica, além do espaço natural. Esta é verdadeiramente uma plataforma propícia para pensar a cidade. E são raros os museus que podem ter esse papel.

O Museu da Cidade tem a ambição de unificar espaços muito diversos e, ao mesmo tempo, com histórias muito particulares, inscritas no imaginário portuense. Pô-los a todos sob a coordenação de uma só pessoa não acarretará o risco de um pensamento único?
Não, por várias razões. Em primeiro lugar, há uma equipa de programação plural (somos cinco), que vai irradiando para os diferentes responsáveis pelos pelouros até aos especialistas de cada área. Temos arqueólogos, historiadores, arquitectos, pessoas que conhecem a história da cidade, e estamos a articular com os outros

pelouros com que confinamos: Urbanismo, Ambiente, Acção Social, etc.. Não há o risco de pensamento único. Há, pelo contrário, a necessidade premente de criar uma identidade para o museu, porque aquilo a que se chamava o Museu da Cidade era uma abstracção; uma inexistência e uma impossibilidade semântica.

Este não é um museu angustiado com a perda de memória nem se paralisa na sua dimensão material ou fetichista

E mudar os nomes vai ser suficiente para assegurar essa mudança? Substituir a designação Casa do Infante por Gabinete do Tempo, ou Casa-Museu Guerra Junqueiro por Gabinete do Desenho...
Não há uma substituição. A Casa do Infante, a Casa-Museu Guerra Junqueiro e a Biblioteca [Pública Municipal do Porto] têm espaços de exposições temporárias. Renomeámos esses espaços como gabinetes, do Tempo, do Desenho, do Som, em função da sua vocação, ou da vocação que queremos que tenham. Não é uma nomeação superficial, esta operação semântica tem um alcance muito grande. Estamos a tratar de um museu à escala da cidade, com vários espaços, mas que é uma coisa só. Integra uma pluralidade

era o Museu da Cidade"

TIAGO LOPES

de temas, de épocas, de questões... Por lógica semântica, não vamos ter dentro do Museu da Cidade outros museus. A grande operação é uma operação mental, que se traduz na expansão do seu potencial de acção. Isso não tinha sido feito. Ninguém sabia o que era o Museu da Cidade.

Disse que o "eixo sonoro", e a "biblioteca Sonora", na biblioteca de São Lázaro, seria "o coração pulsante do Museu da Cidade". O que significa isso?

É o nosso projecto simbolicamente mais importante. Remete-nos para uma dimensão de museu que não está refém dos objectos que tem à sua guarda. O museu que queremos expande-se para além dos seus limites físicos. Não é a soma dos seus equipamentos; irradia um pensamento e uma acção para a cidade, no tempo em que vivemos. Não é um museu angustiado com a perda de memória, como os museus têm estado, de um modo geral, nem se paralisa na sua dimensão material ou fetichista. É, pelo contrário, um museu que se coloca em dúvida, em tempos de crise.

E porquê a atenção especial à Biblioteca Sonora?

A dimensão sonora é uma força simbólica. É material, mas não está no campo do visível. O som é um eixo que estamos a trabalhar com músicos, compositores, contadores de histórias, *sound designers*, etc., para criar uma dimensão que habita os nossos espaços, os mais e os menos ortodoxos.

Mas a biblioteca é sobretudo conhecida como um espaço de silêncio para a leitura...

A Biblioteca Pública Municipal tem um equipamento extraordinário, muito pouco conhecido, que se chama Biblioteca Sonora. É um serviço público ininterrupto desde 1970, de âmbito nacional, que tem como principal missão sonorizar livros para servir a comunidade de cegos. Nas primeiras décadas, era prestado por radiofonistas, por actores; entretanto, tornou-se um serviço de voluntariado. Tem um conjunto de estúdios onde se fazem essas gravações a pedido do público: as pessoas, comprovando a sua incapacidade de visão, ou mesmo física, têm esse direito por lei... É um projecto lindíssimo. Estamos a requalificar a Biblioteca Sonora, a criar um novo estúdio onde vamos fazer gravações que irão para além desse serviço regular. Com os técnicos da biblioteca, vamos gravar outros materiais, que irão servir os nossos espaços, as nossas visitas guiadas, e também estimular a criação de novos conteúdos

E o Gabinete do Som?

É a transformação da sala de exposições temporárias da biblioteca. Já ali abriu uma primeira exposição – *Livros São Árvores, Bibliotecas São Florestas* –, que fala desta circularidade viciosa entre as florestas que nós destruímos para guardar a memória dessas mesmas florestas, e haverá mais duas este ano, a partir do espólio bibliográfico.

No ano passado, abriu na Rua da Reboleira o novo Museu do Vinho do Porto, que veio substituir o anterior junto ao rio; entretanto, fechou para ser reorganizado. O mesmo irá acontecer com a Quinta da Macieirinha. Não é um desperdício de investimento?

São dois casos ligeiramente diferentes. Mas não há, em nenhum deles, qualquer desperdício. O ex-Museu do Vinho do Porto foi remodelado e abriu com uma montagem que se dedicava ao tema da alfândega. Mas não fizemos obra nova. A única mudança de monta foi no nome do espaço e na montagem. Vamos reabri-lo, quando houver condições de saúde pública, com uma nova exposição, *Douro, Terra e Atmosfera*, e dar-lhe um ritmo expositivo sazonal, com inaugurações em Março e em Setembro, alinhadas com as épocas da vinha. Queremos que seja uma espécie de embaixada do Douro no Porto. Ampliámos o âmbito temático do equipamento, não o restringindo ao vinho do Porto.

E qual é o problema da Quinta da Macieirinha?

Não há problema nenhum. O espaço foi alvo de obras de beneficiação há relativamente pouco tempo. O que vamos fazer aí – e isso não implica obra – é também uma releitura e uma expansão do objecto museológico.

Com novos conteúdos?

Sim, mas no mesmo espaço. O Museu Romântico tem um âmbito muito estrito, *grosso modo* dedicado à passagem do rei Carlos Alberto pelo Porto. O nosso objectivo é que esta extensão do Museu da Cidade seja um lugar privilegiado para pensar a potência contemporânea do romantismo e fazer a sua leitura histórica.

Além das 16 estações anunciadas, o Museu da Cidade poderá vir a ter novos pólos?

Na apresentação, o presidente Rui Moreira falou de um museu sempre inacabado, de uma "*never-ending story*". Achei isso interessante. Há possibilidades que estamos a entrever, mas estamos sobretudo concentrados nestas estações.

Quando o anterior programa do Museu da Cidade foi lançado, estava-lhe associado o projecto de um edifício de Álvaro Siza para a Avenida da Ponte. O projecto actual não precisa de um equipamento-âncora?

Este rizoma terá várias âncoras, tanto no sentido geográfico como no cronológico. E a primeira estação do Museu da Cidade será o Reservatório, no Parque da Pasteleira, que abrirá em Outubro. É a primeira estação em que começará a ser feita a leitura estratigráfica, transversal, da cidade, a partir de um conjunto de peças criteriosamente escolhidas. Será um órgão vivo. Os técnicos do património vão estar a trabalhar neste antigo reservatório de águas e as possibilidades que isto abre são extraordinárias.

> **O Museu da Cidade vai articular-se com muita gente, com muitas instituições, de modo a criar uma dinâmica muito para além da sua dimensão física**

A estação da Indústria vai ficar provisoriamente no CACE, à espera de passar para o Matadouro?

Não. A Extensão da Indústria vai situar-se no CACE definitivamente.

Foi lançada a ideia de criar um "Andante" para o Museu da Cidade. Este bilhete vai permitir a visita a todas as estações?

A ideia da linha de metro é forte, mas informal. Estamos a criar condições para que os espaços abram, ou reabram, ou se reforcem, e para isso definimos estes cinco eixos de trabalho – líquido, material, sonoro, natureza e romantismo. E criámos os gabinetes. A maior parte das extensões é já visitável, outras ainda não.

Pode aceder-se às estações já visitáveis com um bilhete único?

Estamos a trabalhar para que isso se torne uma realidade até ao final deste ano. Todos os projectos que estamos a fazer têm implícita esta ideia de nomadismo, de circulação.

Está prevista a extensão do bilhete a outras instituições?

Está. Temos dedicado muito tempo ao conhecimento mais profundo de vários projectos da cidade, quer independentes, quer institucionais, não só no sentido de acolher propostas, mas também no de fazer desafios. Começámos já conversas com o Teatro Nacional de São João para articularmos, em torno do eixo sonoro, a questão da palavra, a questão performativa. E estamos muito atentos a tudo o que se está a passar na cidade. O Museu da Cidade tem uma ambição comunitária, e vai articular-se com muita gente, com muitas instituições, de modo a criar – é essa a nossa ambição – uma dinâmica muito para além da sua dimensão física.

sandrade@publico.pt

Buba Espinho estreia-se em disco: "O Alentejo é o que me define, acima de tudo"

Música
Nuno Pacheco

Entre o fado e o cante alentejano, o cantor lança, aos 24 anos, o seu primeiro álbum. E hoje fará uma sessão ao vivo no Facebook

Há quem o conheça do fado e quem o conheça do cante. E Buba Espinho faz questão de se manter ligado a ambos, como deixa claro no seu disco de estreia, que tem por título apenas o seu nome e que chega agora às plataformas digitais, adiando-se (por força da pandemia) a sua edição física. Hoje, podemos ouvi-lo "ao vivo" no seu Facebook, às 16h30.

Nascido em Beja, em 1995, poucos o conhecem pelo nome de baptismo, Bernardo. Desde menino que é Buba. E foi na família que a música começou, já que o pai, Luís Espinho, fez parte de grupos como os Adiafa, Baile Popular e Mestre Cante, colaborando ainda com Celina da Piedade e as Vozes do Cante. Mas houve tempos em que ele não queria ouvir música. Só por volta dos 15 anos nasceu a "paixão pelo cante alentejano, pela música tradicional": "Nem o meu pai esperava. Para ele, foi um choque positivo."

Esse interesse foi, de algum modo, influenciado pela escola. "Foi o facto de mais colegas se interessarem também. Porque quer do cante, quer do fado, quando somos adolescentes, temos vergonha de dizer que gostamos." Assim surgiu o grupo Bubedanas: "Passávamos os dias inteiros a cantar... até mesmo nos bares, à noite, íamos para as casas de banho, onde havia melhor som."

Isso levou-o, depois, a integrar grupos a que o pai pertencia, como os Adiafa ou o projecto Mestre Cante. O fado surgiu depois. "Comecei a sentir necessidade de fazer o meu próprio caminho a solo. E o fado foi o estilo com que mais me identifiquei. Fiz uma vasta pesquisa no repertório, comecei a ir às casas de fado e foi amor à primeira vista." Mudou-se para Lisboa e em 2016 venceu a Grande Noite do Fado.

O seu disco de estreia tem, a par de fados como *Enigma* ou *Zé de Alfama* e de tradicionais como *Para que quero eu olhos*, originais com letra do próprio Buba (*Menina*), do seu irmão Eduardo Espinho (*Refém*) e de autores como Armando Torrão, João Monge, Paulo Abreu Lima, Diogo Brito, Faro e António Zambujo, que também canta com ele no *single Roubei-te um beijo*. Participam também, como convidados, Diogo Brito, Faro, Tiago Nacarato e Raquel Tavares.

O disco começou a ser preparado há três anos. "De início, pensava numa abordagem mais tradicional: fado e modas alentejanas. Mas fui arriscando na canção, e temos aqui uma tríade. Não atingi uma maturidade, mas sinto que já tenho a minha identidade bem gravada." Uma identidade inevitavelmente ligada ao Alentejo, onde agora regressou para fazer a sua quarentena: "É a minha base, é o que me define acima de tudo."

nuno.pacheco@publico.pt

ÂNGELO SOUSA

Buba Espinho cruza o fado, a moda alentejana e a canção

Morreu Rui Mateus Pereira, antropólogo com um apurado sentido da História

Obituário
Lucinda Canelas

Com um percurso centrado na relação entre as ciências sociais e o Estado Novo, ocupou também vários cargos públicos

DR

Publicou trabalhos de referência sobre o modo como as ciências sociais contribuíram para a perpetuação do império colonial português e manteve um percurso como gestor público, na administração central e local. Rui Mateus Pereira, antropólogo, morreu anteontem, aos 62 anos, de doença prolongada, anunciou o Instituto de História Contemporânea (IHC) da Universidade Nova, cujo grupo de investigadores integrava.

Foi Rui Pereira, lembra ao PÚBLICO Pedro Aires Oliveira, académico que se tem dedicado ao estudo da História da Expansão e do colonialismo, quem "resgatou a importância do contexto criado pelo império português na evolução dos estudos antropológicos em Portugal", analisando a actuação de várias equipas no terreno, em especial a do histórico etnólogo Jorge Dias (1907-1973) entre os macondes de Moçambique. *Conhecer para dominar: o desenvolvimento do conhecimento antropológico na política colonial portuguesa em Moçambique, 1926-1959*, título da sua tese de doutoramento de 2006, ainda à espera de publicação, "é uma obra de referência", diz por seu lado o historiador Miguel Bandeira Jerónimo, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. "Não sendo a única obra a fazê-lo, é a primeira tese a abordar de forma sistemática as relações entre a produção de conhecimento científico e o poder político no contexto do mundo colonial português", diz o também docente na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Nova.

É nesta tese que reflecte sobre a possibilidade de o trabalho dos etnólogos ter contribuído para a permanência dos portugueses em África, precisa o académico. "E ele olha para tudo de forma muito crítica, procurando demonstrar até que ponto o conhecimento científico foi instrumentalizado", diz, colocando o enfoque na equipa coordenada por Jorge Dias, "caso exemplar" das relações entre o saber antropológico e a acção governativa em África durante o Estado Novo.

Rui Pereira, acrescenta o coordenador do IHC, parte dos relatórios reservados que Jorge Dias envia a Salazar e a outros responsáveis pela política colonial para traçar "um retrato sofisticado, por vezes crítico, da colonização portuguesa". "Ele mostra que Jorge Dias mantém com o regime uma relação complexa e que, tal como Orlando Ribeiro, via alguma bondade no projecto colonial português", diz Aires Oliveira.

Miguel Bandeira Jerónimo defende, por seu lado, que o antropólogo soube "demonstrar de forma clara" que a relação entre o Estado Novo e este etnólogo que liderou a equipa a que se deve a criação do Museu Nacional de Etnologia "não é unívoca", está cheia de zonas cinzentas.

O trabalho de Rui Pereira é também essencial para a análise das colecções etnológicas em Portugal, um tema que ganhou preponderância com o debate contemporâneo em torno da descolonização dos museus: "Quem quiser estudar a forma como foram criadas as nossas colecções africanas tem de olhar para o que ele escreveu."

Rui Pereira assumiu a chefia do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (2002-2005) e da Direcção Municipal de Cultura de Lisboa (2005-2008), contexto em que seria acusado de participação económica em negócio e condenado pelo Tribunal da Relação. Também a sua passagem pelo Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, a que presidiu, não foi pacífica: acabou exonerado do cargo em 2015, na sequência do colapso do sistema Citius.

lcanelas@publico.pt

FUNDAÇÃO
PORDATA
RTP

Eng.º João Manuel Jacques de Carvalho e Sousa

1937 – 2020

A família participa o falecimento e agradece desde já, todas as provas de amizade e pesar recebidas.
Oportunamente, será celebrada uma cerimónia onde os familiares e todos os que por ele sentem carinho e amizade, possam dedicar-lhe a devida e merecida homenagem.

Funerária das Condominhas, "Casa António Pereira", Lda.

Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, especificamente constituída para promover a qualidade de vida das pessoas com demência e dos seus familiares e cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país.
Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade. Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamentos.

Contactos

Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3 Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa - Telefones: 213 610 460 - Fax : 21 361 04 69 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org
Centro de Dia Prof. Doutor Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2 Quinta do Loureiro, 1350-410 Lisboa - Telefone: 213 609 300 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org
Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário «Casa do Alecrim», Rua Joaquim Miguel Serra Moura, n.º 256 - Alapraia, 2765-029 Estoril - Telefone: 214 525 145 - E-mail: casadoalecrim@alzheimerportugal.org
Horário de Atendimento: Quartas e sextas, entre as 9h e as 13h
Núcleo do Ribatejo da Alzheimer Portugal: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31 «A, 2080-114 Almeirim - Telefone: 243 000 087 - E-mail: geral.ribatejo@alzheimerportugal.org
Delegação Norte da Alzheimer Portugal: Centro de Dia «Memória de Mim», Rua do Farol Nascente, n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra - Telefone: 229 260 912 | 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org
Delegação Centro da Alzheimer Portugal: Centro de Dia do Marquês, Urb. Casal Galego - Rua Raul Testa Fortunato n.º 17, 3100-523 Pombal - Telefone: 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org
Núcleo de Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, Complexo Social da Quinta da Moita - Oliveirinha 3810 Aveiro, Telefone: 234 940 480 - E-mail: geral.aveiro@alzheimerportugal.org
Delegação da Madeira da Alzheimer Portugal: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional da Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E, 9000-135 Funchal
Telefone: 291 772 021 - Fax: 291 772 021 - E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org

LEILÃO ELECTRÓNICO

FIM DO LEILÃO: 13 DE ABRIL, 2ª FEIRA ÀS 11H30

Insolvência de Luís António Rodrigues Pires
Tribunal Judicial da Comarca de Santarém - Juízo de Comércio de Santarém – Juiz 1
Processo nº 506/17.2T8STR

T3 (114m²) • 45.928,75€

ABRANTES SÃO VICENTE

Rua Quinta D´Arca, bloco 9 - 1º DTO.

CATÁLOGO ONLINE
Subscreva a nossa newsletter em www.cparaiso.pt

Leiloeira Paraíso • Rua Andrade 2 R/C, DTO. • 1170-015 LISBOA
Tel. 218 122 384 • Tlm. 916 855 363 • www.cparaiso.pt • info@cparaiso.pt
APDEL

LEILÃO ELECTRÓNICO

FIM DO LEILÃO: 30 DE MARÇO, 2ª FEIRA ÀS 12H00

Insolvência de Letras e Cabeçalhos, Lda.
Trib. Judicial da Comarca de Aveiro - Juízo de Comércio de Aveiro – Juiz 1 - Proc. nº 3386/19.0T8AVR

GRÁFICA • OVAR

• ROLAND 200 de 1 e 2 cores
• HEIDELBERG GTO 52 de 2 cores
• Impressora MINERVA • Alceadora da marca NAGEL
• Agrafadeiras da marca REMO e BARDOLET
• Porta Paletes • Cofre • Material de escritório (etc.)

A venda é feita na globalidade pelo valor de 12.160€
VISITAS: Dias 20 e 27 de março das 14h30 às 16h00
LOCAL: Rua do Lameiro nº 61, 3880-759 São João de Ovar

CATÁLOGO ONLINE
Subscreva a nossa newsletter em www.cparaiso.pt

Leiloeira Paraíso • Rua Andrade 2 R/C, DTO. • 1170-015 LISBOA
Tel. 218 122 384 • Tlm. 916 855 363 • www.cparaiso.pt • info@cparaiso.pt
APDEL

LEILÃO ELECTRÓNICO

FIM DO LEILÃO: 13 DE ABRIL, 2ª FEIRA ÀS 11H15

Insolvência de Mário Rui Marques Fernandes
Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte - Juízo de Comércio de Vila Franca de Xira – Juiz 4
Processo nº 2612/19.0T8VFX **& Execução de Andreia da Silva Conceição**
Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal - Juízo de Execução de Setúbal – Juiz 2
Processo nº 807/14.1T8STB

T2 (85,49m²) • 65.000,00€
Imóvel arrendado (Contrato de julho, 2014)
Prazo de 1 ano • Valor: 300€

SETÚBAL (S. SEBASTIÃO)

Rua Vale de Cerejeiras nº 77, R/C DTO.

CATÁLOGO ONLINE
Subscreva a nossa newsletter em www.cparaiso.pt

Leiloeira Paraíso • Rua Andrade 2 R/C, DTO. • 1170-015 LISBOA
Tel. 218 122 384 • Tlm. 916 855 363 • www.cparaiso.pt • info@cparaiso.pt
APDEL

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LISBOA OESTE
Juízo Local Cível de Mafra
Processo: 119/20.1T8MFR

ANÚNCIO

Acompanhamento de Maior
Requerente: Ministério Público
Beneficiário: Maria Belejo Luciano Vaz Rouco
A Juíza de Direito Paula Ferreira Pinto, faz saber que foi distribuído neste tribunal, o processo de Acompanhamento de Maior, em que é requerida Maria Belejo Luciano Vaz Rouco, nascida em 08-08-1936, filha de António Luiz Luciano e de Rosa Luciana, com domicílio na Rua do Castelo, 7 - R/c, 2640-468 Mafra, com vista a serem definidas medidas de acompanhamento e representação geral de sua pessoa.
N/ Referência: 124305360
Lisboa, 09-03-2020

A Juíza de Direito
Paula Ferreira Pinto
O Oficial de Justiça
Alberto Ribeiro

Público, 21/03/2020

FARMÁCIAS

Lisboa - Serviço Permanente Britânica (Rato - Jardim das Amoreiras) - Travessa da Légua da Póvoa, 5 - B - Tel. 213889250 **Dalva** (Saldanha) - Av. Duque D'Avila, 125 - Tel. 213545225 **Normal de Lisboa** (Baixa) - Rua da Prata, 220 - Tel. 218878342 **Outras Localidades - Serviço Permanente Abrantes** - Silva **Alandroal** - Santiago Maior , Alandroalense **Albufeira** - Santos Pinto **Alcácer do Sal** - Misericórdia **Alcanena** - Correia Pinto **Alcobaça** - Epifânio **Alcochete** - Cavaquinha , Póvoas (Samouco) **Alenquer** - Nobre Rito , Varela **Aljustrel** - Dias **Almada** - Braz da Silva (Laranjeiro) **Almeirim** - Central **Almodôvar** - Aurea **Alpiarça** - Gameiro **Alter do Chão** - Alter , Portugal (Chança) **Alvaiázere** - Ferreira da Gama , Castro Machado (Alvorge), Pacheco Pereira (Cabaços), Anubis (Maçãs D. Maria) **Alvito** - Nobre Sobrinho **Amadora** - Nunes , Remédios **Ansião** - Medeiros (Avelar) , Rego (Chão de Couce), Pires (Santiago da Guarda) **Arraiolos** - Misericórdia **Arronches** - Batista , Esperança (Esperança/Arronches) **Arruda dos Vinhos** - Da Misericórdia **Avis** - Nova de Aviz **Azambuja** - Miranda , Peralta (Alcoentre), Ferreira Camilo (Manique do Intendente) **Barrancos** - Barranquense **Batalha** - Moreira Padrão , Silva Fernandes (Golpilheira) **Beja** - Santos **Belmonte** - Costa , Central (Caria) **Benavente** - Miguens **Bombarral** - Hipodermia **Borba** - Carvalho Cortes **Cadaval** - Central **Caldas da Rainha** - Perdigão **Campo Maior** - Central **Cartaxo** - Pereira Suc. **Cascais** - D'Aldeia , Sacoor do Riviera (Junqueiro), Aragão (Parede) **Castelo Branco** - Ferrer **Castelo de Vide** - Freixedas **Castro Verde** - Alentejana **Chamusca** - Joaquim Maria Cabeça **Constância** - Vila Farma Constância , Carrasqueira (Montalvo) **Coruche** - Misericórdia **Covilhã** - da Alameda **Cuba** - Da Misericórdia **Elvas** - Calado **Entroncamento** - Almeida Gonçalves **Estremoz** - Grijó **Évora** - Diana **Faro** - Almeida , Da Penha **Ferreira do Alentejo** - Fialho **Ferreira do Zêzere** - Graciosa , Soeiro, Moderna (Frazoeira/Ferreira do Zezere) **Figueiró dos Vinhos** - Campos (Aguda) , Correia Suc. **Fronteira** - Costa Coelho **Fundão** - Avenida **Gavião** - Mendes (Belver) , Pimentel **Golegã** - Lusitano **Grândola** - Moderna **Idanha-a-Nova** - Andrade (Idanha A Nova) **Loulé** - Silveira Algarve , Martins, Algarve (Quarteira) **Loures** - Loures **Lourinhã** - Marteleirense , Ribamar (Ribamar) **Mação** - Catarino **Mafra** - Barros (Igreja Nova) , Afonso de Medeiros (Milharado) **Marinha Grande** - Roldão **Marvão** - Roque Pinto **Mértola** - Nova de Mértola **Monchique** - Moderna **Monforte** - Jardim **Montijo** - Nova Circular **Mora** - Canelas Pais (Cabeção) , Falcão, Central (Pavia) **Moura** - Nova de Moura **Mourão** - Central **Nazaré** - Ascenso , Maria Orlanda (Sitio da Nazaré) **Nisa** - São Damião **Óbidos** - Vital (Amoreira/Óbidos) , Senhora da Ajuda (Gaeiras), Oliveira **Odivelas** - Leitão Ribeiro , Nova (Olival Basto) **Oleiros** - Martins Gonçalves (Estreito - Oleiros) , Garcia Guerra, Xavier Gomes (Orvalho-Oleiros) **Olhão** - Progresso **Ourém** - Verdasca **Ourique** - Nova (Garvão) , Ouriquense **Pedrógão Grande** - Baeta Rebelo **Penamacor** - Nova **Peniche** - Proença **Pombal** - Torres e Correia Lda. **Ponte de Sor** - Matos Fernandes **Portalegre** - Esteves Abreu Lda **Portel** - Fialho **Portimão** - Carvalho **Porto de Mós** - Lopes **Proença-a-Nova** - Roda , Daniel de Matos (Sobreira Formosa) **Redondo** - Holon Redondo **Reguengos de Monsaraz** - Moderna **Rio Maior** - Central **Salvaterra de Magos** - Carvalho **Santarém** - Francisco Viegas Sucrs **Santiago do Cacém** - Barradas **Sardoal** - Passarinho **Serpa** - Serpa Jardim **Sertã** - Patricio , Farinha (Cernache do Bonjardim) **Sesimbra** - Lopes **Setúbal** - Brasil , Viso **Silves** - Algarve , Dias Neves **Sines** - Atlântico , Monteiro Telhada (Porto Covo) **Sintra** - Portela , Garcia (Cacém), Silveira Mem Martins (Mem Martins) **Sobral Monte Agraço** - Moderna **Sousel** - Mendes Dordio (Cano) , Andrade **Tavira** - Central **Tomar** - Torres Pinheiro **Torres Novas** - Palmeira **Torres Vedras** - Santa Cruz **Vendas Novas** - Nova **Viana do Alentejo** - Viana **Vidigueira** - Costa **Vila de Rei** - Silva Domingos **Vila Franca de Xira** - Mercado (Alverca) , César **Vila Nova da Barquinha** - Tente (Atalaia) , Carvalho (Praia do Ribatejo), Barquinha **Vila Real de Santo António** - Carrilho **Vila Velha de Rodão** - Pinto **Vila Viçosa** - Monte **Alvito** - Baronia **Ansião** - Moniz Nogueira **Lisboa** - Vila Expo (Moscavide) **Montemor-o-Novo** - Sepúlveda **Redondo** - Alentejo

FICAR

CINEMA

Todos Sabem
TVCine Top, 12h55
A viver na Argentina há vários anos, Laura regressa com o marido e os filhos à sua pequena aldeia espanhola para celebrar o casamento da irmã mais nova. Mas o que se previa ser uma aprazível reunião familiar depressa se transforma numa tragédia. Um *thriller* psicológico com assinatura do iraniano Asghar Farhadi, também responsável pelos oscarizados *Uma Separação* e *Vendedor*. Javier Bardem, Penélope Cruz, Ricardo Darín, Bárbara Lennie, Eduard Fernández, Ramón Barea e José Ángel Egido integram o elenco.

O Professor Chanfrado
SIC, 15h40
Eddy Murphy em sete personagens diferentes, da avó ao neto da família Klump – todos com peso a mais. Quando o Dr. Shermann Klump se apaixona pela colega escultural, decide que está na altura de perder uns quilos e, *eureka!*, inventa uma poção adelgaçante. Funciona, mas tem efeitos secundários inesperados e indesejados, como o nascimento de um *alter ego* que só se mete em sarilhos. Realizado por Tom Shadyac (*Mentiroso Compulsivo*), *O Professor Chanfrado* é um *remake* do original de 1963, protagonizado por Jerry Lewis.

Fragmentado
Fox, 22h30
Diagnosticado com transtorno dissociativo de identidade, Kevin tem dentro de si 23 identidades distintas. Um dia, rapta três raparigas que aprisiona numa cave. Depois de várias tentativas de fuga, percebem que só entendendo intimamente cada uma das facetas de Kevin poderão encontrar uma forma de sair dali com vida. Mas ele parece esconder uma 24.ª personalidade que espera o momento certo para se revelar. Interpretado por James McAvoy, Anya Taylor-Joy, Betty Buckley, Haley Lu Richardson e Jessica Sula, entre outros, um *thriller* psicológico escrito e realizado por M. Night Shyamalan (*O Sexto Sentido*, *O Protegido*, *Sinais*, *A Vila*).

Linhas Tortas
RTP2, 00h01
Luísa, actriz, e António, um escritor e jornalista mais velho, cruzam-se no Twitter. Ele está na rede social anonimamente, sob o nome Rasputine. Começam a trocar mensagens e desenvolvem uma obsessão um pelo outro, que os leva a combinarem um encontro. Só que, no caminho, ele tem um acidente e, sem a avisar, ela fica à espera dele. Uma história de desencontros do século XXI, com argumento da advogada Carmo Afonso e realização de Rita Nunes, que tem uma carreira de mais duas décadas feita na publicidade, nas curtas-metragens e nos telefilmes. Joana Ribeiro e Américo Silva ocupam os papéis principais.

SÉRIE

Os Mistérios de Frankie Drake
RTP2, 19h02
Estreia da segunda temporada da série canadiana criada por Carol Hay e Michelle Ricci. Frankie Drake (Lauren Lee Smith) dedica-se a uma actividade pouco comum para o seu tempo (que os anos 1920 podem ser loucos, mas não estão ainda habituados a mulheres emancipadas e independentes): trabalha como detective privada na cidade de Toronto. Pega em casos recusados pela polícia e investiga-os com a ajuda de duas outras forças femininas: a parceira Trudy (Chantal Riley) e a agente Mary Shaw (Rebecca Liddiard).

DANÇA

Play
RTP2, 22h13
Coreografado pelo sueco Alexander Ekman, naquele que foi o seu primeiro trabalho com os bailarinos da Ópera de Paris, *Play* é um espectáculo de dança contemporânea sobre o significado e a importância da diversão – na infância, mas também na vida adulta. Mikael Karlsson é o autor das partituras.

INFANTIL

Madagáscar 3 (V. Port.)
TVI, 7h27
Alex, Marty, Melman e Gloria ainda não perderam a esperança de regressar ao lar que deixaram no nova-iorquino Central Park. Depois da aventura que quase os perdia no coração de África, seguem viagem em direcção à velha Europa. Aí, julgam ter encontrado o disfarce perfeito à sua condição de animais selvagens: um circo itinerante que conseguem tornar ainda mais apelativo e cheio de dramatismo.

Televisão

lazer@publico.pt

Os mais vistos da TV
Quinta-feira, 19

	%	Aud.	Share
Jornal da Noite	SIC	16,1	25,9
Nazaré	SIC	15,8	27,1
Telejornal	RTP1	13,3	21,2
Terra Brava	SIC	13,2	27,5
O Preço Certo	RTP1	13,2	24,2

FONTE: CAEM

Canal	Share
RTP1	13,2%
RTP2	1,3
SIC	18,8
TVI	11,6
Cabo	40,0

RTP 1
6.04 Todas as Palavras **6.30** Espaço Zig Zag **8.00** Bom Dia Portugal Fim de Semana **10.14** África Colossal **11.04** Novo Mundo Digital **11.25** Aqui Mandam as Crianças **13.00** Jornal da Tarde **14.20** Voz do Cidadão **14.45** Aqui Portugal - Best of **19.08** O Preço Certo **19.59** Telejornal **21.00** Conta-me Como Foi **21.51** Joker **22.43** Desliga a Televisão **23.28** Depois da Terra **1.04** Jack Taylor **2.28** América: Uma Década de Divisão - De Obama a Trump **3.33** Televendas

RTP 2
6.32 Repórter África - 2.ª Edição **7.00** Euronews **7.53** Espaço Zig Zag **12.06** Nas Profundezas **12.28** Sangue de Lobo **12.53** O Amanhecer dos Croods **13.39** Os Daltons **13.55** Scream Street **14.17** She-Ra e as Princesas do Poder **14.40** Folha de Sala **14.48** O Comissário Montalbano **16.41** Europa Minha **17.00** Biosfera **17.32** Civilizações **18.29** Faça Chuva Faça Sol **19.02** Os Mistérios de Frankie Drake **19.50** Cuidado com a Língua! **20.06** Eurodeputados **20.37** Candice Renoir **21.30** Jornal 2 **21.50** Página 2 **22.06** Folha de Sala **22.13** Play **0.01** Linhas Tortas **1.12** 5 Quartos **1.59** Euronews

SIC
6.05 Malucos do Riso **6.30** Etnias **7.00** O11ze **7.10** Marvels Spider Man **7.55** Uma Aventura... **9.20** Olhó Baião **12.15** Nosso Mundo: Wild New Zealand **13.00** Primeiro Jornal **14.20** Alta Definição **15.05** E Especial **15.40** O Professor Chanfrado **17.25** Karate Kid **19.57** Jornal da Noite **21.30** A Árvore dos Desejos **22.45** Amigos Improváveis Famosos **1.55** Música e Letra **3.40** Televendas

TVI
6.46 Campeões e Detectives **7.27** Madagáscar 3 (VP) **8.52** Inspector Max **11.51** Querido, Mudei a Casa! **13.00** Jornal da Uma **14.37** Conta-me Como És **15.23** Os Salteadores da Arca Perdida **17.30** Pesadelo na Cozinha **19.13** Ver p'ra Crer **19.57** Jornal das 8 **21.53** Mental Samurai **23.17** Na Corda Bamba **0.00** Querido, Mudei a Casa! **0.57** Polícias em Grandes Apuros **2.38** GTI **2.57** Mar de Paixão **3.35** Saber Amar **4.15** TV Shop **5.45** Os Batanetes

TVCINE TOP
9.20 O Regresso de Mary Poppins (VP) **11.30** Parque das Maravilhas (VO) **12.55** Todos Sabem **15.05** Melhores Inimigos **17.15** Seduz-me Se És Capaz **19.20** Derradeira Viagem **21.30** Segredos do Passado **23.10** Samitério de Animais **0.50** Os Mortos Não Morrem **2.35** Um Segredo de Família **4.25** Viagem Assombrada

FOX MOVIES
10.06 À Segunda Não Me Escapas **11.28** 72 Horas **13.27** Victor Frankenstein **15.06** Geostorm - Ameaça Global **16.43** Amanhecer Violento (2012) **18.07** Cabine Telefónica **19.36** 12 Desafios **21.15** O Olho do Tigre **22.40** Perseguido **0.40** Coffy **2.04** Truck Turner **3.30** Blade II

CANAL HOLLYWOOD
9.00 Lendas de Oz: O Regresso de Dorothy (VO) **10.35** A Casa Assombrada **12.00** Ghostbusters - Os Caça Fantasmas **13.45** Pan: Viagem à Terra do Nunca **15.35** 10.000 AC **17.20** A Múmia: O Túmulo do Imperador Dragão **19.05** Red: Perigosos **20.55** O Marine **22.25** Max Payne **0.10** Detenção de Risco **2.05** A Colónia (2013) **3.35** Atrás das Linhas do Inimigo **5.20** Wild Wild West

AXN
13.50 Aloha **15.40** O Último Desafio **17.30** Mystic River **19.53** Ocean's Eleven - Façam as Vossas Apostas **21.55** Ocean's 12 **0.05** Ocean's Thirteen **2.12** Anjos e Demónios **4.25** O Aviador

AXN MOVIES
13.59 Hotel Transylvania 2 (VP) **15.32** A Caminho de Idaho **17.21** Profundo Azul **19.12** Punisher - O Vingador **21.15** Tempos Cruéis **23.10** Ghost Rider **0.58** Linha Mortal (1990) **2.55** L.A. Confidencial **5.06** Donnie Brasco

AXN WHITE
13.00 A Teoria do Big Bang **13.44** Click **15.28** O Grande Ano **17.08** Get a Job **18.38** Sobre Rodas **20.29** Arrow **21.15** Sobrenatural **22.00** Lembra-te de Mim **0.00** Legalmente Loira **1.37** Sete Vidas **3.37** O Chef (2014) **5.34** Arrow

FOX
9.30 Harry Potter e o Prisioneiro de Azkaban **12.00** Velocidade Furiosa 5 **14.30** Velocidade Furiosa 7 **17.00** The Hunger Games: Os Jogos da Fome **19.30** The Hunger Games: Em Chamas **22.30** Fragmentado **0.45** Missão Impossível 3 **2.45** Kin - Arma Letal **4.30** Chicago P.D.

FOX LIFE
9.41 Lei & Ordem: Unidade Especial **11.10** 9-1-1 **12.44** The Resident **15.13** Ponto de Mudança **16.53** Twisted **18.47** Sleeper (2018) **20.38** Mente Brilhante **22.30** Uma Boa Dose de Sexo **0.28** Das 5 às 7 **2.08** Star

DISNEY
15.20 A Raven Voltou **15.45** Gabby Duran Alien Total **16.10** Miraculous - As Aventuras de Ladybug **16.35** Sadie Sparks **17.00** Gravity Falls **17.50** Star Contra as Forças do Mal **18.40** Os Green na Cidade Grande **19.25** Miraculous - As Aventuras de Ladybug **19.47** Sadie Sparks **20.11** Gravity Falls **21.00** Gabby Duran Alien Total **21.23** A Raven Voltou **21.45** Coop & Cami

DISCOVERY
17.30 Duo de Sobreviventes **19.15** Como Fazem Isso? **21.00** Extinct Or Alive **22.50** Curiosidades da Terra **0.40** Extinct Or Alive **2.15** Curiosidades da Terra **3.00** A História do Universo **4.30** Negócio Fechado **5.00** Guerra de Propriedades **5.25** A Febre do Ouro

HISTÓRIA
17.11 O Preço da História **20.39** A Construção de Um Império **22.15** A Grande Corrida Romana **23.58** Roma e o Vício **1.31** Alienígenas **2.14** Alienígenas, Edição Especial

ODISSEIA
18.32 Diário Animal **19.21** Escola de Orangotangos **20.10** Fora de Controlo **21.03** Os Feitos Mais Estranhos das Guerras Mundiais **21.48** Operação Narco **22.30** Kómoda, a Vida Sem Energia **23.22** Pornocracy **0.15** Os Feitos Mais Estranhos das Guerras Mundiais **1.00** Operação Narco **1.50** Kómoda, a Vida Sem Energia **2.51** Resgate na Praia **3.14** Guerra de Drones

EM DESTAQUE

Relaxar

Chegou o fim-de-semana: quebre a rotina com um covid-detox

Em pouco menos de uma semana, foi-se invadido por mil e uma ideias de como manter as rotinas, lançar regras. Mas isso é para de segunda a sexta. Ao fim-de-semana, a nossa sugestão vai no sentido de fazer tudo ao contrário. Como? Comece por dormir a manhã na cama ou mesmo por se arrastar de pijama durante um bom bocado. Não ligue a televisão nos canais de notícias ou, se o fizer, tente fazê-lo na derradeira parte dos noticiários, conseguindo saber novidades isentas de coronavírus. Pelo contrário, corra os canais de séries: propomos o Fox Comedy ou o SyFy – o primeiro, tem sempre *sitcoms* divertidas; o segundo, mostra tantas catástrofes que a que se vive parecerá mal menor. Qual o poder de um vírus perante um batalhão de *zombies?* Mantenha-se longe dos *sites* de informação ou procure só notícias que não estejam relacionadas com o surto. Desligue-se das redes sociais. Se tal lhe parecer impossível, fomente uma corrente de imagens que nos faça esquecer a pandemia: fotos de gatinhos são sempre uma boa aposta. **C.B.R.**

Meditação

Ioga sem sair de casa

Neste sábado e domingo, os professores de ioga e meditação Isa Guitana e Jay Wong darão o seu *workshop* Life Essentials: Yoga & Meditation *online*, via Zoom. A participação tem um custo de 45€, mas é gratuito para médicos e enfermeiras, porque "cuidar de nós mesmos física e mentalmente é mais importante agora do que nunca". O *workshop* arranca hoje, das 9h às 19h, com aula de meditação, parte 1 (9h às 10h), aula de Ashtanga Yoga (10h às 11h15) e aula de Yoga Nidra para relaxação profunda (11h15 às 12h), meditação, parte 2 (16h às 17h), Ashtanga Yoga (17h às 18h15) e Yoga Nidra (18h15 às 19h). No domingo, as aulas regressam às 9h e duram até ao meio-dia com meditação, parte 3 (9h às 10h), aula de Ashtanga Yoga (10h às 11h15) e aula de Yoga Nidra (11h15 às 12h). As aulas serão dadas em inglês e as inscrições são pelo *email* info@casavinyasa.com ou pelo WhatsApp (+351-912 181 778). **I.C.**

Literatura

Ligados pela poesia

Em tempos de reclusão, as comemorações do Dia Mundial da Poesia, celebrado a 21 de Março, concentram-se no espaço virtual. É o caso da Casa Fernando Pessoa que, com o mote #Ligadospelapoesia, põe as letras ao serviço destes tempos de isolamento, com a publicação diária nas suas contas de Facebook e Instagram de excertos poéticos assinados por Alberto Caeiro e Ricardo Reis (heterónimos de Fernando Pessoa), Ruy Belo e Billy Collins, entre muitos outros. Também em casa, e sem sair do universo pessoano, está disponível para consulta a Biblioteca Particular de Fernando Pessoa, que reúne os livros que o poeta leu e anotou (bibliotecaparticular.casafernandopessoa.pt.) **C.M.A.**

Primavera

Um ramo de junquilhos

Vivemos tempos sombrios, de ansiedade e incerteza, e pouca gente se lembrará de que na madrugada desta sexta-feira começou a Primavera – as nuvens e a chuva miudinha também não ajudam... Mas este não foi o caso de David Hockney, o grande pintor britânico, 82 anos, que da sua casa na Normandia enviou uma mensagem de cor e de esperança para o mundo através do jornal *The Art Newspaper*: um ramo de junquilhos, pintado no seu iPad, a que deu o sugestivo título *Do remember they can't cancel the spring* ("Lembrem-se que não se pode cancelar a Primavera"). De um prado verde, e sob um céu azul de optimismo, quatro junquilhos amarelos florescem indiferentes ao coronavírus e à pandemia. É um gesto de esperança deste que é um dos grandes mestres da pintura contemporânea. **S.C.A.**

Histórias

Contos infantis lidos no espaço

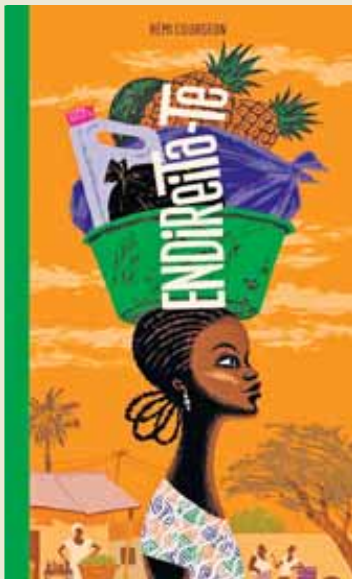
"Qual a melhor forma de fomentar o interesse das crianças pela ciência e de as motivar para a leitura?" A partir desta pergunta, Patricia Tribe, antiga directora de educação do Space Center Houston, e Alvin Drew, o primeiro astronauta da NASA a ler uma história no espaço para o programa, desenvolveram o conceito, concluindo que seria interessante ter astronautas, libertos da gravidade, a ler livros infantis baseados na ciência. Nasceu, assim, o A História do Tempo no Espaço (storytimefromspace.com) da Global Space Education Foundation, com astronautas em várias missões no espaço a lerem livros infantis para as crianças na Terra. **C.B.R.**

Literatura

Declamar poesia em rede

Este sábado, a poesia promete invadir as redes sociais da Fnac, depois de esta livraria ter convidado vários escritores a declamarem poesia nos seus canais de redes sociais. E o desafio chega a todos. Em Dia Mundial da Poesia, os canais de redes sociais da Fnac (Facebook, Instagram, Twitter) vão ser invadidos por escritores – Eugénia Vasconcellos, Helena Magalhães, João Teixeira Lopes, João Tibério, João Tordo, Manuel Clemente, Miguel Antunes e Ricardo Dias Felner – a declamarem textos escolhidos "especialmente para este momento". Mas o palco virtual vai abrir-se a todos: "A Fnac vai desafiar os seus seguidores a aderir ao movimento #poesiasempausa, partilhando um vídeo a ler poemas em voz alta, como forma de celebrar esta efeméride."
Ainda no âmbito desta celebração, a livraria informa que vão estar em destaque, em www.fnac.pt, uma selecção de livros com descontos até 50%. **C.B.R.**

CRIANÇAS

Livros

Endireita-te
Texto e ilustração *Rémi Courgeon*
Tradução *Maria Afonso*
Revisão *João Berhan*
Edição *Orfeu Negro*
32 págs. 14,50€

Adjoa viveu a infância a escutar uma e outra vez o imperativo: "Endireita-te!" Pela voz da mãe, da avó, das tias. Logo no arranque do livro ficamos a saber porquê. "Aqui, em Djougou, para que uma menininha cresça, põem-lhe coisas na cabeça. Coisas que ela não pode deixar cair e que tem de erguer para o céu. Quanto mais ela cresce, mais pesadas são."
A protagonista enumera muito de quanto transportou, "sempre de dentes cerrados e cabeça erguida", de alimentos a ferramentas, de sabões a chinelos, de esperanças a desilusões. E água, muita água. "... porque dantes não havia ao pé de casa. Água para beber, água para lavar coisas, água para cozinhar. Tanta água que dava para fazer um oceano. Agora, sorte a minha, a água corre das torneiras. O meu filho mais velho instalou-as cá em casa."
Adjoa conta-nos como as meninas da aldeia brincavam ao Quanto-Levas, com a balança da vizinha Fifamé. Tentavam adivinhar o peso do que traziam à cabeça. Quem perdia tinha de ir buscar a água, quem ganhava tinha direito a um penteado novo. "Tornei-me imbatível. Falhava só por dez gramas. E andava sempre bem penteada."
Rémi Courgeon, escritor e ilustrador francês, retrata com sensibilidade um quotidiano duro, sem deixar de vislumbrar alegria e esperança na vida destas crianças que desde cedo asseguram a sua sobrevivência e a das suas famílias. As cores, as figuras, os padrões e outros elementos reportam-nos com vivacidade para África.
O talento da protagonista em aquilatar os fardos valeu-lhe – já "mulher-girafa (...) de tanto olhar o céu" – a descoberta de uma arma entre as tábuas que um homem lhe disse para transportar, "tinha cara de javali, mas não pagava mal". Adjoa haveria de transformar o revólver num martelo (com a ajuda de um escultor, que a encheu de chumbo líquido) e de se enamorar pelo destinatário da arma. "Agora, partilhamos a nossa vida. Há quase trinta anos. Sobre a grande asneira que ele teria feito, guardamos silêncio. Deve permanecer em segredo."
Edu, o filho mais velho de ambos, conta-nos já no final: "Edu, endireita-te! Quantas vezes na vida ouvi eu esta frase, esta canção? Quantas vezes a minha mãe ma cantou? Ela tem torneiras em casa, tratei eu disso. Água na cabeça já não é com ela. Só nos dias de chuva, claro."
Difícil terminar de ler o livro sem ter água nos olhos. **Rita Pimenta**

JOGOS

CRUZADAS 10.923

Horizontais: 1. Engano (fig.). Rebordo do chapéu. **2.** Barra de ouro ou prata. Guarnecer com abas. **3.** Cidade da costa da Índia, conquistada por Afonso de Albuquerque em 1510. Capital da República Checa. **4.** Centilitro (abrev.). Tomar uma coisa por outra. **5.** Pessoas do mesmo sangue. Altar. **6.** Em forma de asa. Prefixo (separação). **7.** Fazer mergulhar num líquido. **8.** Sem mistura. Produzo som. Preposição que indica lugar. **9.** À (...), simultaneamente. Aperto com nó. Observou. **10.** Tisana. Simples (fem.). **11.** Elemento de formação de palavras que exprime a ideia de ombro. Delinear (fig.).

Verticais: 1. Medo (coloquial). Estica. **2.** Prefixo (montanha). Uma, entre duas ou mais. **3.** Unidade monetária da Grécia, anterior ao euro. Pouco frequente. **4.** Segundo. Género de plantas iridáceas de flores aveludadas. O mantra mais importante do Hinduísmo e outras religiões. **5.** Regra. Haste horizontal da charrua. **6.** Hectolitro (abrev.). Possuíste. **7.** Redução de para. Trituro com os dentes. **8.** Argola. O «eu» psíquico. Terceira nota musical. **9.** Espécie de ananás do Brasil. Turno. **10.** Criar baga graúda. Dor nos rins. **11.** Monte localizado na Turquia onde, segundo o livro do Génesis, encalhou a Arca de Noé. Que é da raça dos mus (mulas).

Depois do problema resolvido encontre o título de uma obra de Bill Clegg (5 palavras).

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1								■			
2							■				
3				■		■					
4		■			■						
5								■			
6					■		■			■	
7	■		■								■
8					■				■		
9				■				■			
10							■				
11		■				■					

Solução do problema anterior:
Horizontais: 1. Primavera. **2.** Aura. Ementa. **3.** TE. Ter. MAIS. **4.** Elmo. Nua. Ra. **5.** Tau. SA. Real. **6.** Adelo. In. **7.** Or. Mm. Tl. **8.** QUE. ENSINEI. **9.** Dono. Na. **10.** Evita. SABES. **11.** Milorde. Ola.
Verticais: 1. Pateta. Quem. **2.** Ruela. EU. Vi. **3.** Ir. Mua. Edil. **4.** Mato. DO. Oto. **5.** Tau... **5.** Serenar. **6.** Vernal. No. **7.** Em. OMS. Se. **8.** Remar. Mina. **9.** Ana. Ei. Nabo. **10.** Tirante. El. **11.** Casal. Lissa.
Provérbio: *Mais sabes do que eu te ensinei.*

BRIDGE

Dador: Este
Vul: EO

NORTE
♠J73
♥10874
♦J10
♣K987

OESTE
♠8
♥KQ632
♦KQ972
♣54

ESTE
♠K104
♥AJ9
♦A843
♣Q62

SUL
♠AQ9652
♥5
♦65
♣AJ103

Oeste	Norte	Este	Sul
		1♣	1♠
2♥	2♠	3♥	4♠
X	Todos passam		

Leilão: Qualquer forma de *bridge*.

Carteio: Saída: K♥. Oeste insiste em copas e Sul corta. Como será possível cumprir este jogo?

Solução: Um das figuras mais notáveis do *bridge* de hoje é o norueguês Boye Brogeland. É conhecido com o "xerife dos tempos modernos", por ter sido fundamental na identificação de pares de topo com "maneirismos ilegais". Mas ainda antes disso já era bem conhecido pelos seus dotes como grande mestre de *bridge* que é. O jogo de hoje foi carteado por ele. Pelo leilão, Brogeland pode perceber que com cinco cartas a ouros Este teria aberto num ouro; daí deduziu que Oeste deveria ter cinco copas e cinco ouros. Com um *singleton* a paus Oeste poderia ter atacado paus na segunda vaza do jogo; por isso Brogeland decidiu jogar para que Oeste tivesse uma distribuição 1-5-5-2 (com uma carta apenas a espadas). Na terceira vaza do jogo jogou um ouro, que Oeste fez com a sua Dama e jogou uma terceira copa que Brogeland cortou para jogar o seu último ouro.
Oeste deixou correr para o Ás de ouros de Este. Sem copas para jogar nesta altura, Este não podia jogar um dos naipes pretos sem que com isso facilitasse, e muito, a vida ao carteador; por isso jogou outro ouro. Corte e balda, é certo, mas Brogeland não iria conseguir livrar uma perdente que fosse nesta jogada; deu-lhe, porém, a oportunidade de desbloquear o seu problema de entradas. O maior problema de Brogeland, desde o início, é conseguir realizar três passagens: duas a espadas (parte de Valete que Este cobre com o Rei de espadas, mais tarde a passagem ao 10 de espadas e ainda a passagem à Dama de paus). E, para tal, necessita de três entradas no morto, mas só tem uma: o Rei de paus. Neste momento, passou a ter uma segunda entrada através do corte. E a terceira?
É aqui que toda a genialidade deste jogador veio ao de cima: baldou o 10 de paus da sua mão e cortou no morto. Jogou agora o Valete de espadas, coberto pelo Rei e o Ás. E agora jogou o Valete de paus que cobriu com o Rei do morto. Apresentou o 9 de paus e deixou correr quando Este jogou pequena. Tendo a passagem a paus resolvida, jogou agora a espada para o 9. Que maravilha de carteio!

Considere o seguinte leilão:

Oeste	Norte	Este	Sul
			1♣
passo	1♥	passo	1♠
passo	2♦	passo	?

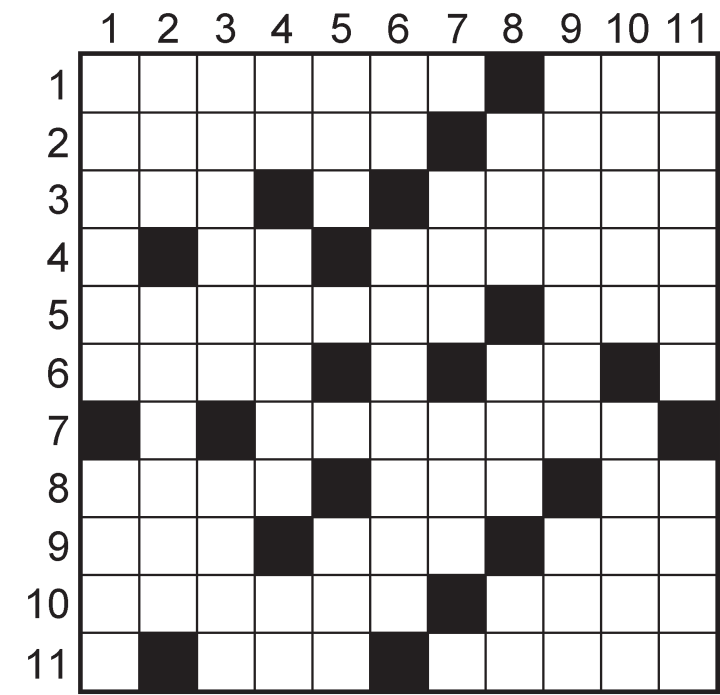
Como reagiria perante a marcação do "quarto naipe" do seu parceiro?

♠KQ76 ♥- ♦K962 ♣AJ852

Resposta: Marque três ouros. Mostre as suas quatro cartas a ouros, assim o seu parceiro saberá concluir que a sua mão tem precisamente um 4-0-4-5. Com essa informação é praticamente garantido que ele saberá conduzir o leilão para o melhor contrato.

João Fanha/Pedro Morbey
(bridgepublico@gmail.com)

SUDOKU

Problema 9620
Dificuldade: Fácil

		9	2		6			
		1		8				
					4		5	2
9		8	5	4	2			1
	2		9		7		6	
1			3	6	8	4		9
5	4		8					
				7		5		
			6		5	9		

Solução do problema 9618

1	9	7	5	4	8	3	2	6
4	5	3	2	6	1	8	9	7
8	2	6	9	3	7	1	4	5
9	1	2	3	7	5	4	6	8
3	8	4	6	2	9	7	5	1
7	6	5	8	1	4	2	3	9
2	4	1	7	5	6	9	8	3
5	7	8	4	9	3	6	1	2
6	3	9	1	8	2	5	7	4

Problema 9621
Dificuldade: Difícil

		7				8		
					2	9		
8	3		7					1
	6			9		4		
			5		7			
		4		3			5	
2					5		4	9
		8	1					
		1				3		

Solução do problema 9619

7	6	9	5	8	3	1	4	2
4	5	2	6	7	1	8	3	9
8	3	1	2	9	4	6	7	5
5	4	3	8	1	9	7	2	6
9	2	8	4	6	7	5	1	3
6	1	7	3	2	5	4	9	8
2	7	5	1	3	6	9	8	4
3	9	6	7	4	8	2	5	1
1	8	4	9	5	2	3	6	7

TEMPO PARA HOJE

Sol

Nascente 06h38
Poente 18h50

Lua Nova

24 Mar. 09h28

Marés

	Leixões	Cascais	Faro
Preia-mar	13:47 ▲ 3,0 01:56* ▲ 3,2	13:21 ▲ 3,0 01:31* ▲ 3,2	13:17 ▲ 2,9 01:32* ▲ 3,2
Baixa-mar	07:36 ▼ 0,9 19:45 ▼ 1,0	07:12 ▼ 1,1 19:19 ▼ 1,1	07:04 ▼ 1,0 19:12 ▼ 1,0

Fonte: www.AccuWeather.com *de amanhã

INICIATIVAS

AGENDA

Sexta, 27
Colecção Os Portugueses
Vol. 2 – *Como Crescem os Portugueses*
Para celebrar o 10º aniversário da Pordata o PÚBLICO associa-se à Fundação Francisco Manuel dos Santos numa colecção inédita de dez volumes que analisam em detalhe os portugueses e os seus hábitos sob diversos prismas, cada um de um conceituado autor na área com base em dados oficiais.

Sábado, 28
Colecção Watchmen
Vol. 7 – *Todos Estamos Loucos*
O PÚBLICO e a Levoir publicam a mais aclamada novela gráfica de todos os tempos numa colecção inédita. Para além da série original, inclui *Renascer* e *Doomsday Clock* que une as personagens de *Watchmen* às do Universo DC.

A infância e a adolescência dos portugueses

Demografia

Col. Os portugueses
Volume 2 – *Como Crescem os Portugueses*
Sexta-feira, 27 de Março
Colecção mensal, por + 1€

Há dez anos a estudar os portugueses, a Pordata é a entidade que melhor nos conhece. Esta semana explica como crescemos.

"Somos uma população de pouco mais de 10 milhões (...). Em 2018, de acordo com as estimativas, residiam em Portugal 10,3 milhões de pessoas, 47,2% de homens e 52,8% de mulheres. (...) Desde 2010 que mantemos um continuado declínio populacional, o qual sofreu um abrandamento em 2018, relativamente a 2017. Para muitos analistas, a questão agora é saber quão baixa poderá vir a ser a nossa população, com projecções do Instituto Nacional de Estatística e da Pordata sugerindo que a população de Portugal poderia diminuir dos actuais 10,3 milhões em 2018 para 7,9 milhões em 2080." Tudo isto sem ter em conta os acontecimentos das últimas semanas, claro.

Há dez anos a estudar os portugueses, a Pordata é a entidade que melhor nos conhece. Como nascemos, como crescemos, como aprendemos e trabalhamos, o que comemos, como adoecemos, gastamos, vivemos e envelhecemos. Afinal, como somos. Dez anos de dados e estatísticas que estão agora em dez volumes da colecção Os Portugueses que o PÚBLICO edita em parceria com a Pordata e a Fundação Francisco Manuel dos Santos, cada um de um conceituado autor na área. Dez anos que vão caber em dez meses, numa edição mensal com o seu jornal.

O segundo volume, editado esta semana, conta *Como Crescem os Portugueses*. Portugal tem uma história de sucesso na saúde infantil, situando-se no top 5 dos países europeus. Na verdade, do nascimento aos cinco anos, os indicadores colocam-nos entre os dez melhores de todo o mundo, lado a lado com o Japão, Noruega, Suécia e Finlândia. Mas a saúde é apenas uma dimensão do bem-estar, que todos os domínios da qualidade de vida, seja físicos, emocionais ou sociais.

"A Unicef considera seis dimensões que medem o bem-estar: a material (pobreza, desemprego familiar, baixo nível de educação dos pais; a saúde e a segurança (mortalidade infantil, baixo peso ao nascer, taxa de vacinação e mortalidade por acidente); a educação (sucesso escolar na leitura, matemática e ciências); a família (tipologia e relações intrafamiliares); os comportamentos de risco na saúde (hábito de toma de pequeno-almoço, ingestão de fruta diária e actividade física regular, excesso de peso) e/ou de violência (maus tratos, negligência, *bullying*) e os factores subjectivos (percepção da saúde, gosto pela escola, sensação de felicidade)", explica a autora Maria do Céu Machado, na introdução do segundo volume.

Nestas áreas, estamos também a nível dos melhores países da União Europeia? Estes resultados mantêm-se na adolescência? O cenário é nacional, ou haverá diferenças entre as grandes regiões portuguesas?

"A nossa proposta é caracterizar a população dos 0 aos 19 anos, em 2018, nas suas diferentes dimensões, e compará--la com 2001 de forma a perceber a evolução no século XXI", continua a autora. "Além disso, interessa-nos identificar variações e desigualdades entre as grandes regiões de Portugal." Em 2018, os jovens, dos 0 aos 19 anos, representavam 19% da população global, uma diminuição de 40% que se tem verificado nas últimas quatro décadas. Os rapazes são 51% desse grupo e as raparigas 49%, percentagens que se têm mantido estáveis ao longo dos anos e que contrariam a convicção de que a população feminina é superior à masculina em todas as idades.

A Área metropolitana de Lisboa e o Algarve são onde a população jovem se mantém de forma estável, enquanto todas as outras regiões envelheceram, com perdas mais significativas nos Açores, na Madeira e na Região Norte. As áreas sem perdas são também onde o saldo entre imigrantes e emigrantes neste grupo etário é mais positivo.

Portugal acompanha a tendência europeia, sendo neste momento o 25.º país mais envelhecido da União Europeia. Os casamentos mais tardios são a principal causa e o consequente adio da parentalidade. Também o maior número de divórcios contribui para o cenário, bem como a subida no nível de instrução. Metade dos nascimentos são fora do casamento e, em um quarto, os pais não coabitam. Em Portugal, os casais têm um filho. Na Europa, há mais casais com dois ou mais filhos.

Portugal é um exemplo de sucesso na saúde materno-infantil, com a melhor evolução de todos os países europeus: melhorou a esperança de vida ao nascer, os programas de rastreio neonatal, a taxa de vacinação e o excesso de peso e a obesidade infantil parecem inverter a tendência de subida do século XX. As grandes deficiências são observadas na Justiça e apoio social. Portugal é o sexto país da UE em maior risco de pobreza infantil e, apesar de os adolescentes serem o grupo em análise mais saudável, os estilos de vida deterioram-se do início para o final da adolescência quanto à alimentação, consumos e exercício físico.

Afinal, para reduzir estas desigualdades é preciso que o país cresça mais? Ou a redução das desigualdades à partida é fundamental para que esse crescimento ocorra? Esta colecção debate a capacidade de as instituições públicas assegurarem o bem-estar económico e social e uma efectiva igualdade de oportunidades no acesso aos direitos sociais básicos: educação, saúde, habitação e segurança económica.

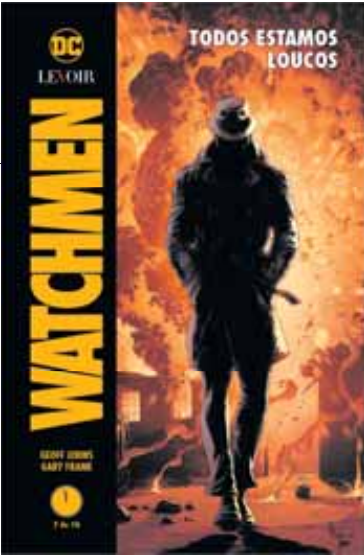
Para ler e reflectir, todos os meses com o seu jornal.

O encontro de dois mundos

Banda desenhada

Colecção Watchmen/Doomsday Clock
Vol. 7 – *Doomsday Clock: Todos Estamos Loucos*
Argumento – Geoff Johns
Desenhos – Garry Frank
Sábado, 28 de Março, por + 9,90€

Mesmo com o estado de emergência activo, a Colecção *Watchmen/Doomsday Clock* continua a chegar às bancas e quiosques de todo o país que ainda resistem ao novo coronavírus. E no próximo sábado, dia 28, é a vez do sétimo volume, que reúne os episódios 2, 3 e 4 da série *Doomsday Clock*, uma criação de Geoff Johns e Garry Frank que põe em confronto o universo de Watchmen com o universo tradicional da DC que bem conhecemos. Como vimos no volume anterior, no primeiro episódio de *Doomsday Clock*, cuja acção decorre sete anos após o final da série original, Adrian Veidt, o homem mais inteligente do planeta, é também o mais procurado pelas autoridades e o mais odiado pela população, o que não o impede de tentar impedir mais uma vez o Apocalipse, que volta a estar bem presente no horizonte próximo.

Para levar a cabo o seu engenhoso plano de voltar a salvar a humanidade, Ozymandias conta com um aliado de respeito, o novo Rorschach, que o ajudou a libertar da prisão a Marioneta e o Mímico, dois super-vilões que mantêm com o Dr. Manhattan uma relação muito especial. E o Dr. Manhattan, desaparecido desde o final de *Watchmen*, é precisamente a peça que falta para concretizar o plano de Ozymandias. O problema é que o Dr. Manhattan, depois de abandonar o planeta Marte, tinha partido para explorar outras galáxias e dimensões, pelo que será preciso procurá-lo por todo o Universo... e mais além. Usando a nave do Coruja, os dois Guardiões e os seus aliados forçados conseguem atravessar a barreira transdimensional que separa os universos e aterrar no universo DC que bem conhecemos, mais concretamente na mais emblemática das suas cidades, Gotham City. Depois de descobrirem um pouco da história deste mundo, onde os super-heróis são em muito maior número, vão tentar encontrar quem possa ter respostas sobre o paradeiro do Dr. Manhattan. Assim, Rorschach e Ozymandias vão procurar os dois homens mais inteligentes do Universo DC: Bruce Wayne e Lex Luthor, para que estes os possam ajudar na busca do Dr. Manhattan. Uma interacção que vai permitir ao novo Rorschach descobrir a entrada da Batcaverna, enquanto Ozymandias, no escritório de Lex Luthor, é alvejado por um seu antigo aliado/inimigo, que aparentemente está vivo e nesta dimensão. Um personagem incontornável cuja identidade deixo para o leitor descobrir ao ler este volume.

Tal como sucedia em *Watchmen*, Johns e Frank também utilizam os *flashbacks* para dar a conhecer a origem e as motivações dos personagens. É o que sucede com Marcos Maez e Erika Manson, o Mímico e a Marioneta, mas também com o novo Rorschach, cuja verdadeira identidade é desvendada e explicada, criando uma interessante ligação com a história original de Alan Moore e Dave Gibbons.

E se a sombra dominante do Dr. Manhattan está sempre presente ao longo da história, há outros personagens importantes da série original que primam pela ausência, como Laurie Juspeczyk, a Espectral e Dan Dreiberg, o Coruja, mesmo que a nave do Coruja, transformada por Ozymandias para permitir viagens quânticas, tenha um papel fulcral na narrativa. Para compensar essas ausências, Johns e Frank vão recuperar um personagem bem menos óbvio, Byron Lewis, o Traça, um dos Homens-Minuto originais, cuja carreira de combatente do crime terminou devido a problemas mentais e ao alcoolismo. Lewis tem uma participação apenas episódica em *Watchmen*, mas em *Doomsday Clock*, como veremos neste volume, Geoff Johns dá-lhe um destaque muito maior, sendo o seu contributo decisivo para a afirmação do novo Rorschach. **João Miguel Lameiras**

DESPORTO

Clubes cortam salários e contratos por causa da pandemia

O basquetebol já tem tido "baixas" nos plantéis e algumas reduções salariais, mas, no futebol, o futuro breve parece ser bem mais negro – já há clubes em incumprimento, mesmo nas Ligas profissionais

Finanças do desporto
Diogo Cardoso Oliveira e Paulo Curado

Vários clubes de futebol começaram a pressionar os jogadores para reduzirem os seus salários, numa tentativa de aproveitamento da crise do novo coronavírus. A "quarentena desportiva", por suspensão dos campeonatos, está a deixar de corda na garganta vários clubes desportivos e o PÚBLICO sabe que alguns jogadores foram deixados à sua sorte, nomeadamente estrangeiros contratados para formações do Campeonato de Portugal.

Apesar de o impacto nas Ligas profissionais estar mais controlado e os clubes em geral terem condições para acabar a época, há, entre as 36 equipas profissionais, cinco em incumprimento. Uma deles é o Desportivo das Aves, um caso mais grave do que os restantes, com os jogadores a terem salários em atraso. Uma situação que não pode ser atribuída totalmente aos efeitos da suspensão das provas – o clube está em incumprimento desde Janeiro.

Contudo, há outros casos, sobretudo no futebol profissional, em que os clubes já anteciparam e garantiram receitas televisivas, um factor que relativiza o peso do novo coronavírus em toda a situação de incumprimento salarial e que cunha, ainda mais, o cenário de oportunismo e aproveitamento do cenário da pandemia para os casos já existentes.

O PÚBLICO sabe que já foi criado um grupo de trabalho entre a Liga de Clubes e o Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol (SJPF) para a gestão de toda esta crise no futebol português, quer em matéria de contratos, quer na conclusão das competições, sendo que o SJPF, que tem acompanhado as situações, já accionou, em alguns casos, o fundo de garantia salarial.

Este mecanismo não deverá, porém, ser suficiente para resolver todas as situações, já que, só no Campeonato de Portugal – o principal foco de problemas – há 72 equipas.

O incumprimento puro e duro será, evidentemente, uma prática ilegal, mas existem outros mecanismos ao dispor dos clubes, num cenário em que não há teletrabalho que valha a um atleta de alta competição.

HUGO SANTOS

Há clubes portugueses a ameaçar jogadores com a redução do seu salário ou mesmo a não o pagar

Layoff é possibilidade

Para além das rescisões e reduções salariais, um cenário possível no desporto nacional, caso a crise pandémica se prolongue e a suspensão dos campeonatos se mantenha, poderá ser o *layoff* [suspensão dos contratos de trabalho, com a Segurança Social a assegurar parte dos salários].

O advogado Rui Vaz Pereira defende ao PÚBLICO que este mecanismo, apesar de pressupor vários requisitos que têm de ser cumpridos, "não parece ser, em tese, incompatível com a natureza da relação jurídica desportiva (...) e o recente mecanismo de *layoff* simplificado parece poder ser aplicável a qualquer tipo de empresas e, por maioria de razão, aos clubes/sociedades desportivas".

Isto equivale a dizer que os clubes poderão, em muitos casos, optar por esta solução, sendo que a contribuição da Segurança Social, por ter um limite (cerca de 1900 euros), nunca daria aos atletas do futebol profissional a totalidade dos vencimentos contratualizados.

Lá fora, um caso badalado tem sido o do Sion, clube suíço que quis impor ao plantel um tecto salarial. E os atletas que não responderam ao repto foram... despedidos. O clube decidiu rescindir unilateralmente os vínculos com nove jogadores, entre os quais o ex-Sporting Seydou Doumbia.

O advogado Rui Vaz Pereira admite que a crise pandémica do covid-19 "possa aproximar-se de uma figura de força maior" para rescisão unilateral de contrato, mas alerta para o facto de ser necessário, "em cada caso concreto, avaliar se esse motivo será suficiente para que o clube possa cessar unilateralmente os contratos".

Basquetebol com "baixas"

No basquetebol, vários contratos desportivos em Portugal têm sido quebrados antes do tempo. Outros mantêm-se, mas com pedidos para que os atletas aceitem reduções salariais.

Muitos jogadores de vários clubes das duas primeiras divisões nacionais de basquetebol, sobretudo os norte-americanos, já abandonaram o país nos últimos dias, num final antecipado dos contratos de trabalho.

O PÚBLICO falou com alguns destes jogadores, com a maioria a recusar detalhar o assunto das pressões dos clubes, ainda que um tenha garantido que teve uma redução salarial de 50%, antes da rescisão do contrato.

Algo que, segundo esclarece o advogado Rui Vaz Pereira, é difícil enquadrar como prática legal. "Regra geral, é proibido ao empregador diminuir a retribuição, mesmo com o acordo do trabalhador. Salvo em situações contratuais específicas (como redução da retribuição por descida de divisão), não parece ser possível aos clubes imporem uma redução salarial unilateral aos seus jogadores", explica.

Noutro prisma, vários atletas quiseram, por si mesmos, deixar os clubes. E, neste cenário, todos eles tiveram colaboração da parte das direcções, até por haver uma comunhão de interesses – jogadores a quererem regressar aos seus países e clubes, para além da sensibilidade humana, a quererem reduzir a folha salarial.

Foi o caso de David Shepard, do Barreirense, ou Tanner Omlid e Dominic Robb, do Imortal, que garantiram total apoio dos clubes e pagamentos certos até ao dia em que deixaram o país.

O primeiro sente-se "aliviado por ter regressado aos Estados Unidos antes de Trump fechar as fronteiras", não planeia regressar ao Barreirense, por querer "um contrato mais lucrativo para fazer mais dinheiro", e garante que só tem coisas boas a dizer da conduta do clube do Barreiro. De notar que o Barreirense, em plena luta pela permanência, aceitou abrir mão do seu jogador em maior foco e um dos melhores marcadores da primeira divisão.

Já Omlid pediu expressamente ao Imortal de Albufeira para regressar ao seu país. "Eles disseram-me que eu poderia ficar no clube, se quisesse, mas achei que seria melhor regressar a casa. Eu e a minha mulher estávamos com medo de que o aparthotel onde estávamos e os restaurantes onde vamos almoçar e jantar pudessem fechar em breve. Sei de clubes que romperam os contratos aos jogadores, mas o Imortal não", detalhou.

diogo.oliveira@publico.pt
pcurado@publico.pt

A chama olímpica já chegou ao Japão e teve dezenas à sua espera

Olimpismo

A organização dos Jogos de Tóquio continua a agir como se a prova fosse mesmo realizar-se em Julho

Como se o mundo continuasse normal, a chama olímpica chegou ontem ao Japão, onde a recepção foi pequena e rápida devido à pandemia da covid-19, que está a pôr em dúvida a realização dos Jogos Olímpicos, em Tóquio, no Verão. Ainda assim, foram várias dezenas que esperaram pelo símbolo olímpico e fizeram questão de se fotografar ao seu lado.

O avião, decorado com os anéis e logótipos dos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020, aterrou na Base área de Matsushima (Nordeste), com a tocha olímpica a bordo. A região foi especialmente escolhida por simbolizar a reconstrução das zonas devastadas pelo gigantesco *tsunami* de 11 de Março de 2011, seguido pelo acidente nuclear de Fukushima.

Os antigos campeões olímpicos Saori Yoshida e Tadahiro Nomura desceram do aparelho com a chama, vinda de Atenas. Uma guarda de honra na pista aguardava a chama, perante uma pequena assistência, sentada em cadeiras.

Depois da chegada ao Japão, a chama olímpica ficará exposta ao público durante uma semana em várias localidades do Nordeste japonês, antes de passar por 47 regiões do país.

O comité organizador pediu já ao público que evite concentrar-se para assistir à passagem da tocha olímpica, de acordo com as recomendações do Governo japonês para conter o surto da covid-19.

O Comité Olímpico Internacional (COI) tem reiterado o "compromisso total" com a realização dos Jogos Olímpicos Tóquio 2020 nas datas previstas, de 24 de Julho a 9 de Agosto e, embora assumindo que se está perante uma "situação sem precedentes para todo o mundo", o COI encorajou mesmo "todos os atletas a continuarem a preparar-se para Tóquio 2020 da melhor forma possível". Para já, apesar de o COI estar a ponderar vários cenários para os Jogos de Tóquio, agendados para o Verão, o cancelamento não é um deles. Quem o garante é Thomas Bach, presidente do organismo, que, em declarações ao *The New York Times*, se mostrou confiante em encontrar uma solução para a crise provocada pela covid-19.

"Claro que estamos a considerar diferentes cenários, mas não estamos na mesma situação de outras organizações desportivas ou Ligas profissionais, porque estamos a quatro meses e meio de distância dos Jogos", acrescentou Thomas Bach.

É expectável que o Japão venha a receber mais de 600 mil pessoas, entre atletas, comitivas dos países participantes e espectadores, e nesta altura as estimativas apontam para cerca de 12.000 milhões de dólares já gastos na preparação do evento. **Lusa**

KIMIMASA MAYAMA/EPA

Japoneses tiram *selfies* junto à chama olímpica, já no Japão

Planisférico

O último bastião do futebol europeu à porta aberta

Futebol internacional

Marco Vaza

Começou a Liga da Bielorrússia, um país onde o Presidente recomenda vodka e saunas para combater a covid-19

Todos sabemos que há muito pouco futebol para ver durante as nossas reclusões domiciliárias forçadas. Mas há algum futebol que ainda resiste um pouco por todo o mundo. Dependendo do fetiche de cada um (e da habilidade para conseguir ver esses jogos na Internet), ainda há futebol na Austrália, no Malawi, no Burkina Faso, em Aruba, na Nicarágua. Há o estadual de Roraima, no Brasil, o angolano Girabola, a taça de Hong Kong, e dezenas de jogos particulares na Suécia (onde a época ainda não começou). Na Europa, apenas sobrevive uma Liga de futebol no activo e com portas abertas ao público, que, diga-se, não é muito: bem-vindos à Bielorrússia, liderada por um Presidente que sugere aos seus concidadão uma dose diária de vodka para combater o novo coronavírus.

"Não entrem em pânico", disse Alexander Lukashenko, Presidente da Bielorrússia desde 1994, numa comunicação ao país. "Vão trabalhar. Fico feliz ao ver na televisão imagens de pessoas a trabalhar nos campos, a conduzir tractores, e ninguém fala do vírus. Os tractores vão curar toda a gente. O campo vai curar-nos a todos. Eu não bebo, mas costumo dizer que o vodka não serve apenas para lavar as mãos. Devem beber algum por dia para matar o vírus, caso não estejam a trabalhar. E vão fazer uma sauna, duas ou três vezes por semana. O vírus morre acima dos 60 graus."

E assim, num país com 69 casos confirmados da covid-19, o futebol não parou. Ou melhor. O seu início não foi suspenso. "E por que razão não devíamos ter começado? Foi declarado o estado de emergência no nosso país?", questionou Vladimir Bazanov, em declarações reproduzidas pelo *site* oficial da federação bielorrussa. Para Bazanov, também não faz qualquer sentido fechar as portas ao público: "Sim, muitos jogos na Europa aconteceram sem espectadores, mas com muitos adeptos a juntarem-se fora dos estádios. Por isso, não faz sentido deixar o público à porta."

DR

Jogo entre o Energetik e o BATE Borisov, com adeptos nas bancadas

Na quinta-feira houve dois jogos, um Shakhtyor Soligorsk-Zhodino (0-1) e uma derrota surpreendente de uma das equipas mais conhecidas do país – o BATE Borisov, habitual cliente da Liga dos Campeões, perdeu na visita ao campo do Energetik-BGU (3-1). Já o campeão em título, o Dínamo de Brest, que já teve Diego Maradona como presidente e que tem um português no plantel (o central Dénis Duarte, ex-Vitória de Guimarães), iniciou a defesa do título com um empate (1-1) em casa com o Smolevichi – Duarte, que cumpre a sua segunda temporada no futebol bielorrusso, não apareceu na ficha de jogo.

E outro histórico do país, o Dínamo de Minsk (que chegou a ser uma vez campeão da União Soviética), perdeu em casa (0-1) com o Rukh Brest. Chidi, antigo médio do Sp. Braga (mais do Sp. Braga B), fez a assistência para o único golo do jogo – também jogou Dialló, avançado senegalês que esteve nos juniores do Sporting, e que fez cinco jogos pelo Desp. Aves na I Liga portuguesa nas duas últimas épocas.

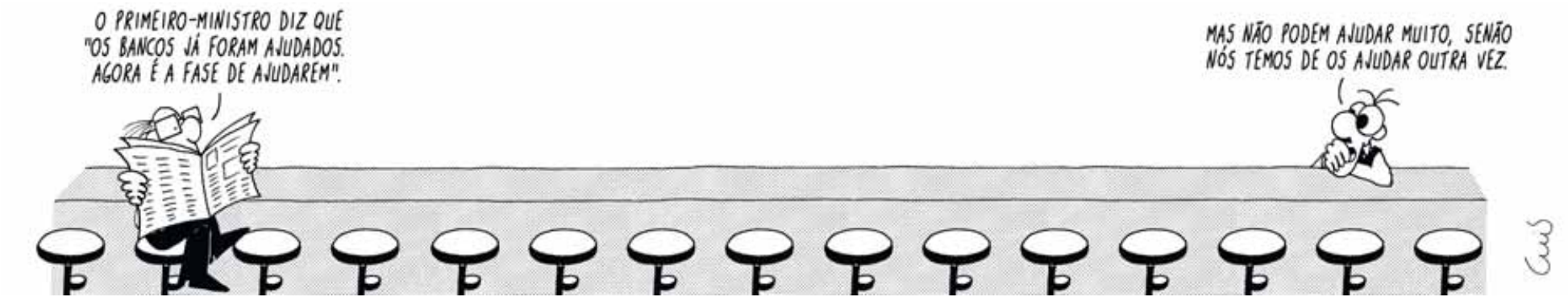
Se nada mudar entretanto (e pode mudar), haverá mais quatro jogos neste fim-de-semana, qual deles o mais desconhecido para o comum adepto de futebol habituado à Premier League – só mesmo para especialistas. E vamos ter de nos familiarizar com nomes como Djasur Yakhshubaev, médio internacional pelo Uzbequistão do Energetik, que marcou dois golos na primeira ronda e é o primeiro líder dos goleadores do campeonato. Tentar avaliar a adaptação ao país de Wanderson Maranhão, defesa brasileiro há três épocas no Vitebsk e que conta com múltiplas passagens pelo XV de Piracicaba. Ou perceber se Willum Willumsson, médio defensivo islandês do BATE Borisov, será uma boa aposta para o futuro.

Sendo o único campeonato europeu em actividade, a Liga bielorrussa vai merecendo um destaque inusitado na imprensa internacional e um interesse extra das casas de apostas, muito limitadas na sua oferta desportiva. E também é possível que, mais cedo do que tarde, os canais desportivos comecem a apostar no campeonato bielorrusso para encherem as suas grelhas com alguma coisa que não seja reposição de jogos passados. À agência Associated Press, um porta-voz da federação de futebol do país disse que há interesse de muitas televisões estrangeiras, mas negou-se a dizer quais, em nome do "segredo comercial".

mvaza@publico.pt

Planisférico é uma rubrica semanal sobre histórias e campeonatos de futebol periféricos

Ver mais em www.publico.pt/planisferico

BARTOON LUÍS AFONSO

O RESPEITINHO NÃO É BONITO

Costa não perdeu a cabeça. E isso é óptimo

João Miguel Tavares

Quando esta crise começou, há dez dias, eu escrevi um artigo intitulado "O diabo chegou – e é um vírus", que irritou imensa gente, devido à tendência um bocado salazarista (que combina na perfeição com a doutrina dos "tempos de guerra") que reclama unanimidade nacional em tempos de crise. Como já aqui disse muitas vezes, e não me cansarei de repetir, a única unanimidade que devemos ter, enquanto povo, é no empenho e na energia com que enfrentamos esta crise sem precedentes – mas esse empenho e essa energia não passam por suspender a dissensão política, científica ou económica. Bem pelo contrário: é fundamental continuar a discutir, a debater e a argumentar, envolvendo as melhores cabeças deste país, para que esta emergência de dimensão gargantuesca possa ser ultrapassada da forma mais competente possível.

Competência é mesmo a palavra-chave. O coronavírus há-de passar, como passam todas as epidemias. A grande dúvida é o estado em que deixará o país – se completamente arrasado e paralisado para a próxima década, com dezenas de milhares de mortos, uma queda brutal do PIB, uma subida brutal do desemprego e a destruição de uma percentagem brutal do nosso tecido económico; ou se abalado mas vivo, e pronto a recuperar com mais estamina e inteligência do que nas últimas décadas. A diferença entre uma coisa e outra, entre a recessão catastrófica ou o abalo temporário, está no governo, sobretudo no governo, e quase exclusivamente no governo.

É muito giro ver gente de esquerda por aí aos gritinhos de entusiasmo: "Ah, agora até os liberais reconhecem a importância do Estado!" São gritinhos profundamente idiotas. Não há nenhum liberal que defenda que o mundo se organiza sem Estado e sem governo. Isso é, quando muito, um anarquista, não um liberal. Um liberal defende um Estado limitado e com funções específicas, e uma delas é certamente o dever de enfrentar com firmeza o combate a uma crise como esta. Sim, este é mesmo o tempo dos governos, o tempo dos políticos e o tempo das grandes lideranças. Os líderes fracos verão no coronavírus um azar dos Távoras e murmurarão à noite para a almofada: "Por que é que isto haveria de me acontecer a mim?" Os líderes fortes olharão para o que está a acontecer como a oportunidade das suas vidas, arregaçarão as mangas e partirão para a luta com o entusiasmo de quem está convencido que tem todas as qualidades para fazer a diferença.

MANUEL DE ALMEIDA/LUSA

O seu desempenho pré-crise foi péssimo, mas foi péssimo em quase todo o lado. Felizmente, o seu desempenho pós-crise tem sido bastante bom

No artigo que referi, eu escrevi o seguinte: "O coronavírus vai ser a prova do algodão do Governo de António Costa. Pela qualidade do combate à epidemia se verá se ele é um político de mão-cheia ou apenas alguém que teve imensa sorte nos últimos quatro anos." Dez dias depois, não retiro uma sílaba ao que disse, e continuo convicto de que António Costa tem pela frente o maior desafio da sua vida política – esta é mesmo a prova do algodão de quanto ele vale como estadista. O seu desempenho pré-crise foi péssimo, mas foi péssimo em quase todo o lado. Parece não ter havido um só país no mundo ocidental que se tenha preparado decentemente para a crise. Felizmente, o seu desempenho pós-crise tem sido bastante bom. Arrumou a ministra da Saúde num canto, borrifou-se para os conselhos daquele Conselho de má memória, e tem mostrado bom-senso na implementação das medidas, num esforço de equilíbrio entre contenção e preservação da economia. No meio desta desgraça, Costa está com a cabeça no sítio. Que assim continue, é o meu desejo mais sincero.

Jornalista
jmtavares@outlook.com

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Euromilhões 3 9 20 34 40 6 12 **1.º Prémio** 17.000.000€ **M1lhão** QVN 28843

Contribuinte n.º 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410 | Conselho de Administração - Presidente: Ângelo Paupério **Vogais:** Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral **E-mail** publico@publico.pt **Estatuto Editorial** publico.pt/nos/estatuto-editorial **Lisboa** Edifício Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa; Telef.:210111000 (PPCA); Fax: Dir. Empresa 210111015; Dir. Editorial 210111006; Redacção 210111008; Publicidade 210111013/210111014 **Porto** Rua Júlio Dinis, n.º270, Bloco A, 3.º, 4050-318 Porto; Telef: 226151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redacção 226151099 / 226102213; Publicidade, Distribuição 226151011 **Madeira** Telef.: 963388260 e/ou 291639102 **Proprietário** PÚBLICO, Comunicação Social, SA. Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia. Capital Social €4.050.000,00. Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. **Impressão** Unipress, Travessa de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Telef.: 227537030; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa senhora da Conceição, nº. 50- Morelena – 2715-029 Pêro Pinheiro Telf.: 219677450 **Distribuição** VASP – Distribuidora de Publicações, SA, Quinta do Grajal - Venda Seca, 2739-511 Agualva Cacém, Telef.: 214 337 000 Fax : 214 337 009 e-mail: geral@vasp.pt **Assinaturas** 808200095 Tiragem média total de Fevereiro **29.052 exemplares Membro da APCT**